



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.26, n.1, jan./mar. 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Sandro Luis Petter Medeiros

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Renato Santos de Souza

Editores: Ezequiel Redin e Fabiano Nunes Vaz

Comitê Editorial

Editores: Ezequiel Redin, Fabiano Nunes Vaz

Editores de Área

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Conselho Editorial Científico Nacional e Internacional

Alessandra Matte – Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR)

Bernadete de Lourdes Bittencourt – Universidade de Aveiro (UA)

Diego Azevedo Mota – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Raquel Breitenbach – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Silvio Calgaro Neto – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Tatiana Aparecida Balem – Instituto Federal Farroupilha (IFF)

Thiago Vasconcelos Melo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Bolsista: Dulce Mörschbacher

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:**130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.26, n.1 (jan./mar.2019)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Tecnology) da
FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
DOAJ - Directory of Open Access Journals
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/ElektronischeZeitschriftenbibliothek)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)
OAJI (Open Academic Journals Index)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SABIA (Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensaoruralsantamaria/>
https://www.instagram.com/_extensaorural/

SUMÁRIO

EDUCAR, CONCIENTIZAR, TRANSFERIR, DIALOGAR... ¿QUÉ ES Y PARA QUÉ SIRVE LA EXTENSIÓN RURAL? Jeremías Otero, Dardo Héctor Selis	7
RECONVERSIÓN PRODUCTIVA DEL TABACO EN MÉXICO, UN ACERCAMIENTO DESDE LA ETNOGRAFÍA INSTITUCIONAL Dagoberto de Dios Hernández, Jesús Antonio Madera Pacheco, Leonardo Xavier da Silva	26
TRABALHO E NATUREZA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CONTOS E CAUSOS Marivaldo Aparecido Carvalho, Rosana Passos Cambraia, Silvia Regina Paes	51
O DESENVOLVIMENTO DA OLIVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL: ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL Denise Saueressig, Andrea Troller Pinto, Glauco Schultz	69
CERTIFICAÇÃO DE MAÇÃS: UM ESTUDO SOBRE CONSUMO E CONVENÇÕES Eduardo Rodrigues Sanguinet, Leonardo Xavier da Silva	86
VANTAGEM COMPARATIVA DO CAFÉ PARA OS DOIS MAIORES PRODUTORES NACIONAIS: MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO Talanny Nogueira Lacerda, Tales Wanderley Vital, José Marcione da Costa	106
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS	120

SUMMARY

EDUCATE, AWARE, TRANSFER, DIALOGUE ... WHAT IS RURAL EXTENSION AND WHAT IS IT FOR? Jeremías Otero, Dardo Héctor Selis	7
PRODUCTION RECONVERSION OF TOBACCO IN MEXICO, AN APPROACH FROM INSTITUTIONAL ETHNOGRAPHY Dagoberto de Dios Hernández, Jesús Antonio Madera Pacheco, Leonardo Xavier da Silva	26
NATURE AND LABOR IN SOCIAL REPRESENTATION OF TALES AND STORIES Marivaldo Aparecido Carvalho, Rosana Passos Cambraia, Silvia Regina Paes	51
THE DEVELOPMENT OF OLIVE OIL PRODUCTION IN RIO GRANDE DO SUL: ELEMENTS THAT INFLUENCE THE FORMATION OF AGRO-INDUSTRIAL SYSTEM Denise Saueressig, Andrea Troller Pinto, Glauco Schultz	69
APPLE'S CERTIFICATION: A STUDY ABOUT CONSUMPTION AND CONVENTIONS Eduardo Rodrigues Sanguinet, Leonardo Xavier da Silva	86
COFFEE COMPARATIVE ADVANTAGE FOR TWO LARGEST NATIONAL PRODUCERS: MINAS GERAIS AND ESPÍRITO SANTO Talanny Nogueira Lacerda, Tales Wanderley Vital, José Marcione da Costa	106
STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION	120

EDUCAR, CONCIENTIZAR, TRANSFERIR, DIALOGAR... ¿QUÉ ES Y PARA QUÉ SIRVE LA EXTENSIÓN RURAL?

Jeremías Otero¹
Dardo Héctor Selis²

RESUMEN

La Extensión Rural (ER) ha presentado a lo largo de su historia, variaciones en su concepción, función y finalidad. Más allá de la clásica distinción entre el enfoque *transferencista* y la propuesta *dialoguista* de Paulo Freire, existen matices y otras vertientes que permiten enriquecer la comprensión del asunto. A fin de reconstruir esa diversidad, el trabajo propone una reflexión sobre los enfoques de ER a través del análisis de más de 20 definiciones. Qué es la extensión rural, qué función cumple y qué fin persigue, son tres dimensiones que permitieron organizar nuestro análisis y reflexión.

Palabras clave: autores especializados, enfoques de extensión, organismos públicos

EDUCAR, CONSCIENTIZAR, TRANSFERIR, DIALOGAR ... O QUE É EXTENSÃO RURAL E PARA QUE SERVE?

RESUMO

A Extensão Rural (ER) apresentou ao longo de sua história, variações em sua concepção, função e propósito. Além da distinção clássica entre a abordagem da transferência e a proposta dialógica de Paulo Freire, existem nuances e outros aspectos que permitem enriquecer a compreensão do assunto. A fim de reconstruir essa diversidade, o trabalho propõe uma reflexão sobre as abordagens de ER por meio da análise de mais de 20 definições. O que é a extensão rural, que função cumpre e que finalidade segue, são três dimensões que nos permitiram organizar nossa análise e reflexão.

Palavras-chave: autores especializados, abordagens de extensão, órgãos públicos

1. INTRODUCCIÓN

Intervenir, educar, difundir, ayudar, asistir, acompañar, instruir... la lista de verbos podría ser aún más larga, no obstante, alcanza para dar cuenta de la polisemia

¹ Ingeniero agrónomo (UNLP). Magister en Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural (UNLP). Docente Curso de Extensión rural, Departamento de Desarrollo Rural - Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales (UNLP). E-mail: jereotero@agro.unlp.edu.ar

² Ingeniero agrónomo (UNLP). Profesor titular del Curso de Extensión rural, Departamento de Desarrollo Rural - Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales (UNLP). E-mail: dardoselis22@gmail.com

del término que proponemos analizar. La Extensión Rural (ER) ha presentado a lo largo de la historia variaciones en su concepción, función y finalidad. En cuanto construcción social, estuvo siempre influenciada por las visiones, valores, normas y reglas dominantes de cada sociedad, y en particular se mantuvo claramente vinculada a las disputas propias del *pensamiento social agrario* (ALEMANY & SEVILLA GUZMAN, 2006). Como política institucional ha logrado subsistir a los cambios en los paradigmas dominantes vinculados a la concepción del Estado y del desarrollo rural, dando cuenta de su capacidad de resiliencia, de amoldarse a los tiempos que corren y no dejar de ser considerada necesaria en los distintos contextos.

En este marco, cabe preguntarse sobre las trayectorias y concepciones de la ER vinculadas a los diferentes contextos políticos e históricos. Más allá de la clásica distinción entre el *enfoque transferencista* y la propuesta *problematizadora* de Paulo Freire (1973), entendemos que existen otras trayectorias que permiten enriquecer la comprensión de la cuestión. En este sentido, y con la finalidad de complejizar el análisis de los cambios experimentados y los caminos transitados, nuestro objetivo ha sido identificar y caracterizar las diferentes concepciones y fundamentos de la ER. En particular, priorizamos el análisis en América Latina, región que ha transitado una historia similar en lo que respecta a este tema.

Para avanzar en ese objetivo, la metodología utilizada se basó en el análisis de contenido³ de más de veinte definiciones de ER. Realizamos una recopilación proveniente de organismos públicos nacionales de América Latina, organizaciones supranacionales, asociaciones y redes locales, regionales e internacionales, a la vez que de autores especializados en la temática. Las definiciones, predominantemente normativas, no encuentran necesariamente directo correlato con la práctica concreta a la que refieren, esta condición, no obstante, no le resta relevancia a la propuesta que se inserta en el análisis la ER en su dimensión discursiva.

La unidad de análisis ha estado constituida por un total de 22 definiciones, que se estudiaron y compararon a partir de las siguientes categorías: *acepción de la ER*, su *función* y su *finalidad*. El análisis de estas dimensiones permitió reconstruir la diversidad de enfoques vinculados a los diferentes contextos históricos, políticos y científico-académicos, fundamentalmente de América Latina.

Una definición responde a la pregunta ¿qué es? Supone delimitar, precisar y aclarar el significado de una palabra. De esta manera logramos que el objeto de la definición no pueda confundirse con otro objeto. Asimismo, se refiere a la decisión o determinación de una cuestión por una autoridad, por lo que las diferentes definiciones encierran diferentes propósitos. En este caso, la perspectiva asumida supone puntos en común con el *análisis político del discurso* (BUENFIL BURGOS, 2010). En ese sentido, los conceptos son vistos como herramientas de intelección más que como teorías acabadas que describen el mundo "tal como es" (esencialismo). Desde esta mirada, la ER no tiene una esencia atemporal, universal a priori, sino que es producto de construcciones sociales en la historia de las sociedades, por lo que su normativización siempre es temporal, incompleta y distorsionada. Esta visión también nos permite reconocer que la ER, como concepto, se define por la manera en que aparece enunciada en cada caso, cómo es usada en cada contexto enunciativo, y que ninguno de ellos puede reclamar el sentido definitivo, verdadero o correcto del significante.

³ El análisis de contenido es entendido como un conjunto de procedimientos interpretativos de productos comunicativos (mensajes, textos o discursos) que proceden de procesos singulares de comunicación previamente registrados, y que, basados en técnicas de medida, a veces cuantitativas (estadísticas basadas en el recuento de unidades), a veces cualitativas (lógicas basadas en la combinación de categorías) tienen por objeto elaborar y procesar datos relevantes sobre las condiciones mismas en que se han producido aquellos textos, o sobre las condiciones que puedan darse para su empleo posterior (Piñuel Raigada, 2002).

2. DEFINICIONES DE EXTENSIÓN RURAL ANALIZADAS

2.1 LA ER PARA LOS ORGANISMOS PÚBLICOS NACIONALES DE AMÉRICA LATINA

En este apartado, agrupamos las definiciones institucionales de los principales organismos públicos vinculados a la ER de ocho países latinoamericanos: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay y Perú.

El Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) de Argentina la define en 2018 como “...un proceso de intercambio de información y conocimientos para el desarrollo de las capacidades de innovación de los miembros de las comunidades rurales, urbanas y periurbanas”. A su vez, aclara que “impulsa a los productores y a sus organizaciones para que sean competitivos, se desarrollen en un marco de equidad e inclusión social y de cuidado del ambiente” (INTA, 2018), explicitando en esta segunda oración una idea de finalidad o concepción de desarrollo.

El Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP), en Chile, plantea que

...el actual desafío consiste en la generación de un dispositivo de *gestión de la innovación* en donde participen investigadores, extensionistas, productores y otros actores, bajo un enfoque de red, en donde el sentido de la innovación no sea unidireccional, es decir, se trabaje desde la generación hacia la transferencia y viceversa. [...] Para este efecto se trabajará en alianza con las otras instituciones de la red de innovación y también con el mundo privado (INDAP, 2014).

El Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal (INIAP), en Bolivia, plantea que el objetivo de la política de extensión (que llama *asistencia técnica y recuperación de saberes*) es gestionar el acceso equitativo a la información y tecnología. Propone “la generación de *Espacios Locales de Concertación* para la Innovación dentro el marco del Diálogo de Saberes donde se promueva el encuentro entre los productores, las instituciones de investigación, de desarrollo, etc. (INIAP, 2014).

La Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural (PNATER) de Brasil, define a la asistencia técnica y extensión rural como el

...servicio de educación no formal, de carácter continuado, en el medio rural, que promueve procesos de gestión, producción, transformación y comercialización de las actividades y de los servicios agropecuarios y no agropecuarios, incluso de las actividades agro-extractivistas, forestales y artesanales (MDA, 2010).

La Dirección de Extensión Agraria de Paraguay, define que la función de la Extensión es

...brindar asistencia técnica productiva, organizativa, comercial y gerencial a hombres, mujeres y jóvenes de la agricultura familiar y de comunidades indígenas, acorde con sus necesidades, intereses y expectativas, que contribuya a la producción competitiva de rubros de consumo y de renta para satisfacer sus necesidades de alimentación e ingreso (DEAg, 2018).

Su finalidad es la de encargarse técnicamente de asistir a las familias campesinas mediante metodologías de enseñanza que induzcan a la adopción de prácticas mejoradas de producción en las áreas agrícola, pecuaria y forestal, a través de los conocimientos disponibles y/o generados en los Centros de Investigación (THORTON, 2006).

El Instituto Nacional de Innovación Agraria (INIA) de Perú, define a la Extensión como “un proceso educativo, sistemático, permanente y de fuerte interactividad con los productores de los diferentes segmentos del sector agropecuario” (INIA, 2018). El Ministerio de Agricultura, Ganadería, Acuacultura y Pesca (MAGAP), de Ecuador en el marco de la política de extensión, se propone como objetivo estratégico:

...impulsar el fortalecimiento de capacidades locales, la innovación tecnológica participativa y la gestión del conocimiento de productores. Se aspira que esta labor permita rescatar y transmitir los saberes locales, promover y/o adaptar nuevas prácticas y tecnologías centradas en las necesidades de los productores y sus formas de sustento hacia sistemas de producción sostenible, integradas al desarrollo socioeconómico del territorio. Se busca facilitar procesos de intercambio y alianzas con los diferentes actores locales en coherencia con las dinámicas y tendencias de los sistemas territoriales (MAGAP, 2016).

El Ministerio de Agricultura y Desarrollo rural de Colombia, se plantea

...implementar una estrategia de extensión rural integral para la Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria (ACFC), orientada al desarrollo de capacidades en aspectos productivos, empresariales, comerciales, organizativos, sociales, ambientales y de participación. Esta estrategia priorizará el diálogo de saberes y tendrá un enfoque territorial, respetando y valorando los conocimientos, las tradiciones, las costumbres y los sistemas productivos propios de los pueblos y comunidades; quienes serán sus actores principales y no solo sus beneficiarios (MADR, 2017).

A su vez, define a la ER como:

...un proceso continuo de fortalecimiento y desarrollo de capacidades de las familias y organizaciones de productores agropecuarios mediante actividades de acompañamiento técnico integral y multidimensional, a través de la generación, difusión, acceso e intercambio de conocimientos y tecnologías. Facilita a las comunidades sus procesos de articulación con el entorno, permitiéndoles desarrollar su autonomía, su potencial productivo y mejorando su bienestar y buen vivir. Este proceso requiere de metodologías horizontales y participativas que fortalezcan el diálogo de saberes y la autogestión (MADR, 2017).

2.2 LA ER SEGÚN AUTORES ESPECIALIZADOS

En un libro publicado por el IICA, en 1966, denominado “Extensión agrícola: principios y técnicas”, de Frías Morán, Ramsay Arce y Beltrán, se plantea que en ER solo hay dos objetivos fundamentales que son: mejorar la producción agrícola y elevar los niveles de vida de las poblaciones rurales. A la vez, establece que

...la función de la Extensión es eminentemente educativa, pues tiende a producir cambios en los conocimientos, actitudes y destrezas de la gente, para lograr su desarrollo tanto individual como social (FRÍAS MORÁN et al, 1966).

Por otro lado, Addison Maunder, en representación de la FAO, publicó en 1973 la primera versión de “Extensión Agrícola: un manual de referencia”. Allí, define a la ER como:

Un servicio o sistema que mediante procedimientos educativos ayuda a la población rural a mejorar los métodos y técnicas agrícolas, aumentar la productividad y los ingresos, mejorar su nivel de vida y elevar las normas educativas y sociales de la vida rural (MAUNDER, 1973:3).

A su vez, plantea que la finalidad de la extensión no es únicamente enseñar y garantizar la adopción de una determinada práctica perfeccionada, sino modificar el punto de vista del agricultor y fomentar su iniciativa para mejorar su sistema productivo y su hogar.

Como contrapartida a estas proposiciones, Freire (1973) sostiene que

...el trabajo del agrónomo, como educador, no se agota, y no debe agotarse, en el dominio de la técnica, puesto que ésta no existe sin los hombres, y éstos no existen fuera de la historia, fuera de la realidad que deben transformar.

Propone, los agrónomos-educadores deben problematizar situaciones concretas, objetivas, reales, para que la población rural junto con él pueda captarlas críticamente y actuar críticamente sobre ellas.

Para Bosco Pinto (1973), la extensión agrícola debe estar comprometida con una tarea realmente de liberación, que busque la transformación estructural como medio para lograr que el hombre latinoamericano deje de ser un objeto de la historia para ser el sujeto de esta. El extensionista redefinido como agente de cambio estructural es muy distinto al extensionista modernizador, debe ser un liberador, un crítico y un creador.

En línea con las proposiciones de Freire y Bosco Pinto, Francisco Caporal, define a la ER como

...un proceso de intervención de carácter educativo y transformador, basado en metodologías de investigación-acción participante, que permiten el desarrollo de una práctica social mediante la cual los sujetos del proceso buscan la construcción y sistematización de conocimientos que los lleva a incidir conscientemente sobre la realidad, con el objeto de alcanzar un modelo de desarrollo socialmente equitativo y ambientalmente sostenible. Adoptando los principios teóricos de la Agroecología como criterio para el desarrollo y selección de las soluciones más adecuadas y compatibles con las condiciones específicas de cada agroecosistema y del sistema cultural de las personas implicadas en su manejo (CAPORAL, 2002).

Por otro lado, Sánchez de Puerta (1996) plantea que es una

...disciplina que se ocupa de los procesos que envuelven el uso de conocimiento e información cuyo objetivo es el desarrollo de la sociedad rural y su contexto, y cuyos efectos son la formación de opinión, la toma de decisiones, la solución de problemas, la innovación y otros.

2.3 LA ER SEGÚN LAS REDES Y ASOCIACIONES PROFESIONALES

En este apartado se presentan las definiciones de diferentes asociaciones y redes profesionales de Argentina, Brasil, América Latina, y del Foro Mundial (GFRAS). En 1987 la Asociación Argentina de Extensión Rural (AADER) definió a la ER como

...un proceso de educación no formal para el desarrollo del hombre y la comunidad rural, entendiéndose por desarrollo el mejoramiento de la calidad de vida a través del aumento de la producción y la rentabilidad, producto de la correcta aplicación de tecnología en función de sus necesidades y prioridades (AADER, 1987).

Para la Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) la Extensión Rural es reconocida como un servicio público de cambios. Entre las diversas funciones del extensionista, se pueden destacar: a) moviliza y actúa como interlocutor de las políticas públicas en el medio rural; b) promueve espacios de debates para la construcción, implementación y gestión de políticas públicas; b) comparte los avances de la ciencia y las nuevas tecnologías adecuadas para el desarrollo sostenible del sector rural; c) promueve la mediación entre las organizaciones de la sociedad civil, el poder público y los beneficiarios de ATER; d) estimula la formación del capital social, apoyando al productor rural en la actividad agropecuaria, lo que contribuye a generar oportunidades de empleo, ingresos y para ampliar el bienestar y la calidad de vida; e) agregación de valor a los productos y delimitación de áreas geográficas características de determinada producción (rastreo); f) organización de los productores (gestión colectiva) para acceso a los mercados (inclusive institucionales) y a las políticas públicas, mediante el cumplimiento de exigencias legales como de sanidad animal, ambiental, previsional, laboral, fiscal y tributaria.

La Red Latinoamericana para Servicios de Extensión Rural (RELASER) entiende por ER:

...todas las diferentes actividades que se realizan para proveer la información y servicios que necesitan y demandan los agricultores y otros actores del sistema de innovación, para ayudarlos a desarrollar sus capacidades técnicas, organizacionales y de gestión, de tal manera de mejorar su calidad de vida y bienestar." Esta definición surge de un debate mundial sobre el nuevo rol de la extensión. Se plantea un nuevo paradigma que consiste en que la extensión sea entendida como un servicio que forma parte de los sistemas de innovación agroalimentarios interactuando con la investigación y la educación, como una forma efectiva de generar valor económico y social requerido para la sociedad rural (RELASER, 2018).

Finalmente, el *Global Forum for Rural Advisory Services* (GFRAS) define a la ER como

...el conjunto de actividades diferentes que proporcionan la información y los servicios necesarios y demandados por los agricultores y otros actores en entornos rurales. Los servicios de asesoramiento rural los ayudan a desarrollar sus propias habilidades y prácticas técnicas, organizativas y de gestión para mejorar sus medios de subsistencia y su bienestar (GFRAS, 2015).

2.4 CAMBIOS EN EL TIEMPO DENTRO DE UN MISMO ORGANISMO: EL INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGÍA AGROPECUARIA (INTA)

Como en toda América Latina, la institucionalización de la extensión como política pública, estuvo fuertemente influenciada por los Estados Unidos (EEUU), y bajo dicha influencia, en 1956, en Argentina, se creó el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). La marca acuñada se expresó en los propios componentes de los servicios de extensión que se constituyeron. La metodología, los objetivos, los destinatarios y las estrategias fueron adoptados casi linealmente, siendo un claro ejemplo del lugar hegemónico que ocupaba EEUU en este campo. En este marco, como antecedente fundamental a la creación del INTA, podemos citar la Ley que funda el Servicio de Extensión en EEUU, la Ley Smith-Lever (1914) que planteaba:

...a fin de ayudar a difundir información práctica y útil, entre el pueblo de los Estados Unidos, sobre materias relacionadas con la agricultura y la economía doméstica, y para fomentar la aplicación de las mismas, se establecerá el Servicio de Extensión Agrícola [...] el Servicio Cooperativo de Extensión Agrícola consistirá en instrucción y demostraciones prácticas en agricultura y economía doméstica para aquellos que no asistan ni residan en las citadas universidades; y en impartir información a tales personas en las materias mencionadas, mediante demostraciones de campo, publicaciones, y demás medios informativos.

Respecto al INTA, en el decreto-ley que le da surgimiento, se establece:

Para el cumplimiento de su misión, el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria organizará, desarrollará y estimulará la investigación, experimentación y extensión agraria, como aspectos fundamentales, a cuyo efecto promoverá directamente o por medio de otras entidades: [...] La extensión agraria, mediante la asistencia educacional técnica y cultural del productor rural y su familia y el mejoramiento de la comunidad que integra. (decreto/ley, 1956)

En otra definición correspondiente a 1973, se define a la ER como:

...un proceso educativo, dirigido fundamentalmente a la población rural tendiente a promover y contribuir al desarrollo socioeconómico integral como medio para aumentar el bienestar de la región y por consecuencia, el bienestar general del país (CASTELLI, 1973:6).

En una publicación de 1980, el INTA define a la ER como:

...una labor que mediante procedimientos educativos ayuda a la población rural a mejorar los métodos y técnicas agrícolas para aumentar la productividad y la producción de sus empresas, tendiendo a elevar el nivel de vida de la familia rural. Extensión actúa como puente o vehículo entre la población rural y las fuentes de información, en especial las estaciones experimentales. Inversamente, lleva los problemas de la producción rural cuya solución no es conocida, para que las fuentes de estudio determinen soluciones. Todo este proceso se realiza con la participación directa de los productores y familias, en forma coordinada con organizaciones del medio rural e instituciones públicas y privadas (INTA, 1980).

Finalmente, como aclaramos más arriba, en 2018 la ER es definida como “un proceso de intercambio de información y conocimientos para el desarrollo de las capacidades de innovación de los miembros de las comunidades rurales, urbanas y periurbanas” (INTA, 2018).

3. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

3.1 ANÁLISIS DE LAS DEFINICIONES: ACEPCIÓN, FUNCIÓN Y FINALIDAD

3.1.1 Qué es la Extensión Rural: práctica/proceso, política/servicio y disciplina

Del análisis de todas las definiciones podemos afirmar primero, que la extensión supone más de una acepción. Cuando hablamos de ER, nos podemos referir tanto a una práctica o proceso (educativo, de intercambio, de instrucción, etc.), a un servicio o instrumento de política de desarrollo rural, como también a la disciplina que la teoriza y estudia.

En 1967, Vellani definía a la ER como proceso y como institución, haciendo referencia a las dos primeras acepciones aquí mencionadas. Respecto a la primera (como práctica o proceso), los antecedentes remiten a un sinnúmero de experiencias remotas definidas simplemente por encontrarse vinculadas a un proceso educativo en el ámbito de lo rural o de lo agrícola. Por ejemplo, plantea Alemany (2012) que los comienzos de la ER en Argentina se encuentran en las comunidades originarias, donde la enseñanza de la agricultura formaba parte de sus prácticas sociales. Dice Vellani (1967:5) que

...la historia cita a un indio llamado Squanto quien por el año 1620 reunía a sus vecinos para demostrarles cómo el maíz crecía más vigorosamente si junto a la semilla en el momento de la siembra se colocaba un pescado.

Por otro lado, en el contexto del devenir institucionalizado que tuvo a mediados del siglo XX en Latinoamérica, Paulo Freire (1973) profundizó en el análisis crítico de la dimensión educativa / comunicativa de esta praxis y sentó un precedente respecto a las distintas concepciones gnoseológicas que la pueden sustentar. Puso de manifiesto la distinción semántica entre “extensión” y “comunicación”, criticó firmemente lo que llamó la educación bancaria y construyó una perspectiva educativa problematizadora.

En su segunda acepción (como instrumento de política o servicio), la ER ha estado condicionada por la idea de desarrollo rural predominante en cada contexto histórico –definiendo sus objetivos y estrategias. Como mencionamos más arriba, en

América Latina, la institucionalización de la extensión como política pública, estuvo fuertemente influenciada por los Estados Unidos (EEUU) (OTERO & SELIS, 2016). Dicha impronta se expresó en los propios componentes de los servicios que se constituyeron. La metodología, los objetivos, los destinatarios y las estrategias fueron adoptados casi linealmente. En el país del norte, las primeras acciones habían surgido a principios del siglo XX y sirvieron a la modernización de los espacios rurales. Su objetivo principal fue el aumento de la producción agropecuaria, y su estrategia elemental, la transferencia de tecnologías e insumos modernos (SANCHEZ DE PUERTA, 1996).

Finalmente, siguiendo a Alemany & Sevilla Guzmán (2006), la extensión rural en cuanto disciplina científica aplicada comprendió dos trayectorias diferentes, y por ellos definidas como extensión convencional y extensión alternativa. Cada una estuvo influenciada por diferentes perspectivas teóricas dentro del pensamiento social agrario. En ese sentido, Alemany & Sevilla Guzmán (2006) definen al pensamiento social agrario alternativo (diferenciándolo del hegemónico) como el conjunto de propuestas que se enfrentan al modelo productivo agroindustrial dominante, criticando el desarrollo del capitalismo en la agricultura y sus impactos sociales y medioambientales. Respecto a la primera de las trayectorias (extensión convencional), las principales perspectivas teóricas inspiradoras fueron la sociología de la vida rural norteamericana y la de la modernización agraria. En la primera, se destacaron autores como Sorokin y Zimmerman, y sentó las bases de una concepción de la extensión como promotora de procesos educativos que cambiaran las mentalidades conservadoras y atrasadas de los agricultores, introduciendo una civilización científica. En el marco de la perspectiva de la modernización agraria, la más emblemática producción científica fue la Teoría de la modernización de los campesinos de E. Rogers. Ambas definieron los cimientos de lo que sería la concepción de la ER hegemónica. Por otro lado, la llamada trayectoria de la extensión alternativa posee como antecedente el desarrollo de la antigua tradición de los estudios campesinos, iniciada a fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX, y encuentra en la propuesta de Agronomía Social de Alexander Chayanov, su marco teórico más importante. La continuidad de esta trayectoria se dio en América Latina en los años '70, donde la extensión fue definida como un proceso educativo y liberador por autores latinoamericanos como Paulo Freire (1973), Joao Bosco Pinto (1973), y Orlando Fals Borda (1981). En términos generales, reconocen en esta práctica educativa la posibilidad de despertar conciencias sociales y transformar relaciones de opresión. En línea con el movimiento de Educación Popular, pensaron la educación en el medio rural como un posible mecanismo para la emancipación social.

3.1.2 Qué función tiene: difundir información, modificar conductas o construir conocimientos

Del análisis de las definiciones podemos reconocer tres grupos de funciones que sintetizamos de la siguiente forma: a) difusión de información, b) modificación de la conducta, valores y prácticas, c) construcción y rescate de conocimientos. No es casual que podamos establecer un vínculo entre estas funciones asignadas a la ER y los distintos modelos de educación / comunicación identificados por Kaplún (1985). La extensión, en términos generales, siempre fue considerada una práctica educativa, y más allá de su especificidad, guarda clara relación con los modelos generales de educación y comunicación. El interrogante general e inicial que permite comprender las diferencias dentro de los modelos es: para qué vamos al otro ¿Para informar, para modificar conductas, o para acompañar procesos de aprendizaje?

La primera de las funciones, que denominamos difusión de información, agrupa las siguientes ideas presentes en las definiciones analizadas: transferir tecnología, transmitir conocimientos científicos, difundir información práctica y útil, facilitar el acceso a conocimientos, tecnologías e información, gestionar el acceso a la información y tecnología. Más allá que cada una de las ideas transcritas no expresa exactamente lo mismo, se observa una vocación por la difusión o transmisión de información / tecnología / conocimiento. En este caso guarda correspondencia con el modelo de educación que Kaplún (1985) llamó "con énfasis en la transmisión de información" o que Freire denominó el modelo "bancario". Es el tipo de educación tradicional, basado en la transmisión de conocimientos. El extensionista (o el comunicador), el instruido, "el que sabe", acude a enseñar al ignorante, al que "no sabe", al campesino.

La segunda de las funciones, que pone el énfasis en la modificación de la conducta, valores y prácticas, involucra las ideas -también tomadas de las definiciones- de: modificar actitudes, prácticas y valores; cambios en los conocimientos, actitudes y destrezas de la gente; promover nuevas prácticas y tecnologías; inducir la adopción de prácticas mejoradas de producción, entre otras. En este caso, el énfasis está puesto en lograr cambiar las formas de pensar y de hacer del agricultor por propuestas "superadoras". Esta condición nos remite al modelo de educación que pone énfasis en los efectos. Persuasión es un concepto clave en este modelo, ya no se trata sólo de informar e impartir conocimientos; sino sobre todo de convencer, de influir, de condicionar al individuo, para que adopte la nueva conducta propuesta (KAPLÚN, 1985).

Finalmente, la última de las funciones mencionadas, que denominamos construcción y rescate de conocimientos, es quizás la más ambigua, o la que agrupa mayor diversidad de aspectos: construir conocimientos; facilitar procesos (agroecológicos, territoriales, organizacionales); fortalecer capacidades locales; rescatar saberes locales; gestionar la innovación, entre otros. Este conjunto de definiciones las asociamos al modelo educativo que pone el "énfasis en los procesos intersubjetivos" (KAPLÚN, 1985). Ya no se trata de una educación para informar (y menos aún para conformar comportamientos) sino que busca formar a las personas y llevarlas a transformar su realidad. Se trata asimismo de una educación problematizadora, que busca ayudar a la persona a desmitificar su realidad, tanto física como social. Lo que importa aquí, más que enseñar cosas y transmitir contenidos, es que el sujeto aprenda a aprender; que se haga capaz de razonar por sí mismo. En esta línea, Kaplún (1985) propone incorporar el término EMIREC, amalgama de "emisor y receptor". Todo hombre debe ser visto y reconocido, como un EMIREC y tiene derecho a participar en el proceso de comunicación actuando alternadamente como emisor y receptor.

3.1.3 Qué finalidad: ¿cuál es la idea de desarrollo?

El para qué de la extensión está definido por lo que Huergo (2004) llama horizonte político, que a su vez está íntimamente vinculado a la noción de desarrollo que explícita o implícitamente asuma una institución, una política y/o un agente. En este caso, el análisis de las definiciones sólo nos permite reconocer las dimensiones priorizadas dentro cada idea de desarrollo. Una comprensión más profunda del asunto requiere incorporar al análisis otros elementos no contemplados aquí. En ese sentido, la distinción básica que puede configurarse nos remite a tres dimensiones (lo económico, lo ambiental y lo sociocultural), y al énfasis puesto a cada una de ellas: a) el énfasis en la dimensión económica se explicita en objetivos tales como: el aumento de la producción y la rentabilidad; el crecimiento económico; o la producción

competitiva; b) el énfasis en la dimensión ambiental se ve reflejada en los siguientes objetivos: sustentabilidad ambiental, producir preservando el medio ambiente para futuras generaciones; producción ambientalmente sostenible; sociedades sustentables; o desarrollo sustentable; y c) el énfasis en la dimensión sociocultural se explicita en objetivos tales como: equidad social; mejora de las condiciones de vida del campesino y su familia; desarrollo solidario; desarrollo de la autonomía, mejorando el bienestar y buen vivir; conquista de los niveles de vida más satisfactorios posibles; entre otros.

Sin embargo, y para complementar el análisis elemental expuesto anteriormente, se pueden reconocer en términos generales dos enfoques de desarrollo: el exógeno y el endógeno. Respecto al primero de los enfoques, de desarrollo exógeno, una referencia obligada es la teoría de la modernización que considera al cambio tecnológico como la “palanca del desarrollo”, desde esta perspectiva se asimila cambio a crecimiento y crecimiento a desarrollo. Desde el punto de vista de las tecnologías, este enfoque propone el cambio desde las técnicas tradicionales por la aplicación del conocimiento científico; en agricultura, la evolución desde el cultivo de subsistencia, hacia la producción comercial de bienes agrícolas.

El Desarrollo Endógeno (BONFIL BATALLA, 1982), fue definido como un proceso planificado de transformación socioeconómica integral que grupos sociales deciden poner en marcha a partir de la definición endógena de prioridades y objetivos, activando los recursos internos e incorporando los externos apropiados, teniendo en cuenta la especificidad de los procesos históricos-culturales y la sustentabilidad de los ecosistemas.

Esta perspectiva trata de buscar "otro desarrollo" con soluciones endógenas y autonomía en las decisiones a nivel de microrregión, poniendo el énfasis en el medio ambiente y sus dimensiones culturales, sociales y económicas. Surge la necesidad de sustitución del modelo de desarrollo productivista, al considerar valores post-materiales: a) la calidad de vida como preocupación, b) el deterioro de los recursos naturales, c) la pérdida de la biodiversidad, d) la degradación del paisaje, e) la seguridad y calidad de los alimentos. De igual manera se comienza a considerar la necesidad de recuperación de "lo local" frente al proceso de mundialización. Este enfoque se ha apoyado en diferentes paradigmas: desarrollo local (AROCENA, 1995), desarrollo rural Agroecológico (SEVILLA GUZMÁN & MONTIEL, 2009), desarrollo territorial y socio-territorial (SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2004; MANCANO FERNANDES, 2008).

3.2 ANÁLISIS COMPLEMENTARIO: LAS TRADICIONES SOCIOLÓGICAS Y LOS ENFOQUES DE ER

En este apartado buscamos identificar algunas correspondencias entre diferentes tradiciones sociológicas (COLLINS, 1996) y sus implicancias en las formas de concebir la ER. Pudimos establecer un vínculo entre los presupuestos de la ER y una concepción de la sociedad o más específicamente, de la acción y el orden/cambio social. Estas últimas categorías, centrales en la clasificación de las tradiciones sociológicas, prescriben definiciones básicas de la ER como son su finalidad, su función o cómo se piensa al destinatario de sus acciones. En este sentido, definimos cuatro enfoques que denominamos de la siguiente manera: a) con énfasis en la modernización de los agricultores y sus familias; b) con énfasis en la concientización y la liberación de los campesinos; c) con énfasis en la difusión de información y tecnología hacia los productores y d) con énfasis en la comprensión del sentido y mundo de vida del otro. El desarrollo de la temática es breve, pero intenta ser una aproximación novedosa. Integrar presupuestos generales de las tradiciones

sociológicas permite identificar fundamentos que trascienden la ER pero que, a su vez, sirven a la comprensión de sus diferentes concepciones.

3.2.1 La ER que pone el énfasis en la modernización de los agricultores y sus familias

Las bases de la teoría sociológica de esta perspectiva son fáciles de identificar, planteaba Bosco Pinto en 1973. La sociedad es entendida como un sistema cuyas partes trabajan juntas para promover la armonía social. Se trata del funcionalismo que encuentra en Talcott Parsons su más avanzado exponente. Todo lo social se halla reducido a “relaciones sociales”, es decir, relaciones entre individuos. Estas relaciones sociales a su vez encuentran “explicación” en los valores dominantes, a través de normas o pautas de conducta que son su concreción. La sociedad es considerada como un sistema de relaciones de igual ponderación que permite un equilibrio continuo. “El concepto ideológicamente esconde el conflicto como motor dinámico del cambio y sus raíces estructurales, para disfrazarlos bajo la denominación de tensiones sociales, pasajeras” (BOSCO PINTO, 1973).

Esta concepción supone que el cambio se da cuando se cambia la mentalidad de la gente, y obedece a un reduccionismo que busca explicar la realidad social por lo psicológico. En última instancia son las ideas o concepciones de la gente, sus actitudes y motivaciones, las que definen la realidad social y basta con cambiar aquellas para que ésta cambie. De ahí la importancia casi exclusiva dada a la capacitación (BOSCO PINTO, 1973). Se comparte una visión benigna del mundo, en la cual el conflicto es secundario y la coerción se interpreta, ya sea como un recurso que se aplica por el bien de la sociedad entera, o como una condición temporal y patológica.

En el marco de esa perspectiva, Arce (1962) plantea que

...la sociedad ha creído que puede mejorarse la manera de hacer las cosas para lograr mayor provecho y bienestar social, es por eso que ha creado agencias u organizaciones que tienen como objetivo específico, introducir cambios en una actividad determinada. Es así como han surgido los servicios de extensión, las agencias de crédito agrícola, el servicio social rural, la escuela rural, los centros de salud, etc. A las personas que trabajan en esos organismos y que específicamente tratan de introducir intencionalmente cambios en la conducta de los individuos, se les llama agentes de cambio.

El supuesto sugiere que siguiendo en ese constante mejoramiento se llegará al punto deseado: que la gente cambie su actual modo de vivir, de obrar y de producir, en sus fincas y dentro de su núcleo social. Estos cambios en el comportamiento de la gente, que el extensionista quiere que sean palpables, son los propósitos educativos de la ER (PENA, 1957).

Una de las definiciones que mejor representa este modelo es la que define a la ER como

...un servicio o sistema que mediante procedimientos educativos ayuda a la población rural a mejorar los métodos y técnicas agrícolas, aumentar la productividad y los ingresos, mejorar su nivel de vida y elevar las normas educativas y sociales de la vida rural (MAUNDER, 1973).

Respecto a la concepción del sujeto social destinatario de las acciones de extensión, Carballada (2007) sostiene que, bajo este pensamiento, el sujeto de la intervención es alguien atrasado, que debe ser capacitado en el lugar en donde vive, dado que porta una cultura que impide el progreso.

Desde un punto de vista histórico y político, en América Latina, el desarrollo de esta perspectiva tuvo un claro correlato en los Estados desarrollistas de posguerra (GRACIARENA, 2000). Fue a partir de estos cimientos conceptuales que se constituyeron la mayoría de los servicios nacionales de ER en América Latina (OTERO & SELIS, 2016).

3.2.2 La ER que pone el énfasis en la concientización y liberación de los campesinos

Desde esta tradición, a diferencia de la anterior, se concibe a la sociedad como un orden conflictivo en el que se establecen posiciones dominantes y subalternas. Dentro de este enfoque, Bosco Pinto (1973) es quien plantea la disyuntiva crítica: o la ER no es más que un conjunto de técnicas y métodos que tienen como objetivo la modernización del sector agrícola, a través de un modelo de educación que transmite conocimientos tecnológicos de un grupo privilegiado que conoce, a un grupo mayoritario que no sabe, o la ER se compromete a una tarea realmente de liberación, que busque la transformación estructural como medio para lograr que el hombre latinoamericano deje de ser un objeto de la historia para ser el sujeto de esta. El extensionista redefinido como agente de cambio estructural es otro caso muy distinto al extensionista modernizador. El primero es un liberador, un crítico y un creador. El segundo es un domesticador de conciencias, un transmisor de técnicas e inequívocamente de ideologías.

Tommasino H. et al (2010), en esta misma línea plantean la idea de Extensión crítica "...cuyo rol fundamental es el de estimular el surgimiento de individuos capaces de reconocer sus posiciones en la sociedad, y capaces al mismo tiempo de creer que son necesarias transformaciones sociales importantes."

En términos generales, la definición del sujeto social destinatario de las acciones es el sujeto oprimido. Un primer paso en la pedagogía de la liberación es la concientización, por la que el sujeto oprimido retoma las riendas de la realidad (GÓMEZ, 2008). Así, el gran problema radica en cómo podrán los oprimidos, como seres duales, inauténticos, que «alojan» al opresor en sí, participar de la elaboración, de la pedagogía para su liberación. Solo en la medida en que se descubran "alojando" al opresor podrán contribuir a la construcción de su pedagogía liberadora. La pedagogía del oprimido, que no puede ser elaborada por los opresores, es un instrumento para este descubrimiento crítico: el de los oprimidos por sí mismos y el de los opresores por los oprimidos, como manifestación de la deshumanización (FREIRE, 1992).

Como mencionamos anteriormente, en América Latina, este enfoque se vinculó al movimiento de Educación Popular, desde donde se pensó a la educación en el medio rural como un posible mecanismo para la concientización y emancipación social. La década de 1970 constituye el contexto histórico que mejor representa este enfoque. En esa década, en un marco donde prevalecieron los Estados autoritarios (GRACIARENA, 2000), los principales actores que asumieron esta perspectiva en la región fueron las ONGs, que rápidamente pusieron en práctica metodologías participativas de educación popular (BASCO, 1998).

3.2.3 La ER que pone el énfasis en la difusión de información y tecnología hacia los productores

En este caso, se concibe a la sociedad como un agregado de individuos, y desde esta postura y concepción, el sentido de la ER no es más que constituirse en un medio para informar y asistir a aquellos agentes racionales sobre las nuevas o mejores tecnologías a utilizar. De esa forma, eficientizar la producción y maximizar los beneficios de la empresa. La función deja de ser esencialmente educativa, y se concibe a los productores con una única racionalidad empresarial. Esta concepción claramente se vincula a los presupuestos y principios del neoliberalismo que se desplegó a partir de la década de 1970 en América Latina y tuvo su mayor auge en la década de 1990. El énfasis está puesto en el trabajo con los individuos, y lo grupal sólo tiene sentido para mejorar las posibilidades de posicionamiento de los productores en las respectivas cadenas o, en términos generales, en el mercado -que ahora se encuentra desregulado.

Alemany (2008) sostiene que desde esa perspectiva los procesos de desaparición de los productores familiares y campesinos eran irreversibles y la agricultura como “una forma de vida” era parte de la rémora del pasado. En este contexto se planteaba entonces la privatización de la ER. La mercantilización de la información sería el proceso final de modernización de la agricultura, transformada ya en un eslabón integrado y subordinado al complejo agroalimentario.

El principio lógico orientador es el supuesto de agente racional (en este caso, el empresario productor), que a su vez se constituye como el destinatario de las acciones. Procura lograr siempre el máximo económico posible en el desarrollo de sus actividades; el empresario es racional, en este contexto, si optimiza la asignación de sus recursos escasos, al elegir de un conjunto disponible, la técnica óptima para maximizar los beneficios. El cambio tecnológico es el resultado de este proceso de maximización (GALLEGO, 2003).

3.2.4 La ER que pone el énfasis en la comprensión del sentido y mundo de vida del outro

En términos generales, bajo esta perspectiva la sociedad podría ser entendida como una experiencia compartida de significados. La realidad es construida a partir del diálogo grupal y circula socialmente en las palabras y las cosas, constituyéndose como conocimiento socialmente disponible y apropiable que puede ser utilizado para interpretar situaciones futuras (LANDINI et al, 2011). Por ello se habla de construcción social de la realidad (BERGER & LUCKMANN, 1972). En esta línea, Huergo (2004) plantea que la ER, en primer lugar, supone un encuentro de culturas, y ese encuentro nunca es tan armonioso y feliz como quisiéramos, sino que tiende a ser conflictivo, confuso y complejo.

Es Norman Long quien, desde la sociología del desarrollo, realiza un aporte específico y relevante dentro de esta trayectoria. Desde lo que llamó la perspectiva orientada al actor, la mejor posición desde la cual analizar el proceso de ER sería el estudio de aquellas situaciones de interfase donde distintas visiones del mundo se interrelacionan e interpenetran (LONG & LONG 1992). Situaciones que exponen el conflicto existente entre las lógicas de los proyectos de desarrollo rural y la de los productores y las productoras a los que éstos van dirigidos (CÁCERES et al, 1997). El concepto de interfase como el de agencia son nodales en la perspectiva del autor. La interfaz social puede ser caracterizada por ser un espacio de conflicto y

negociación, de enfrentamiento de paradigmas culturales, de luchas de sentido, y compuesto de múltiples discursos (LONG, 2015).

Son los gobiernos latinoamericanos surgidos luego de las crisis del neoliberalismo, quienes por oposición a la etapa anterior cambiaron sustancialmente el rumbo, dando inicio a un nuevo enfoque de gestión de políticas públicas que ofrecía una visión más activa del Estado, como regulador del mercado y articulador de demandas y de movimientos sociales. El enfoque territorial, la agroecología, la economía social y solidaria, o la ampliación de derechos, son algunos de los nuevos marcos conceptuales que se incluyen en las políticas de ER. El reconocimiento de la diversidad, el rescate de saberes, entre otros, se constituyen en principios rectores de las acciones de extensionistas.

5. CONSIDERACIONES FINALES

Las definiciones diversas, las ambigüedades y las combinaciones novedosas, dificultaron nuestros análisis e interpretaciones que inevitablemente implicaron cierta simplificación. Extensión Rural podría concebirse como un significante flotante⁴, que moviéndose en márgenes más o menos claros, ha logrado sostenerse como política pública.

Asimismo, más allá de las mencionadas divergencias, reconocemos ciertas regularidades propias de cada contexto histórico. Del difusionismo desarrollista, donde prevalecieron la transferencia de tecnología y la movilización psicológica de los pueblos a través de la persuasión, a las propuestas críticas y comprensivas donde predominan el reconocimiento de la opresión y las desigualdades estructurales, por un lado; y la diversidad cultural y las subjetividades y estrategias individuales y colectivas por el otro; claramente implica, desde nuestra perspectiva, un avance como disciplina, instrumento de política agraria y práctica educativa. En ese sentido, en las definiciones más recientes de ER predominan términos como: diálogo de saberes, construcción de conocimientos, equidad social, sustentabilidad ambiental, agricultores familiares, campesinos. Esto último no implica necesariamente un correlato con la instrumentalización y la práctica concreta de ER, sin embargo, al igual que Freire en su crítica semántica al término “extensión”, creemos en la fuerza operacional de los conceptos.

Educar, concientizar, transferir y dialogar, son para nosotros, los verbos que mejor sintetizan cada una de las perspectivas desarrolladas. En este sentido, y posicionados en una matriz de pensamiento crítico y comprensivo, creemos que la ER debe combinar elementos propios del segundo y el cuarto de los enfoques aquí presentados. La ER debe servir a la concientización y construcción de sujetos políticos que busquen transformar las relaciones de opresión en los espacios rurales. Sin embargo, asimismo, es preciso asumir una perspectiva cultural del asunto. En ese sentido, es imprescindible partir del reconocimiento del otro y entender al encuentro que se produce en la ER, como un espacio de diálogo y negociación por el significado de la experiencia, de la vida y del mundo.

6. REFERENCIAS

AADER. **Estatuto de la Asociación Argentina de Extensión Rural**. Buenos Aires: AADER, 1987.

⁴ Los significantes flotantes son elementos discursivos privilegiados que fijan parcialmente el sentido de la cadena signifiante, constituidos en el interior de “una intertextualidad que los desborda” y cuya principal característica es su naturaleza ambigua y polisémica (Laclau, 2004)

ALEMANY, C. & SEVILLA GUZMÁN, E. Reflexiones para fortalecer la "Extensión junto con la gente", en camino a una sociedad sustentable. In: XIII JORNADAS NACIONALES DE EXTENSIÓN RURAL Y V JORNADAS DEL MERCOSUR, 2006. Esperanza-Santa Fe. **Anais...** Esperanza-Santa Fe: FCA-UNL/AADER, 2006.

ALEMANY, C. E. **Elementos para el estudio de la dinámica y evolución histórica de la extensión rural en Argentina.** (Tesis Doctoral). España. 2012.

ALEMANY, C. Volvió la extensión... ¡y se armó la discusión! In THORNTON, R. D., & CIMADEVILLA, G. **Grisés de la extensión, la comunicación y el desarrollo.** Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). p, 27-50. 2008.

ARCE, A. La importancia de los líderes rurales en el proceso de cambio socio-cultural. **Extensión en las Américas**, v.7, n.4, p. 2-5. 1962.

AROCENA, J. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo.** Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

ASBRAER. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil: um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do País**, 2014. Disponible en: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2217699>. Acceso: 10 dez. 2019.

BASCO, M. **Modalidades de asistencia técnica a los productores agropecuarios en la argentina.** Buenos Aires: IICA, 1998.

BERGER, P. Y LUCKMANN, T. **La construcción social de la realidad.** Buenos Aires: Amorrortu., 1972.

BONFIL BATALLA, G. El etnodesarrollo, sus premisas jurídicas, políticas y de organización. En: FRANCISCO ROJAS (ed.) **América Latina: etnodesarrollo y etnocidio.** San José: FLACSO, pp. 131-145, 1982.

BOSCO PINTO, J. Extensión o educación: una disyuntiva crítica. **Desarrollo rural en las Américas.** v. V, n.3, IICA: Costa Rica, 1973.

BUENFIL BURGOS, R. N. Dimensiones ético-políticas en educación desde el análisis político de discurso. **Sinéctica**, v.35, p. 1-17. 2010.

CÁCERES, D., SILVETTI, F., & SOTO, G. La adopción tecnológica en sistemas agropecuarios de pequeños productores. **Agro sur**, v. 25, n.2, p. 123-135, 1997.

CAPORAL, F. R. **La extensión rural en Rio Grande do Sul: de la doctrina "made in usa" hacia el paradigma agroecológico.** Texto preparado para la VI Maestría en Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible en América Latina y España. Universidad Internacional de Andalucía-Sede Antonio Machado de Baesa, 2002.

CARBALLEDA, A. **Escuchar las prácticas.** Buenos Aires: Espacio, 2007.

CASTELLI, Luis Ángel. El Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. Fundamentos, organización y funcionamiento. **Informe Final Seminario Regional de Extensión Agrícola**. IICA, 1973.

COLLINS, R. **Cuatro tradiciones sociológicas**. Iztapalata: Universidad Autónoma Metropolitana, 1996.

DIRECCION DE EXTENSIÓN AGRARIA (DEAg). **Página Web DEAg**, 2018. Disponible en: <http://www.mag.gov.py/index.php/institucion/dependencias>. Acceso en: 8 dez. 2019.

FALS BORDA, O. *et al.* **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca azul editores, 1981.

FERRO, S. Estudio comparativo regional de Asistencia Técnica y Extensión Rural con perspectiva de género. In: HORA, K; BALDASSARI, E; QUIROGA, M. **Estudio comparativo regional de Asistencia Técnica y Extensión Rural con perspectiva de género**. Brasília: REAF, 2014.

FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación?** La concientización en el medio rural. Madrid: Siglo XXI, 1973.

FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido**. Madrid: Siglo XXI, 1992.

FRÍAS MORÁN, H., RAMSAY ARCE, J., & BELTRÁN, L. **Extensión agrícola: principios y técnicas**. IICA OEA, 1966.

GALLEGO, J. El cambio tecnológico y la economía neoclásica. **Dyna**. 70(138), 67-78, 2003.

GFRAS. **Global Forum for Rural Advisory Services strategic framework 2016-2025**. Advocacy and leadership in rural advisory services for sustainable development. Lindau, Switzerland: Global Forum for Rural Advisory Services. 2015.

GÓMEZ, M. S. Ideas filosóficas que fundamentan la pedagogía de Paulo Freire. **Revista Iberoamericana de educación**, 46, 155-174, 2008.

GRACIARENA, J. **El Estado latinoamericano en perspectiva**. Figuras, crisis, prospectiva. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

HUERGO, J. Desafíos de la extensión desde la perspectiva cultural. **Revista Dialoguemos**, Buenos Aires: Ediciones INTA, 2004.

INDAP. **Lineamientos Estratégicos 2014-2018**. Por un Chile rural inclusivo. Santiago de Chile: Ministerio de Agricultura, 2014.

INIAF. **Plan Estratégico Institucional 2014-2018**. Ministerio de Desarrollo Rural y Tierras. La Paz: Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA (INIA). **Página web institucional de INIA**. Disponible en: <http://www.inia.gob.pe>. Acceso en: 08 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGÍA AGROPECUARIA (INTA). **Página Web Institucional de INTA**. Disponible en <https://inta.gob.ar/sobre-el-inta/extension-y-desarrollo-rural>. Acceso en: 08 dez. 2018.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.

LACLAU, E. Estructura, historia y lo político. In: Butler, J., Laclau, E., Žižek, S., **Contingencia, hegemonía, universalidad**. Diálogos contemporáneos de la izquierda. Buenos Aires: FCE, 2004.

LANDINI, F.; MURTAGH, S.; LACANNA, M. **Aportes y reflexiones desde la psicología al trabajo de extensión con pequeños productores**. Formosa, Argentina: Ediciones INTA, 2009.

LONG N. y A. LONG. **Battlefields of Knowledge: the Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development**. New York: Routledge, 1992.

LONG, N. Acercando las fronteras entre la antropología y la psicología para comprender las dinámicas de desarrollo rural. En: LANDINI F. (coordinador). **Hacia una Psicología Rural Latinoamericana**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

MAGAP. **La Política Agropecuaria Ecuatoriana. Hacia el desarrollo territorial rural sostenible 2015-2025**. Quito: MAGAP, 2016.

MANCANO FERNANDES, B. Questão Agraria: conflictualidade e desenvolvimento territorial. En: A. M. BUAINAIN, (Ed.) **Luta pela terra, reforma agraria e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, Brazil: Editora Unicamp, pp. 173–224, 2008.

MAUNDER, A. H. **La Extensión Agrícola-Manual de Consulta**. Roma: FAO, 1973.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL. **Resolución N°464/2017, Lineamientos estratégicos de política pública para la Agricultura campesina, familiar y comunitaria**. Bogotá: MADR, 2017.

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO **Lei nº 12.188**. Brasília, DF, v. 11. 2010.

OTERO, J.; SELIS, D. La Revista "Extensión en las Américas". Influencia de los EEUU en los servicios de extensión rural latinoamericanos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.23, n.1, p.42-57, jan./mar. 2016. Disponible en: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/17359/pdf>. Acceso: 08 dez. 2018.

PENA, D. La extensión busca cambios profundos. **Revista Extensión en las Américas**. v.2, n.II, 1957.

PIÑUEL RAIGADA, J. L. Epistemología, metodología y técnicas del análisis de contenido. **Sociolinguistic Studies**, v. 3, n. 1, p. 1-42, 2002.

RELASER. **Página Web de RELASER**. Disponible en: <http://www.relaser.org/index.php/quinne-somos/que-es-relaser> Acceso en: 08 dez. 2018.

SÁNCHEZ DE PUERTA, F. **Extensión agraria y desarrollo rural**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, 1996.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. **Debates y temas rurales**, 1, 7-46, 2004.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MONTIEL, M. S. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. **Documentación social**, v.155, p.23-39. 2009.

THORNTON, R. D. **Los' 90 y el nuevo siglo en los sistemas de extensión rural y transferencia de tecnología públicos en el Mercosur**. Santa Rosa, Argentina: Ediciones INTA, 2006.

TOMMASINO, H.; GONZÁLEZ, M.; GRABINO, M., LUENGO, L.; SANTOS, C. Extensión, interdisciplinariedad y desarrollo en el medio rural: el caso de la Colonia Fernández Crespo. *In*: TOMMASINO, H. & DE HEGEDÜS, P., **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo, Uruguay: Facultad de Agronomía, Universidad de la República, 2010.

VELLANI, R. **Temas desarrollados en las clases del primer curso de orientación en extensión agropecuaria**. La Plata, Argentina: UNLP – Facultad de Agronomía, 1967.

RECONVERSIÓN PRODUCTIVA DEL TABACO EN MÉXICO, UN ACERCAMIENTO DESDE LA ETNOGRAFÍA INSTITUCIONAL¹

Dagoberto de Dios Hernández²
Jesús Antonio Madera Pacheco³
Leonardo Xavier Da Silva⁴

RESUMEN

Nayarit concentra aproximadamente 90% de la superficie cultivada de tabaco en México, parte importante de su economía e identidad sociocultural se anclan al tabaco. A más de una década de ratificado el Convenio Marco para el Control del Tabaco, y su traducción en el programa de Reconversión Productiva del Tabaco (RPT) para el cumplimiento de los artículos No. 17 y No. 18, los rendimientos productivos se mantienen sin cambios y existe una falta de información de las familias en torno a la RPT. El objetivo de este artículo es analizar la situación actual del Programa de RPT y las interfaces entre familias tabacaleras, organizaciones de representación, funcionarios gubernamentales y otros actores en torno a la RPT. Con la etnografía institucional como referencial analítico y metodológico, el artículo da cuenta que dicha intervención gubernamental es compleja y con visiones contradictorias entre sus actores institucionales y sociales. Las acciones emprendidas por el Estado han dificultado y obstaculizado el proceso de RPT, porque los recursos de apoyo para la reconversión de cultivos son objeto de control político evitando que lleguen a las familias tabacaleras en Nayarit.

PALABRAS CLAVE: Etnografía institucional, CMCT, políticas públicas, reconversión, tabaco

RECONVERSÃO PRODUTIVA DO TABACO NO MÉXICO, UMA APROXIMAÇÃO DESDE A ETNOGRAFIA INSTITUCIONAL

RESUMO

Aproximadamente 90% da superfície cultivada de tabaco no México concentram-se no estado de Nayarit, dinamizando parte importante da sua economia e uma identidade sociocultural atrelada ao tabaco. Após mais de uma década da ratificação

¹ Este trabajo forma parte del proyecto de Ciencia Básica: A1-S-17116 "Desafíos de la Reconversión Productiva y sus contribuciones para la construcción de seguridad alimentaria en municipios productores de tabaco en Nayarit", financiado por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT) de México.

² Ingeniero en Desarrollo e Innovación Empresarial (UTC). Maestro en Desarrollo Económico Local (UAN). Doctorando en Desarrollo Rural (UFRGS). Asistente de investigación del cuerpo académico Actores Sociales y Desarrollo Comunitario, de la Universidad Autónoma de Nayarit (UAN), México. E-mail: dagobertodediosh@gmail.com

³ Licenciado en Economía (UAN). Maestro en Desarrollo Regional (COLEF). Doctor en Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural Sostenible (UCO). Profesor-investigador en el Área de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma de Nayarit (UAN), México. E-mail: jmadera@uan.edu.mx

⁴ Graduado en Ciencias Económicas (PUCRS). Maestro en Economía Rural (UFRGS). Doctor en Economía (UFRGS). Profesor del Departamento de Economía y del programa de posgrado en Desarrollo Rural (PGDR) de la Universidad Federal de Rio Grande del Sur (UFRGS). E-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br

da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), e da sua tradução no programa de Reconversão Produtiva do Tabaco (RPT) para dar cumprimento os artigos 17 e 18, os rendimentos produtivos se mantêm sem câmbios, além da existente falta de informação e desconhecimento das famílias em torno à RPT. O objetivo principal é analisar e identificar a situação atual do Programa de RPT e as interfaces entre as famílias fumicultoras, suas organizações, funcionários governamentais e outros atores. Apoiando-se da etnografia institucional como referencial analítico e metodológico, o artigo da conta que esta intervenção governamental é complexa e com visões contraditórias entre seus atores. Inclusive, as ações empreendidas pelo Estado, longe de facilitar o processo têm-lo dificultado e obstaculizado, porque os recursos de apoio são objeto de controle político evitando que cheguem até as famílias fumicultoras de Nayarit.

Palavras-chave: Etnografia institucional, CQCT, políticas públicas, reconversão, tabaco.

1. INTRODUCCIÓN

El Programa de Reconversión Productiva del Tabaco (RPT) en Nayarit forma parte de los compromisos a los cuales México se suscribió con la ratificación en 2004 del Convenio Marco para el Control del tabaco (CMCT), en particular con los artículos No. 17 y No. 18, que tenían como fin promover entre las familias productoras un proceso de transición hacia cultivos como granos básicos, frutales y hortalizas; así como el cuidado del medio ambiente y salud de las personas. La Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (Sagarpa), fue la responsable de la elaboración de programas y proyectos para la operacionalización de esa intervención gubernamental, valiéndose de la estructura institucional creada a partir de la Ley de Desarrollo Rural Sustentable implantada en la administración de Vicente Fox Quezada (2000-2006), donde se contemplaba la Reconversión Productiva Sustentable dentro del Programa Nacional Integral de Reconversión Productiva. Bajo ese marco, fueron convocadas otras organizaciones como el Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuarias (Inifap), y la Secretaría de Desarrollo Rural y Medio Ambiente (Sederma) de Nayarit, para ser parte del conjunto de actores y agencias de Estado que instrumentalizaran el Programa de Reconversión Productiva del tabaco y sus recursos en Nayarit, México.

Nayarit posee un papel importante en la producción de tabaco a nivel nacional, pues se trata del principal estado productor con aproximadamente 90% de la superficie cultivada en México. A pesar de que los rendimientos productivos de este cultivo han disminuido, continúa teniendo una importancia fundamental en términos sociales y económicos para las aproximadamente tres mil familias que aun continúan en la actividad. En municipios como Santiago Ixcuintla, la producción de tabaco deja una derrama económica importante que se traduce en fuentes de empleo y ganancias finales, así como beneficios sociales por el acceso a la seguridad social y a una pensión rural, a las familias tabacaleras.

A más de una década de ratificado el CMCT y de su traducción en el Programa de RPT, se ha podido documentar en Nayarit una serie de contradicciones, vacíos de información e inconsistencias en su real aplicación y en los resultados que inicialmente habían sido establecidos (DE DIOS, 2014; MADERA; DE DIOS, 2017). Por otro lado, las relaciones entre el Estado, funcionarios

gubernamentales, familias tabacaleras y otros actores son confusas, puesto que se percibe que dicha intervención ha generado mayores dudas y cuestionamientos, que resolver propiamente los compromisos de la reconversión de cultivos por tabaco. Habiendo pasado más de diez años, se convierte en objetivo principal de este trabajo, analizar e identificar la situación actual del Programa de RPT como una intervención gubernamental y las interfaces entre las familias tabacaleras, organizaciones de representación, funcionarios gubernamentales y otros actores en torno a este programa.

Con apoyo de la etnografía institucional como referencial analítico y metodológico, ha sido posible documentar que el Programa de RPT en Nayarit es una intervención gubernamental bastante compleja, con variedad de discursos y marcadas contradicciones entre los diversos actores y las dependencias del Estado, pero sin resultados o avances que hasta el momento evidencien un real apoyo a las familias productoras en la transición productiva del tabaco hacia cultivos económica y socialmente más viables y rentables.

La etnografía institucional ha permitido identificar una existente desconexión de las funciones legales y reales de las Instituciones gubernamentales, que en el papel son unas y en campo otras. Esto, porque en el largo plazo los recursos económicos de apoyo a los cuales se ha podido acceder, terminan siendo utilizados por parte de agricultores que, si bien requieren de la intervención del gobierno, no se trata en todo caso de productores de tabaco. Es decir, dichos recursos están destinándose a cultivos que sí están enmarcados como parte de las opciones de reconversión, pero no están siendo las familias tabacaleras sus beneficiarias o destinatarias finales.

Al disgregar el Programa de RPT se ha podido apreciar una serie de contradicciones en diferentes sentidos y niveles. Éstas van desde las instancias oficiales como SAGARPA, políticos y gobernantes, hasta productores de tabaco y los líderes de sus organizaciones, quienes se confrontan en sus discursos en un aparente ring virtual de debates en torno de los supuestos recursos de apoyo. Si bien se señalan una variedad de montos de apoyo, dinero invertido y programas o componentes desde donde se han gestionado, éstos simplemente no coinciden, pues cada fuente de información oficial consultada presenta una serie de datos diferentes o que no están alineados conforme a lo que se dice, respecto de lo que se hace.

Así, el presente trabajo está compuesto, además de esta introducción, por una breve descripción y caracterización de las familias tabacaleras en torno a la producción de tabaco en Nayarit. Enseguida, presentamos una propuesta analítico-metodológica de la etnografía institucional como referencial para el abordaje del problema. Después, los resultados son discutidos en torno a la situación actual del Programa de RPT y de las interfaces entre los diversos actores vinculados a la producción de tabaco en Nayarit. Finalmente, se encierra el trabajo con algunas reflexiones finales y las posibles vertientes nuevas de investigación.

2. LAS FAMILIAS PRODUCTORAS DE TABACO EN NAYARIT, MÉXICO. ALGUNOS DATOS PARA SU COMPRENSIÓN

En México, la producción de tabaco se localiza principalmente en Nayarit⁵, donde se cultivan las variedades Virginia y Burley. Este estado respondió en el ciclo 2017-2018 por aproximadamente 90% de la superficie cultivada con 5,410 hectáreas de las 6,070 registradas a nivel nacional y una producción total de 13,470 toneladas equivalentes al 92.31% del total mexicano. Actualmente, son aproximadamente tres mil familias tabacaleras quienes, con un promedio de dos hectáreas, producen 2.405 toneladas/ha (SIAP, 2019).

Si bien la figura de “productor” recae en una persona, la producción de tabaco se da en un contexto familiar, con una distribución del trabajo por sexo y edad donde al final, todos los integrantes del núcleo familiar se ven involucrados, de ahí el término de “familias del tabaco” (MADERA, 2000; CAYEROS, 2007) del que en este trabajo nos hacemos eco. En algunos casos y especialmente en temporada de cosecha, se contrata trabajadores temporales. Estas familias tabacaleras, producen además alimentos para autoconsumo entre los que se destacan principalmente el frijol, maíz, chile, nopal, algunas hortalizas y frutales. En los últimos diez años (2009-2018) la producción de tabaco se ha recuperado y estabilizado en torno a cinco mil hectáreas plantadas.

Tabla1 - Área total cultivada con tabaco en México y los aportes absolutos y porcentuales de Nayarit al total nacional (2009 a 2018 – miles de hectáreas-)

Año	México		Nayarit	
	Total	%	Total	%
2018	6.070	100	5.410	89.12
2017	7.462	100	6.207	83.18
2016	7.183	100	5.930	82.55
2015	7.939	100	6.411	80.75
2014	8.004	100	6.773	84.62
2013	7.428	100	6.122	82.41
2012	6.959	100	5.688	81.73
2011	4.524	100	3.187	70.44
2010	4.459	100	3.085	69.18
2009	4.328	100	3.066	70.84

Fuente: elaboración propia con datos de SIAP (2019).

A pesar de que la producción mexicana de tabaco no ocupa los primeros puestos del ranking mundial, su importancia es trascendental para un estado como

⁵ El resto de la producción de tabaco en México se localiza en los estados de Veracruz, Chiapas, Guerrero y Tabasco que contabilizaron conjuntamente 660 hectáreas plantadas y 1,122 toneladas producidas, o sea, 10.87% y 7.68% respectivamente (SIAP, 2019).

Nayarit y sus municipios, donde las familias tabacaleras están vinculadas a esta actividad, por su importancia social, económica y cultural que se adecua a las pequeñas propiedades; es el caso, por ejemplo, de Santiago Ixcuintla⁶, el municipio productor más importante a nivel nacional, donde, según datos del SIAP (2019), se cultivaron para el ciclo 2017-2018 una superficie de 3,865 hectáreas que resultaron en una producción de 9,778 toneladas, con un rendimiento promedio de 2.530 toneladas por hectárea.

Además de ello (la información más reciente disponible), los rendimientos económico-productivos del tabaco para el ciclo 2011-2012 en Santiago Ixcuintla se aproximaron a una producción de 6,133.50 toneladas con un rendimiento promedio por hectárea de 2.9⁷ toneladas, generando un valor total de la producción en moneda brasileña de R\$ 28.687.993,77 (77.72%) de los R\$ 36.908.530,00 obtenidos como derrama económica total por el cultivo de tabaco a nivel estatal⁸.

3. METODOLOGÍA

El contexto rural donde se desarrolla principalmente la actividad tabacalera del estado de Nayarit no ha quedado fuera del control político-institucional operado históricamente desde el Estado mexicano. Al igual que el amplio sector rural campesino en México, la producción de tabaco ha venido padeciendo la falta de rectoría gubernamental para potencializar las capacidades productivas locales, creando a lo largo del territorio nacional diversos problemas producto de una deficiente calidad en la intervención estatal, de la corrupción generalizada, del clientelismo y de una manipulación política (MACKINLAY, 2008, p. 169; apud FLETES, ET. AL., 2014).

La etnografía institucional, una herramienta analítico-metodológica, es “un estudio etnográfico de las operaciones reales de una Institución, que permite tener acceso a la lógica interna de sus instituciones específicas para dar cuenta de sus cambios y continuidades” (FOX, 2005, p. 87; apud HEVIA, 2011, p. 337); permite incorporar en una investigación una visión que desmenuza por completo la operación *in situ* de un programa gubernamental (TORRES ET. AL., 2015). Sin embargo, su mayor relevancia descansa en “enfaticar la función de los actores locales en su relación con los actores institucionales, considerando no solo aspectos de gestión pública, sino también una lectura sociopolítica y antropológica de la gobernanza en un contexto local” (TORRES, ET. AL., 2015, p. 53).

De acuerdo con Vizcarra y Farfán (2011), las investigaciones apoyadas en estudios de etnografía institucional han desarrollado una propuesta metodológica cualitativa que permite abordar un problema desde dos perspectivas. Por un lado, conocer cómo se realiza la construcción de un problema por parte del gobierno y como éste elabora una justificación de intervención con el pretexto de resolver dicho problema, de modo que nos ayuda a discernir si los problemas realmente corresponden o no a los de la población afectada. Por el otro, esta metodología permite indagar si en realidad una intervención gubernamental se trata de estrategias de dominación más amplias que tienen por fin controlar la vida de las poblaciones afectadas, de manera que estos grupos sociales no puedan atentar

⁶ Para el ciclo 2017-2018, dicho municipio aportó a la producción nacional el 63.67% de la superficie cultivada y 67% del volumen total producido (SIAP, 2019).

⁷ Para el mismo año se tuvo un rendimiento promedio por hectárea a nivel estatal de 2.4 (ARIC, 2013), mientras que a nivel nacional fue de 2.05 (SIAP, 2012).

⁸ En pesos mexicanos, el “Valor Total da Produção (VTP)” sería de 171 millones de los 220 millones totales. Según la calculadora de tipos de cambio y de divisas del Banco de México, la conversión resultaría en las cifras presentadas en reales (R\$). Calculadora disponible en: <<http://www.xe.com/es/>>.

contra los intereses que sostienen las estructuras del poder (VIZCARRA; FARFÁN, 2011).

Frente a la realidad actual de la producción de tabaco en Nayarit y el status que guarda el Programa de RPT, el uso de la etnografía institucional como referencial analítico-metodológico nos permitirá, de acuerdo con Torres, et. al. (2015) centrar y focalizar un análisis micro a escala territorial, que deleve el papel de los actores con la política y su operación en el espacio local. Así, la presente investigación se apoya en la propuesta metodológica enunciada por la etnografía institucional (VIZCARRA; FARFÁN, 2012; TORRES, ET AL., 2015) como una herramienta para el análisis del programa de RPT en México, que nos permita adentrarnos en la lógica de funcionamiento de dicha intervención gubernamental, de las relaciones verticales y horizontales de sus agentes y beneficiarios, así como de las diferentes partes que la componen.

Las principales fuentes de información consultadas están organizadas en torno a tres grupos. El primero de ellos se refiere a los documentos e información oficial generados desde las instituciones del Estado mexicano, sobre todo aquellas relacionadas con SAGARPA y SEDERMA, tanto estudios en físico, como aquella información disponible en sus sitios de internet. El segundo grupo comprende un acervo hemerográfico que ha sido construido desde 2012 a la fecha con artículos y notas de periódico, que para este trabajo fueron consultados solamente para el periodo 2012-2017, en torno a temas relacionados con la RPT en Nayarit. El tercer grupo comprende una serie de entrevistas realizadas a familias tabacaleras y a otros actores relacionados con la producción del tabaco en Nayarit en 2014.

Triangular las fuentes de información descritas nos permitió realizar una revisión de la trayectoria histórica de la RPT con sus cambios y continuidades, en torno a cómo se ha venido construyendo un problema desde el Estado para intervenir en la realidad tabacalera; así como identificar las acciones y recursos destinados, quiénes y cómo han venido manejándolos; además de las interfaces entre los diversos actores, entre ellos las familias tabacaleras quienes viven en campo las contradicciones y la desinformación en torno al CMCT y a la RPT.

4. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

4.1 EL CONVENIO MARCO PARA EL CONTROL DEL TABACO Y EL PROGRAMA DE RECONVERSIÓN PRODUCTIVA DEL TABACO EN MÉXICO

El CMCT es un acuerdo mundial de salud que pretende dar respuesta a la epidemia global del tabaquismo. Se convirtió en el primer instrumento jurídico internacional de carácter vinculante que demanda de los llamados *Estados Parte* el establecimiento de políticas para controlar la oferta y demanda de productos de tabaco por un tema de salud pública (GÁMEZ ET AL., 2013), buscando reducir la mortalidad atribuible al tabaquismo. Para la Organización Mundial de la Salud (OMS), principal promotora del CMCT, el cultivo de tabaco “agrava en particular los trastornos sociales y la pobreza, originando un régimen de esclavitud laboral y trabajo infantil; además de las repercusiones en el medio ambiente y la salud de las personas”⁹ (OMS, 2014, p. 5).

⁹ De acuerdo con la OMS, el objetivo del CMCT es “proteger a las generaciones presentes y futuras de las devastadoras consecuencias sanitarias, sociales, ambientales y económicas generadas por el consumo y por la exposición al humo de tabaco, proporcionando una referencia para las medidas de control del tabaco, a ser implementadas por las Partes en los niveles nacional, regional e internacional, a fin de reducir de manera continua y substancial la prevalencia del consumo y la exposición al humo de tabaco” (OMS, 2014, p. 4).

El CMCT se adoptó en la ciudad de Ginebra, Suiza, el 21 de mayo de 2003 (DOF, 2005) en el marco de la 56ª Asamblea Mundial de Salud (ASM), como parte de los trabajos realizados por la propia OMS, aunque las primeras discusiones en torno del tabaquismo se remontan a la década de 1960, y continúan con mayor fuerza durante 1970 a 1980 (MENGEL, 2011).

Posterior a su adopción, México se convirtió en el primer país del continente americano en ratificar dicho Convenio (REGALADO; RODRÍGUEZ, 2008), en un proceso rápido y controversial¹⁰, dejando fuera de los debates y negociaciones a los productores tabacaleros nayaritas representados a través de la Asociación Rural de Interés Colectivo (ARIC) del tabaco. Resultado de su adhesión y ratificación, el gobierno mexicano se comprometió a cumplir con las obligaciones contenidas en el Convenio. Concerniente a las familias productoras de tabaco que tienen como medio de vida este cultivo, se destacaron los artículos No. 17: *promover alternativas económicamente viables para los trabajadores, los cultivadores y, eventualmente los pequeños vendedores de tabaco*; y No. 18: *protección del medio ambiente y la salud de las personas* (OMS, 2014, p. 14).

La traducción del CMCT, sobre todo en el tema de políticas públicas para el cumplimiento de los artículos mencionados, quedó sobre la responsabilidad de la Sagarpa, quien se encargaría de crear programas y proyectos para integrar una serie de políticas en apoyo a la diversificación de las regiones productoras y preparar a los agricultores ante una posible retracción de la demanda mundial de tabaco (SAGARPA, 2008). Para llevar a cabo esa encomienda, dicha Secretaría se basó en la estructura institucional creada con el Programa Nacional Integral de Reconversión Productiva y el componente de Reconversión Productiva Sustentable, ambos derivados de la Ley de Desarrollo Rural Sustentable (LDRS)¹¹. A través de esta estructura institucional previa es que fue construido el Programa de RPT (SAGARPA, 2008).

Para establecer diferencias que nos permitan no causar más confusiones de las ya existentes, tanto en la documentación oficial, como en el contexto tabacalero nayarita, llamaremos para fines de este trabajo *Programa de Reconversión Productiva del Tabaco* a todo aquello relacionado con acciones de política pública provenientes de las Instituciones y actores del Estado; *reconversión del tabaco* al proceso de cambio o transición productiva de éste a otros cultivos, y; *Reconversión Productiva* al componente mediante el cual específicamente se asignan o debieran haberse asignado recursos económicos de apoyo.

Como una vertiente de la LDRS, el Programa Nacional Integral de Reconversión Productiva facilitó la traducción de políticas provenientes del CMCT, en concreto, aquellas referentes a las obligaciones para con las familias dedicadas al cultivo de tabaco en México. Al ser una política de carácter sectorial destinada al ámbito agrícola, la Reconversión Productiva promovía la transformación integral de las actividades productivas y de su entorno, proponiendo para ello los cuatro llamados tipos de reconversión: i) *cambios tecnológicos*, ii) *conversión de cultivos*, iii) *reconversión productiva* y, iv) *recuperación de zonas degradadas* (SAGARPA, 2004). De acuerdo con el documento Institucional, la “reconversión productiva” era descrita como el:

¹⁰ Una de las controversias, es la rapidez del proceso de ratificación llevado a cabo en aproximadamente ocho meses. El tratado fue firmado el 12 de agosto de 2003, para después ser remitido a la Cámara de Senadores quien aprobó el documento el 14 de abril y enseguida pasó al Ejecutivo Federal quien lo ratificó finalmente el 17 de mayo para depositarlo en la Organización de las Naciones Unidas el 28 de mayo de 2004 (DOF, 2005).

¹¹ Política del sexenio gubernamental del presidente Vicente Fox Quezada (2000-2006).

Cambio de la actividad forestal, agrícola o pecuaria, buscando aprovechar la aptitud potencial del área o sitio con un uso óptimo del suelo y reducir la siniestralidad, para alcanzar una producción capaz de competir exitosamente en la defensa del mercado local y de lograr una incursión eficiente en los mercados externos (SAGARPA, 2004, p. 6).

Sin embargo, una de las primeras confusiones se encuentra aquí, puesto que la *conversión de cultivos* parece estar más próxima del contenido normativo que implica el cumplimiento de los compromisos en torno del artículo No. 17. Conforme Sagarpa, dicha conversión comprende la “introducción o establecimiento de un cultivo o especies alternativas por otro que tiene mejor adaptación agroecológica y con mayor competitividad” (SAGARPA, 2004, p. 6). A pesar de ello, para determinar cuáles serían las llamadas alternativas económicamente viables a sustituir el cultivo de tabaco (Artículo No. 17), Sagarpa encomendó al Inifap la elaboración de un *Estudio de Potencial Productivo* que contendría la estrategia guía para llevar a cabo la implementación de tal proceso. A groso modo y mediante un análisis costo-beneficio, INIFAP propuso que la reconversión del tabaco podría realizarse en un periodo de tres años (2008 a 2010) a través de cultivos clasificados en tres categorías: a) granos básicos: sorgo, arroz, maíz y frijol; b) frutales: papaya, cítricos, mango y plátano, principalmente; y, c) hortalizas: tomate, chile verde y otras hortalizas.

Adicionalmente, Inifap propuso como posible para ese periodo “la reconversión productiva de 6,000 hectáreas del cultivo del tabaco, hacia otros que consideraba con un alto potencial productivo, con buena rentabilidad y demanda, tanto en los mercados regionales, nacional y/o de exportación, que permitan a los productores obtener ingresos similares o superiores a los obtenidos con el tabaco” (SAGARPA, 2008, p. 25). Sin embargo, estudios realizados por De Dios (2014) y Madera y De Dios (2017), dejan ver la inexistencia de una reconversión de esas 6,000 hectáreas, ni de la presencia de otros cultivos en sustitución del tabaco. Mucho menos, en dicho Estudio de Potencial Productivo fueron considerados los supuestos criterios de tipo agroecológico, temporalidad y sustentabilidad de los cultivos propuestos.

Por otro lado, para la asignación presupuestal de los recursos de apoyo, el gobierno se ayudó de un componente de Reconversión Productiva que ya existía. Éste fue creado inicialmente e instrumentado para dar atención al cultivo de frijol en el ciclo 2007-2008 en los estados de Durango, San Luis Potosí y Zacatecas¹². Sin embargo, a pesar de que el componente se fue expandiendo tanto a cultivos y estados beneficiados, en el caso del tabaco, su turno llegó hasta 2012 (SAGARPA, 2012). Un documento de Sagarpa (2012) demuestra, por primera vez desde la ratificación del CMCT, la existencia oficial de recursos de apoyo comprometidos para la Reconversión del tabaco, contemplándose de manera explícita como “apoyos a la Reconversión de tabaco a granos básicos en el estado de Nayarit”. Esto genera algunas controversias y dudas, puesto que según desde el año 2008 en el marco de promulgación de la Ley General para el Control del Tabaco (LGCT), líderes y productores tabacaleros conscientes de que la LGCT era una situación irreversible que terminaría por agravar aún más la producción tabacalera, habrían conseguido gestionar ante gobierno apoyos que los orientarían en el cambio a nuevos cultivos

¹² Esos estados fueron afectados, en ese período por una fuerte sequía, lo cual justificó por parte del Estado que “requerían de un mayor ordenamiento y control sobre el mercado, al mismo tiempo que se pudiera generar una mejor remuneración final para los productores” (SAGARPA, 2012).

(NOTIMEX, 2008). Sin embargo, tal parece que éstos se tardaron cuatro años en llegar.

A pesar de que se tiene conocimiento -según versiones de diferentes periódicos de circulación local y nacional- que los primeros recursos económicos de apoyo a la Reconversión del tabaco llegaron a partir de 2009, no fue sino hasta 2011 que según lo documentado por diferentes actores políticos y otros medios de comunicación, es que se crea el llamado “Fondo de Reconversión Productiva en plantaciones de tabaco para cigarrillos”, a través del cual en el presupuesto de egresos de la federación se comenzarían a etiquetar recursos para ayudar a las familias productoras en la promoción e incentivo hacia los cultivos alternativos (MADERA; DE DIOS, 2017). Es decir, existe un lapso de cuatro años en el cual el gobierno finalmente, después de ocho años de ratificar el CMCT, hace llegar los primeros recursos a las familias productoras de tabaco.

Sin embargo, poco o nada se sabe de esos “apoyos a la Reconversión de tabaco a granos básicos en el estado de Nayarit” o del Fondo de Reconversión Productiva en plantaciones de tabaco para cigarrillos. Los recursos que han llegado a Nayarit para la sustitución del tabaco, cuando así ha sido, vienen de lo que algunos actores continuamente han mencionado como *diferentes partidas presupuestales*, pero no del Componente o Fondo ya mencionado. Aunque, manifestado así en declaraciones de políticos y líderes campesinos, la asignación de recursos ha sido producto de movilizaciones y manifestaciones de productores para exigir los tan anunciados y necesarios apoyos. Por otro lado, hay actores que aseguran se ha vuelto un proceso excesivamente burocrático la gestión de recursos, lo cual ha impedido el acceso a los mismos.

El escenario actual que parece se ha construido desde el CMCT para justificar la intervención en la producción tabacalera nayarita, presenta características de una estrategia de biopolítica. Las circunstancias actuales apuntan a que los agentes gubernamentales con poder se han estado aprovechando para retener o extraer todos los beneficios posibles que debían llegar a las familias tabacaleras a quienes constituyeron como la materia prima y el substrato (FOUCAULT, 2008; apud VIZCARRA; FARFÁN, 2012), para justificar la elaboración del Programa de RPT.

Por otro lado, es posible prever que la dificultad de articulación entre las instituciones y agentes del Estado para con sus beneficiarios, no será posible encontrarla en el ámbito del diseño, sino en la implementación de la política (ARELLANO; CABRERO; DEL CASTILLO, 2007; apud HEVIA, 2011). En el caso del Programa de RPT, si se trae a consideración dicho argumento, podría entenderse que a pesar de encontrarse bien fundamentado en el papel a través de la Ley de Desarrollo Rural Sustentable, las dificultades para su implementación se encuentran en la realidad, pero habría que ponderar cuan responsable es el entorno, porque podrían ser propiamente las mismas Instituciones y agentes gubernamentales quienes la manipulan según sus lógicas e intereses. En ese sentido, cobra bastante relevancia otro argumento venido desde el enfoque organizacional, según el cual se define al gobierno “como una red de organizaciones con pretensiones que nunca alcanzaran una actuación homogénea, lógica y continuada, lo que elimina por tanto la idea de que el Estado sería un ente monolítico y homogéneo” (MIGDAL, 2001; apud HEVIA, 2011), de manera que las acciones, recursos y demás compromisos suscritos en el documento oficial, no garantiza la convergencia de esfuerzos y actividades de las partes del Estado como un todo para su óptimo funcionamiento, pues cada una entiende y atiende según sus intereses.

4.2 LA ACTUALIDAD DEL PROGRAMA DE RECONVERSIÓN PRODUCTIVA DEL TABACO EN EL ESTADO DE NAYARIT

La situación actual del Programa de RPT en Nayarit es la de un proceso complejo de entender, confuso y contradictorio, que parece no tener éxito, ni resultados. Además de las controversias y contradicciones de sus diferentes actores, parece existir una falta de coordinación y de trabajo conjunto entre las dependencias y organizaciones responsables de su implementación, donde todo indica que la realidad de esta intervención planeada obedece a una lógica de desinterés o de acciones meramente paliativas, como un nuevo embate del Estado hacia el sector rural. Todo se remite a la naturaleza dual de sus organizaciones; unas en el papel, otras en la realidad.

Razón aparte es la complejidad de lo que se entiende por RPT. Si bien, por parte de algunos actores políticos, dependencias de Estado y líderes campesinos se refieren a ella de manera indistinta como una política agrícola o como un programa gubernamental, ni en el papel, ni en la práctica terminan por diferenciarse. La Reconversión Productiva, formaba parte del Programa Nacional Integral de Reconversión Productiva que ayudaría en el cumplimiento de los objetivos, metas y/o acciones de la LDRS, sin embargo, es llamada indistintamente bajo nombres como "programa", "componente" o "vertiente", sin ningún cuidado de las distinciones cuando se refieren a ella. La pregunta entonces, ¿Cómo se llega al establecimiento y nombramiento de la Reconversión del tabaco?

La reconversión del tabaco es oficialmente llamada así a partir de 2012 en que se inserta por primera vez como una vertiente de apoyo en el "Componente Reconversión Productiva" del "Programa de Sustentabilidad de los Recursos Naturales", de la Dirección General de Fomento a la Agricultura de la Sagarpa. Según el documento *Memoria Documental del Componente Reconversión Productiva 2006-2012*, la denominada, vertiente de "Apoyo a la Reconversión de tabaco a granos básicos en el Estado de Nayarit", habría sido por primera y parece que única vez, susceptible de una superficie de apoyo de 13.7 mil hectáreas (2.10%), de las 651 mil programadas y apoyadas a nivel nacional como parte del componente en cuestión. Además de otras vertientes ya apoyadas en Nayarit, como lo fueron *Pro-oleaginosas* con los cultivos de soja y canola, así como maíz de alto y medio rendimiento en diferentes ciclos agrícolas; la del tabaco, en este caso, fue apoyada durante el ciclo primavera-verano 2012 con la dotación de paquetes tecnológicos para la reconversión a granos básicos como: arroz, frijol, maíz y sorgo.

Se menciona en dicho documento que los apoyos del componente RPT estarían destinados básicamente a atender lo que serían cuatro áreas prioritarias con una distribución porcentual de recursos de la siguiente manera: a) *recuperación de la vocación del suelo* (32%), b) *ordenamiento del mercado* (32%), c) *incremento de la producción interna* (36%), y d) *siniestros* (no recibió recurso). Sin embargo, en dicho documento no se hace mención explícita de la cantidad de recursos económicos que comprendían el componente de Reconversión.

La tabla 2 muestra un concentrado de los recursos que, a nivel federal y estatal, al menos en el papel y con una diversidad de nombres se han destinado al Programa de Reconversión Productiva del tabaco. La primera parte (fila 1), a través del análisis hemerográfico retoma las declaraciones de diferentes actores en relación al tema, rescatando a partir de sus señalamientos los recursos y los programas desde los cuales habrían llegado éstos para ser dispersados a los productores. En cambio, la segunda parte (filas 2 y 3), concentra información de carácter oficial disponible en las páginas de internet de la delegación de Sagarpa en

Nayarit, de SEDERMA local y del Presupuesto de Egresos contenido en el Diario Oficial de la Federación (DOF) de Nayarit. En estos documentos, también se hace mención y referencia a los recursos destinados a partir de los diferentes programas, componentes o vertientes que tenían como objetivo el Programa de Reconversión.

Tabla 2 - Recursos canalizados por diferentes programas a través de la Reconversión Productiva del tabaco

Concentración de recursos según nivel	Período	Dependencias / programas	Recursos (millones de pesos – MDP)	Rubros de aplicación	Fuente
Federal y estatal (Concentrado de información a partir de artículos de internet y periódicos digitales)	2009-2014	Sagarpa federal y estatal	\$100 MDP	Nivelación de tierras, insumos agrícolas y análisis de suelos	Ceballos, 2009 Durán, 2013 Pérez, 2010 León, 2012 Lugo, 2014
		Infraestructura	\$30 MDP \$26 (de 400) MDP	Drenaje parcelario y adquisición de una central de servicios	
		Productividad	\$15 MDP	Reconversión de cultivos	
		Fondo especial de Reconversión Productiva en las plantaciones de tabaco para cigarrillo	\$76 (de 325) MDP \$26 (de 350) MDP	Reconversión de cultivos Fondo de garantía, tecnificar riego y bodegas graneleras	
		Reconversión y comercialización	\$23 MDP \$4.5 MDP	Paquete tecnológico con semilla certificado de arroz y comercialización	
		Plan de Reconversión de cultivos a maíz amarillo	\$30 MDP	Conversión de cultivo de tabaco y caña de azúcar por maíz amarillo	
Portal de internet de SAGARPA Federal, Delegación Nayarit y SEDERMA ¹³	2008-2015	Reconversión productiva	\$29,827,664	Sin especificar	Portal de internet de SAGARPA y SEDERMA
		Desarrollo de capacidades, innovación tecnológica y extensión rural	\$3,137,993	Sin especificar	
		Uso sustentable de recursos naturales para la producción primaria	\$52,443,354	Paquete tecnológico para los cultivos de maíz, maíz de alto rendimiento, arroz, arroz milagro filipino, brócoli y limón ¹⁴	

¹³<http://www.sederma.gob.mx/Desarrollo%20Rural/listado%20de%20beneficiarios.html>

¹⁴<http://www.sagarpa.gob.mx/Delegaciones/navarit/Lists/Padrn%20de%20Beneficiarios/Attachments/203/Listado%20Componente%20Reconversion%20Productiva%202010.pdf>

		Recursos conveniados Federación-Estado	\$14,713,714	Paquete tecnológico cultivo de maíz, durazno, pistache, aguacate, café ¹⁵	
		Productividad y competitividad	\$4,133,333	Sin especificar ¹⁶	
Presupuesto de Egresos de la Federación (PEF)-Nayarit ¹⁷	2015-2017	Presupuesto sectorial (Desarrollo económico) (3 años)	\$1,904,514,050	Sin Especificar	http://www.nayarit.gob.mx/transparenciafiscal/
		Programa Reconversión Agropecuaria ¹⁸	\$500,000,000	Sin Especificar	
		Convenio SAGARPA-SAGADERP	\$96,000,000	Sin Especificar	

Fuente: elaboración propia.

Una de las primeras declaraciones en relación a los recursos de apoyo para la reconversión del tabaco se realizó en 2012 por el entonces subdelegado agropecuario de la Sagarpa en Nayarit al señalar la existencia de un monto de 4.5 millones de pesos en paquete tecnológico de semilla certificada a ser destinados en la margen derecha del río Santiago para productores que quisieran abandonar la producción de tabaco; la intención era que quienes abandonaran el tabaco ahora cultivaran arroz (LEÓN, 2012). Sin embargo, la única relación de beneficiarios con carácter oficial existente por parte de Sagarpa que podría estar relacionado con estos apoyos, sería la de 2010 llamada “Fideicomiso del Fondo de Fomento Agropecuario en el Estado de Nayarit. Componente Reconversión Productiva”. Ahí, se enlistan 16 organizaciones de productores quienes recibieron recursos de apoyo por \$3,907,290, para adquisición complementaria principalmente de paquetes tecnológicos para maíz de alto rendimiento en municipios como Ahuacatlán, Amatlán de Cañas, Jala, Compostela, San Pedro Lagunillas, Santa María del Oro y Tepic.

A pesar de que se encuentran enlistados también productores del municipio de Santiago Ixcuintla (productor de tabaco más importante en México), éstos no eran tabacaleros, sino agricultores organizados en torno del Consejo de Arroceros del Estado de Nayarit A.C. y del Sistema Producto del Estado de Nayarit A.C., quienes recibieron apoyos para paquetes tecnológicos para el cultivo de arroz por una superficie total de 2,126 hectáreas.

La tabla 3, a través de la revisión de los “Convenios de colaboración SAGARPA-Gobierno del Estado de Nayarit” de 2008 hasta 2016, muestra algunos de los programas en los cuales se han comprometido ambos niveles para hacer llegar recursos económicos al sector agrícola nayarita, destacando aquellos que tienen que ver con la Reconversión Productiva, aunque no totalmente con la del tabaco. Se aprecia que en dichos Convenios ya desde 2008 aparece el componente Reconversión Productiva y con él un monto total superior a siete millones de pesos.

¹⁵<http://www.sagarpa.gob.mx/Delegaciones/navarit/Lists/Padrn%20de%20Beneficiarios/Attachments/166/RECONVERSION%20PRODUCTIVA%20-%20PRIMERA%20PUBLICACION.pdf>

¹⁶ http://www.sagarpa.gob.mx/Delegaciones/navarit/Documents/CONVENIO_2011.pdf

¹⁷http://www.nayarit.gob.mx/transparenciafiscal/des/3_marco_programatico_presupuestal/presupuesto_egresos/2016/presupuesto_principales_programas.pdf

¹⁸ En lo que respecta al año 2016 y 2017, no existe en específico recursos para la Reconversión Productiva. La cantidad que se presenta en la tabla 1, es referente al año 2015

Sin embargo, hay otras cosas a destacar a través de la información anterior. La primera es que en 2009 y 2010 no hay información disponible para saber si hubo una continuidad de dicho componente. Sobre todo, llama la atención que anteriormente ya se había señalado que recursos de apoyo fueron entregados en Nayarit para la reconversión del cultivo de maíz de alto rendimiento en municipios del sur y de arroz en Santiago Ixcuintla, pero, no están contemplados en dicho convenio. Un detalle más, similar al anterior, es que tampoco existe información del año 2012 mediante la cual se respalde el argumento presentado en la *Memoria documental del Componente Reconversión Productiva 2006-2012*, donde se señala que en aquel año fueron destinados recursos para la Reconversión del tabaco a granos básicos.

Tabla 3 - Aportaciones de recursos a partir de los convenios SAGARPA-Gobierno del estado de Nayarit 2008-2016

Año	Criterios	Aportaciones en recursos (Millones de pesos)					
		SAGARPA		Gobierno de Nayarit		Total	
		Millones de pesos	%	Millones de pesos	%	Millones de pesos	%
2008	Total de programas	\$595,940,925	84.2	\$111,578,900	15.7	\$707,519,825	100.0
	Programa de Atención a Problemas Estructurales	\$4,615,000	0.6	\$2,845,000	0.4	\$7,100,000	1.00
	Componente Reconversión Productiva	\$4,615,000	0.6	\$2,845,000	0.4	\$7,100,000	1.00
2009	Sin información						
2010	Total de programas	\$223,410,48	79.8	\$74,470,163	26.6	\$279,880,651	100.0
	Programa de uso sustentable de Recursos Naturales para la producción primaria	\$18,050,00	6.4	\$5,350,000	1.9	\$21,400,000	7.6
2011	Total de programas	\$214,000,000	75.0	\$71,333,333	24.9	\$285,333,333	100.0
	Programa de Sustentabilidad de los Recursos Naturales	\$17,725,000	6.2	\$5,758,333	2.1	\$23,033,333	8.0
	Componente Reconversión Productiva	\$ 3,100,000	1.0	\$1,033,333	1.0	\$4,133,333	1.4
2012	Total de programas	\$98,600,000	74.9	\$32,866,667	25.0	\$131,466,667	100.0
	Programa de Sustentabilidad de los Recursos Naturales	\$13,650,000	10.3	\$4,450,000	3.3	\$18,200,000	13.8
2013	Total de programas	\$213,900,000	85.9	\$35,000,000	14.0	\$248,900,000	100.0
	Programa de Sustentabilidad de los Recursos Naturales	\$12,000,000	4.8	\$3,000,000	1.2	\$15,000,000	6.0
2014	Total de programas	\$264,100,000	87.7	\$36,900,000	12.2	\$301,000,000	100.0
	Programa de Conversión y Uso Sustentable del Suelo y Agua (CUOSSA)	\$37,100,000	12.3	\$2,318,750	0.7	\$39,418,750	13.0
2015	Sin información						
2016	Total de programas	\$196,500,000	88.6	\$25,111,683	11.3	\$221,611,638	100.0
	Programa de Concurrencia con las Entidades Federativas	\$61,300,000	27.6	\$15,325,000	6.9	\$76,625,000	34.5
	Componente Concurrencia en Materia Agrícola	\$33,726,617	15.1	\$8,431,654	3.8	\$42,158,271	19.0

Fuente: elaboración propia

Según la Memoria documental del Componente Reconversión Productiva 2006-2012, para la operación del programa y sus recursos de apoyo se consideró a la delegación de Sagarpa en Nayarit como la instancia ejecutora de los mismos. En tanto que la dispersora de subsidios sería la Agencia de Servicios a la Comercialización y Desarrollo de Mercados Agropecuarios (ASERCA-DGMP), quienes en conjunto participarían de la obtención parcial de un monto de recursos totales para el componente de Reconversión Productiva a nivel nacional en 2012, de \$797 millones de pesos ejercidos. Importante señalar que inicialmente se habían autorizado sólo \$455 millones de pesos en el presupuesto federal.

Nuevamente se presenta otro vacío de información pues el documento oficial en cuestión omite y/o no menciona de manera explícita la cantidad de recursos destinados exclusivamente a Nayarit. Aunque dicho vacío u omisión de información no es propio del documento anterior, sino que se extiende a las propias dependencias e instituciones encargadas de la operación del programa y de sus componentes. Lo otro que también se logra apreciar en las tablas 2 y 3, es un estrechamiento institucional, es decir, al paso de los años los programas y sus componentes se van reduciendo, algunos desaparecen o después están relacionados a otro programa, situación que no permite una estabilidad institucional, ni en el papel, mucho menos en campo.

En lo que respecta a las familias tabacaleras, cuando cuestionadas sobre su conocimiento del CMCT, de los recursos del Programa de Reconversión o de la reconversión de cultivos, lo que existe es una falta de información o desconocimiento del tema. Las declaraciones de las entrevistas realizadas dan cuenta de ello:

Sí lo he escuchado, pero hasta ahorita no he visto nada, seguimos en lo mismo. Tienen años diciéndonos que hay cultivos alternos, que hay recursos, que la reconversión del cultivo de tabaco pero no hemos visto nada, puras promesas y promesas y promesas (Productortabaco1, 2014).

Lo que no tenemos son recursos y eso es lo que se ocupa para otros cultivos, pero con asesoría y con alguien que nos guíe, nosotros estamos dispuestos para aprender y lo lograríamos rápido, rápido lo lograríamos. Siento yo que un 100% no estaríamos preparados, pero siento que con una poquito de información, de algunos cursos y algunas asesorías que nos den a través de mucho joven preparado que hay, yo siento que nos pondríamos al tanto de cualquier cultivo. No creo que haya cultivos diferentes y difíciles para saber trabajar (Productortabaco1, 2014).

Tengo conocimiento de él, pero desafortunadamente el Convenio Marco los gobiernos federales de cada país no lo han cumplido. En el caso de México no se ha cumplido, pues en teoría la meta era erradicar el tabaco, pero en la práctica no se ha hecho nada (Productortabaco2, 2014).

Esta situación parece no tener importancia, pero realmente la tiene, pues para el caso del tabaco se requiere difusión de información, así como conocimiento de los programas y recursos estables en el largo plazo para acompañar su reconversión, que sean exclusivos y que no se mezclen en la grande tómbola presupuestal donde cualquier productor podría salir beneficiado, incluso no siendo tabacalero, como parece sucedió en el caso del maíz y arroz.

Experiencias en curso en otros países, Brasil, por ejemplo, pueden ser interesantes para reflexionar el estado actual de la RPT en México. Un tema central es el acceso a información, primero para que las familias tengan conocimiento en general sobre los objetivos del CMCT y de la Reconversión de cultivos, y en segundo para conocer qué ofrecen en materia de recursos y acciones y acciones dichas estructuras institucionales a través de sus políticas y programas. De acuerdo con Rudnicki y Guerin, a través de un estudio en Dom Feliciano, municipio tabacalero del Sur de Brasil, antes de proponer alternativas de extensión rural y de diversificación de cultivos, es necesario entender las relaciones que existen entre las familias tabacaleras y otros actores, en ese caso, las industrias del tabaco: al momento de “implementar proyectos de extensión es necesario entender la comunidad, los bloqueos de información, las limitaciones económicas, sociales y culturales de los agricultores” (RUDNICKI; GUERIN, 2014, p. 29).¹⁹

Por otro lado, experiencias de transición agrícola y articulación institucional brasileñas pueden ser útiles también para Nayarit. El trabajo de Thies y Conterato (2017), presentan el caso de estudio de un municipio productor de tabaco al noroeste del estado de Rio Grande del Sur. Frente a las preocupaciones de los territorios del tabaco por encontrar respuestas a la sustitución del cultivo de tabaco, sobre todo a partir de los desdoblamientos del CMCT, los autores presentan que en Porto Vera Cruz, un proceso de transición sociotécnica basado en la construcción de conocimiento y novedades sociales (*novidades*), les permitió a los agricultores familiares de ese municipio transitar del cultivo de tabaco a la producción y comercialización institucional de alimentos. La creación de la Cooperativa de los Agricultores de Porto Vera Cruz en 2004, y su articulación con el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), constituyó a éste último en una ventana de oportunidad para que las familias productoras de tabaco del municipio, consiguieran mejorar su calidad de vida y reducir la dependencia con las industrias del tabaco, a través de la diversificación para la producción de alimentos a ser comercializados mediante mercados institucionales (THIES; CONTERATO, 2017)..

Las dos experiencias en Brasil son importantes en términos de sus aportes para repensar/replantear un Programa de Reconversión Productiva del Tabaco. Un primer aprendizaje que puede ser rescatado de estos casos se encuentra en las formas de comunicación, de obtención de información y elementos socioeconómicos y culturales que tienen que ser llevados por una intervención gubernamental como la de Reconversión del tabaco. El segundo aprendizaje, se refiere a una estructura institucional de apoyo, como en el caso del PAA en Porto Vera Cruz, que se constituye en una ventana de oportunidad para articular los programas gubernamentales a los proyectos de las familias tabacaleras.

¹⁹ A decir de estos autores, la asistencia técnica o la creación de un programa técnico ofrecido por organizaciones, es importante cuando existen situaciones en las cuales un productor no sabe en qué época debe sembrar, y a veces si lo hace, puede ser de forma equivocada. La presencia de un técnico en la propiedad es necesaria, porque frente a un contexto que cambia de forma constante, los agricultores siempre tendrán preguntas o cuestionamientos sobre cosas más baratas y/o accesibles para usar, variedades de semillas, plántulas o cosas que la tecnología les esta sugiriendo (RUDNICKI; GUERIN, 2014, p. 34).

4.3 LAS INTERFACES Y RELACIONES ENTRE LAS FAMILIAS TABACALERAS Y LOS DIVERSOS ACTORES EN LA PRODUCCIÓN DE TABACO EN NAYARIT

El apartado anterior permitió conocer la compleja actualidad del Programa de RPT en Nayarit. En éste se identifica y analiza las posiciones de los diversos actores que participan de la producción de dicho cultivo. Después de mucho anunciarse en Nayarit una bastedad de programas y recursos gubernamentales de apoyo, fuera de algunos insumos y servicios entregados, el grueso de millones de pesos no ha llegado para sostener la transición de aquellas propiedades que se creyeron en la promesa de dicha intervención gubernamental, por lo que, si hoy no están abandonadas a su suerte, tienen problemas de comercialización o de otro tipo.

Una de las declaraciones más fuertes en torno al tema de los recursos económicos de apoyo derivados del Programa de Reconversión Productiva del Tabaco, se dio desde la Asociación Rural de Interes Colectivo (ARIC) de los productores de tabaco. Ésta, es la única organización en Nayarit que agrupa a las aproximadamente tres mil familias productoras de tabaco. El líder de la Aric, entrevistado en 2014 la describe así:

Nuestra función es ser interlocutores entre los productores y las empresas tabacaleras. Nuestro trabajo es establecer las condiciones de trabajo y de precio, así como toda la problemática que se presenta durante el ciclo productivo como, por ejemplo, siniestros climáticos, el manejo productivo del cultivo y todo lo que sea parte del proceso. También, hay una relación de nuestra organización apoyando a los agricultores ante el tema de la seguridad social, porque todos los productores tienen seguridad social para ellos y sus familias, a diferencia de otros cultivos, nada más el tabaco y la caña de azúcar de acuerdo con la legislación mexicana pueden tener esos beneficios para ellos y sus familias (Líder tabacalero, 2014).

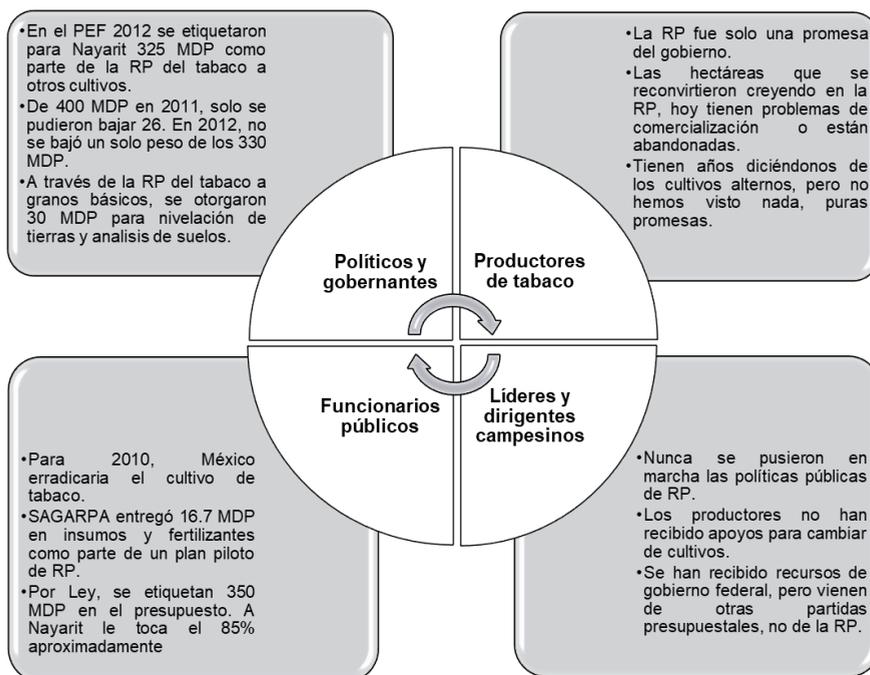
En 2015, el líder de la ARIC, se expresó contrariamente frente a las declaraciones del subdelegado de Sagarpa, manifestando que sus representados hasta ese momento no habían recibido apoyos para substituir el cultivo de tabaco (AGUIRRE, 2015). Para el dirigente tabacalero, el gobierno federal a pesar de sus buenos deseos, nunca puso en marcha políticas públicas de reconversión que les dieran a los productores la posibilidad de mejorar no sólo sus ganancias, sino también sus condiciones de vida frente a un escenario de crisis e incertidumbres en el que se le ha convertido al campo mexicano. Sin embargo, el mismo líder de la ARIC cuando fue entrevistado en 2014 manifestó una serie de gestiones para la obtención de apoyos;

Nuestra organización (ARIC) ha gestionado recursos desde 2004, desde que se inició el Convenio Marco que fue en el 2003. Hemos estado haciendo gestiones año con año, tanto que ahorita tenemos una solicitud por 20 millones de pesos para apoyo a unos paquetes tecnológicos y por otro lado para nivelación de tierras. Han estado llegando recursos para diferentes rubros y de diferentes partidas presupuestales, pero no de la Reconversión. Desde un principio logramos recursos para materiales, para mejorar el curado del tabaco. En el 2006 se nos apoyó para mejorar el cultivo, pero posteriormente han

sido apoyos para tecnificación del riego, el drenaje parcelario. Entonces desde el año 2004 a la fecha hemos estado recibiendo recursos del gobierno federal (Líder tabacalero, 2014).

Esta serie de declaraciones, aparentemente contradictorias, han venido tejiendo un entramado verbal bastante confuso, que parece indicar viene construyéndose como parte de una estrategia de biopolítica y/o de intervencionismo para robustecer la capacidad de control y determinista de algunas de las instituciones del Estado mexicano para con los productores de tabaco. Si bien por parte de la esfera oficial se enuncian montos y cantidades de apoyo que forman parte de los compromisos del CMCT en torno de los artículos No. 17 y No. 18, cuando en el peor de los casos no se ha podido acceder como coloquialmente se dice "a un solo peso", los productores tabacaleros han tenido que conformarse con recursos que apenas alcanzan para acciones que se pudieran considerar preparatorias para una transición de cultivos, pero que para ellos no sirven de mucho. Las diversas contradicciones entre productores, líderes campesinos y actores gubernamentales se presentan en la Figura 1.

Figura 1 - Las versiones y contradicciones de la Reconversión del tabaco en la voz de sus diferentes actores



Nota: R.P. se refiere a la Reconversión Productiva; MDP, millones de pesos; PEF, Presupuesto de Egresos de la Federación.

Fuente: elaboración propia a partir de revisión hemerográfica.

Además de las versiones y contradicciones anteriores, existen otras al interior de la propia ARIC y de las familias tabacaleras. Según el dirigente de la ARIC, con algunos de los primeros recursos de apoyo recibidos “la organización compró y se hizo una central de maquinaria para nivelar tierras a un costo muy bajo del que ofrece cualquier empresa que se dedica a ofrecer este servicio” (Lider tabaquero, 2014). Sin embargo, durante algunas entrevistas, miembros de familias productoras expresaron lo contrario.

la ARIC no nos apoya con lo que se ve en el campo y él [dirigente] sabe bien, porque también es productor, que no nos alcanza el dinero para los trabajos. Él no busca la forma de apoyarnos. Por ejemplo, para empezar a trabajar la tierra para el tabaco, ARIC cuenta con tractores que puede mandar a las comunidades a que realicen trabajos más económicos, que con los propios tractores que hay en las comunidades. Si por ejemplo con los tractores que hay en la comunidad los dueños cobran la rastreada a \$400-500 pesos la hectárea o la arada, la ARIC tiene sus tractores y puede mandarlos para que la rastreada se cobre a \$300-350. Es un poquito de ahorro, pero pues ni eso. Los funcionarios que integran la ARIC no gestionan nada de eso para el productor, ni gestionan precios buenos en el recibo del tabaco cuando ya está entregándose. Ellos trabajan de acuerdo con el gobierno. El gobierno y las empresas los tiene controlados (Productortabaco3, 2014).

De la misma manera, las declaraciones de un actor político local coincidían con lo expresado anteriormente, al sostener que las familias no se benefician directamente de los recursos o equipos adquiridos, porque “...pasó que se compró una central de maquinaria para nivelación de tierras que es usada como de manera particular por el dirigente de la ARIC, entonces ellos se dedican a trabajar la tierra pero en otro contexto diferente al de una política pública, no en beneficio de las familias” (Actorpolítico1, 2014).

Las instituciones del Estado involucradas en la Reconversión del tabaco, tanto SAGARPA como INIFAP, en teoría parecen tener claridad en las funciones y propósitos que desde sus campos de actuación cada una debiera realizar. No obstante, tal como señala el trabajo de Hevia (2011), la dificultad mayor para articular estas instituciones y los agentes del Estado no está en el diseño, sino durante la implementación de la política, sus programas y proyectos. En ese sentido, las interfaces entre el Estado, actores gubernamentales y familias tabacaleras, no se han materializado en acciones concretas, a pesar de existir acercamiento entre ellos, como lo señala el líder de la Aric:

¿Existe alguna coordinación entre la Aric, gobierno del estado, empresas del tabaco, institutos de investigación y/o universidades para trabajar en buscar alternativas de cultivos a los productores?

No, pero si hay buena coordinación entre la Aric con el gobierno estatal y gobierno federal. Nosotros hemos solicitado que no solamente queremos recursos para que se apliquen a un paquete tecnológico, sino que también queremos recursos para construir infraestructura, que haya capacitación, que haya una investigación de mercados, porque es lo que hace falta. Sin embargo, es lo que se ha logrado hasta la fecha, pero nuestra petición es esa. Nosotros queremos sembrar otros

cultivos, pero también queremos tener a quien venderle, poder darle valor agregado, que haya financiamiento. Entonces, en esa perspectiva es que estamos trabajando en coordinación con los diferentes niveles de gobierno.

Así, al desmenuzar la operación *in situ* de la Reconversión del tabaco, en lo referente a las organizaciones que deberían estar participando y relacionándose en torno a dicho proceso, no ha quedado claro en la realidad tabacalera nayarita cuál es el alcance de actuación de cada una de ellas, lo que en ocasiones crea confusiones y conflictos en el entendimiento de las funciones que cada una realiza y su relación para con las otras, sobre todo cuando se trata de obtener información de los recursos de apoyo manejados entre ellas.

Si bien el gobierno federal comisionó a Sagarpa la responsabilidad de operar el Programa de Reconversión Productiva y adaptar éste al cultivo de tabaco, el Inifap fue el encargado, a través de una relación horizontal con dicha dependencia, de asesorarla en el establecimiento de cultivos sustitutos del tabaco y a su vez el mismo centro de investigaciones, habría llegado a fungir como el puente de entendimiento entre Sagarpa federal y su delegación estatal. Aunque, ya durante la supuesta implementación de su *Estudio de Potencial Productivo* parece que Inifap no se hizo presente, pues debía haber asesorado a Sagarpa en Nayarit, así como a la Aric de productores de tabaco, aunque todo indica que no lo hizo.

Tabla 4 - Organizaciones involucradas en torno del Programa de Reversión Productiva del tabaco en Nayarit

Institución	Tipo de organismo	Nivel	Relación con la Reversión Productiva del tabaco (RPT)	Página web
Organización Mundial de la Salud (OMS)	Multilateral	Internacional	Principal promotora del CMCT. Responsable de vigilar los avances en materia de cumplimiento a los compromisos y acciones asumidos en torno del CMCT	http://www.who.int/es/
Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA)	Gubernamental	Federal	Responsable en sus diferentes etapas de la Reversión Productiva del tabaco relación al cumplimiento de los compromisos y acciones de los artículos No. 17 y No. 18	https://www.gob.mx/sagarpa
Secretaría de Desarrollo Rural y Medio Ambiente (SEDERMA)	Gubernamental	Estatad	Responsable local de la Reversión Productiva del tabaco a otros cultivos, valiéndose para ello de la estructura de las instituciones gubernamentales y del permanente contacto con las organizaciones de productores y las familias tabacaleras.	http://www.sederm.a.gob.mx
Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuarias (INIFAP)	Descentralizado	Federal	Responsable de proponer al gobierno, estudios e recomendaciones, en relación a las actividades y cultivos con mayor potencial productivo para substituir al tabaco.	http://www.inifap.gob.mx/SitePages/Inicio.aspx
Asociación Rural de Interés Colectivo (ARIC)	Representación campesina	Estatad	Trabajar organizativa y operativamente a nivel local en la implementación de actividades y recursos, a través de su vinculación entre productores de tabaco, empresas y gobierno.	No tiene

Fuente: elaboración propia

En la realidad diaria de las diferentes comunidades productoras de tabaco en Nayarit parece observarse la naturaleza dual de las organizaciones gubernamentales. Pues si bien tanto Sagarpa y Sederma tienen claridad al respecto de sus objetivos y funciones; ya en campo, terminan por ser presas del contexto adverso que con complicidad estas mismas y los agentes que las representan, han ayudado a construir para extender en el tiempo y espacio las estrategias y lógicas de dominación para con sus "clientes" campesinos, en el intento de preservar la dominación y subordinación de dicho sector.

De esa forma, hasta hoy el Programa de Reversión Productiva del tabaco no ha funcionado y ha terminado por convertirse en una intervención más del gobierno. Su complejidad, constante transformación no solo en nombres de programas y componentes, sino también en montos de apoyos y organizaciones

participantes, dan cuenta de la falta de resultados que permitan hablar ya no de un éxito, sino al menos de avances reales y concretos, palpables en la Reconversión del tabaco por granos básicos u otros cultivos en beneficio de las familias productoras de Nayarit.

4. CONSIDERACIONES FINALES

Las visiones y contradicciones en torno del Programa de Reconversión Productiva del tabaco son bastantes. La situación actual de esta nueva intervención gubernamental es que al día de hoy no se han cumplido los objetivos y metas que se trazaron inicialmente, sobre todo aquellas relacionadas de manera directa con los artículos No. 17 y No. 18 del CMCT, porque los recursos de apoyo necesarios para la transición productiva del tabaco a otros cultivos están permeados por la pasividad y el control político del Estado mexicano. Contrariamente, han convertido a la Reconversión del tabaco un proceso que carece de una planeación centrada en las necesidades de las familias tabacaleras y que no ha presentado avances ni resultados a través de la presencia de nuevos cultivos que diversifiquen y por ende disminuyan la superficie cultivada con tabaco.

Las interfaces en el contexto tabacalero en Nayarit están plagadas de visiones diferentes y contradicciones entre sus actores. Por un lado, los agentes e Instituciones de Estado hablan de recursos entregados y de haber cumplido compromisos en términos de política pública mediante la entrega de recursos. Sin embargo, en la otra orilla, las familias tabacaleras y sus líderes señalan totalmente lo contrario al referirse que después de más de diez años de la ratificación del CMCT siguen esperando recursos de la tan publicitada Reconversión del tabaco.

Con este ejercicio de etnografía institucional del Programa de Reconversión Productiva del tabaco, parece quedar de manifiesto que en Nayarit no ha existido voluntad o capacidad institucional para acceder a los recursos de apoyos. En el peor de los casos no se ha accedido coloquialmente como se dice a “un solo peso”, teniendo las familias tabacaleras que conformarse con apoyos que apenas alcanzan para la entrega de insumos y fertilizantes, nivelación de tierras o análisis de suelos, pero que no son suficientes para un verdadero proceso de cambio del tabaco hacia otro tipo de cultivo. Esa transición, debería al menos envolver difusión de información, investigación, desarrollo de tecnologías locales, acompañamiento en procesos técnico agronómico pero también organizativos, inversiones, fondos de garantía y creación de mercados institucionales, esto para hablar mínimamente de una verdadera política agrícola sin fines de control social y que rompa los tradicionales esquemas de intervención gubernamental. Una verdadera Reconversión del tabaco, podría repensarse/rediseñarse, teniendo como ejemplo el caso de Brasil.

5. REFERENCIAS

AGUIRRE, G. **La farsa de los apoyos al campo.** Tabaqueros no cambiaran de cultivo. Disponible en: <http://www.nnc.mx/portada/1403011523.php>. Acceso en: 01 abr. 2015.

CAYEROS, L. **Las familias del tabaco. Trabajo agrícola familiar y calificación en la producción de tabaco en Jala, Nayarit, ciclos 1998-2006.** 2007. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais), El Colegio de Michoacán. Zamora, 2007.

CEBALLOS, J. **Mejoran las condiciones de los tabaqueros en Nayarit: ARIC.** Disponible en: <http://diariogenteypoder.com/nota.php?id=1415>. Acceso en: 01 abr. 2015.

DE DIOS, D. **Reconversión productiva y nuevas generaciones de familias tabacaleras en el municipio de Santiago Ixcuintla, Nayarit.** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico Local), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico Local, Universidad Autónoma de Nayarit. Tepic, 2014.

DURÁN, L. **Abandonan los cultivos de tabaco.** Disponible en: <http://www.reforma.com/aplicacioneslibre/articulo/default.aspx?id=118651&md5=225608c266c61958a5daf9466a14a26f&ta=0dfdbac11765226904c16cb9ad1b2efe>. Acceso en: 01 abr. 2015.

FLETES, H.; RANGEL, F.; OLIVA, A. V.; OCAMPO, G.G. Pequeños productores, reestructuración y expansión de la palma africana en Chiapas. **Región y Sociedad**, n.57, p.203-239, 2013.

GÁMEZ, C. J.; LAMY, P; BLANCO, A. La implementación del Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco en México: lecciones aprendidas. *En*: REYNALES, L.; THRASHER, J.; LAZCANO, E; HERNÁNDEZ, M. (Editores), **Política pública para el control del tabaco en México.** México: Instituto Nacional de Salud Pública. 2013.

GÓMEZ, C. **Nayarit sigue siendo líder de producción de tabaco en México.** Disponible en: <http://www.inforural.com.mx/nayarit-sigue-siendo-lider-de-produccion-de-tabaco-en-mexico/>. Acceso en: 02 nov. 2018.

HEVIA, F. La difícil articulación entre políticas universales y programas focalizados Etnografía institucional del programa Bolsa Familia de Brasil. **Gestión y Política Pública**, v. XX, n.2, p.331-379, 2011.

LEÓN, A. **Aumentará en Nayarit la producción de arroz: SAGARPA.** Disponible en: <https://www.inforural.com.mx/aumentara-en-nayarit-la-produccion-de-arroz-sagarpa/>. Acceso en: 02 nov. 2018.

LUGO, U. **Cultivos de tabaco y caña de azúcar cambiarán por maíz amarillo.** Disponible en: <http://nayaritenlinea.mx/2014/01/24/cultivos-de-tabaco-y-cana-de-azucar-cambiaran-por-maiz-amarillo/>. Acceso en: 02 nov. 2018.

MADERA, J. **Estrategias de sobrevivencia y economía campesina ante el neoliberalismo: el trabajo familiar en la producción de tabaco en Nayarit, 1990-2000.** 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), El COLEF. Tijuana, 2000.

MADERA, J.; DE DIOS, D. (Re)Configuración de saberes y reconversión productiva del tabaco en la costa norte de Nayarit. In: GARRAFA, O. et al. (coords.) **México rural ante los retos del siglo XXI. Tomo IV: Políticas públicas y territorialidades.** México: AMER/UAN/UACH/UAM, 2017.

MÉNDEZ, E. **Crisis agobia a los tabacaleros por contrabando y piratería.** Disponible en: <https://www.excelsior.com.mx/nacional/2013/11/19/929388>. Acceso en: 02 nov. 2018.

MENGEL, A. **Tratados internacionais e disputas locais: A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e as disputas entre os atores da cadeia produtiva no Brasil.** 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

MÉXICO. *Diario Oficial de la Federación – DOF.* 2005. **Convenio Marco de la Organización Mundial de la Salud para el Control del Tabaco.** Consultado em: 01/07/16. Disponible en: <http://www.cedhchihuahua.org.mx/portal/tratados/pdf/133.pdf>. Acceso en: 01 jul. 2016.

NOTIMEX. **La ley antitabaco dañará a Nayarit.** Disponible en: <http://www.cnnexpansion.com/economia/2008/02/24/la-ley-antitabaco-danara-a-nayarit>. Acceso en: 04 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Alternativas económicamente viáveis al cultivo de tabaco (en relación con los artículos 17 y 18 del Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco).** Conferencia de las Partes en el Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco. Sexta Reunión, Moscú, Rússia, 13-18 de outubro de 2014.

PÉREZ, M. **Debacle de productores de tabaco en Nayarit, Veracruz, Chiapas y Jalisco.** Disponible en: <http://www.taringa.net/comunidades/mesif/1514937/Debacle+de+productores+de+tabaco+en+Nayarit%252C+Veracruz%252C+Chiap.html>. Acceso en: 04 nov. 2018.

REGALADO, J.; RODRÍGUEZ, C. La función de la Oficina Nacional para el Control del Tabaco en México. **Salud Pública de México**, v. 50, n. 3, p. S355-S365, 2008.

RUDNICKI, C. S.; GUERIN, Y. S. As mediações na trajetória de vida dos agricultores do tabaco no Rio Grande do Sul. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2014. Disponible en: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/7518/pdf> Acceso en: 04 nov. 2018.

SAGARPA. **Servicio de Información Agrícola y Pecuaria (SIAP).** México. 2019.

SAGARPA. **Servicio de Información Agrícola y Pecuaria (SIAP).** México. 2012.

SAGARPA. **Memoria documental del Componente Reconversión Productiva 2006-2012.** SAGARPA, 2012. Disponible en: <https://sagarpa.gob.mx/Transparencia/PNRCTCC/PNRCTCC%202012/Memoria%20Documental%20Componente%20Reconversion%20Productiva%20%2030102012.pdf>. Acceso en: 02 nov. 2018.

SAGARPA. **Reconversión del cultivo de tabaco en México**. México, 2008.

SAGARPA. **Reconversión productiva sustentable**. SAGARPA, 2004. Disponible en:

https://slideplayer.es/slide/3568224/?fbclid=IwAR0kSSQ89OezxTR7EiSv53VHjrQJaqfZMIOhtkbGzgz_Cl2eeQupegfANgl (Taller: Reconversión productiva y agricultura por contrato). Acceso en: 02 nov. 2018.

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Da produção de tabaco ao cultivo de alimentos: novidades e transições sociotécnicas na agricultura familiar de Porto Vera Cruz - RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 1, p. 62-78, maio 2017. Disponible en: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/23658/pdf>. Acceso en: 02 nov. 2018.

TORRES, O. F.; HERRERA, F.T.; VIZCARRA, I.B; LUTZ, B.H.B. Etnografía institucional del proyecto estratégico de seguridad alimentaria (PESA) en una comunidad mazahua. **Nueva Antropología**, v.28, n.82, p.51-81, 2015.

VIZCARRA, I.; FARFÁN, F. El programa “Vete sano y regresa sano”: lecciones de una etnografía institucional en el Estado de México. **Ruris**, v.6, n.2, p.123-154, 2012.

TRABALHO E NATUREZA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CONTOS E CAUSOS¹

Marivaldo Aparecido de Carvalho²
Rosana Passos Cambraia³
Sílvia Regina Paes⁴

RESUMO

Atentamos para as representações sociais expressas pelos contos e causos e pela maneira como as comunidades rurais percebem a natureza envolvente. O trabalho objetivou valorar as relações culturais e a memória coletiva, com participação de narradores e historiadores. Foram realizadas gravações, coletas e sistematização dos relatos e narrações em algumas comunidades rurais tradicionais do Vale do Jequitinhonha e do Sul de Minas Gerais (Brasil). As ações tiveram como foco a produção de texto e a publicação de livros e cartilhas. Os contos se apresentam estruturados pelas formas do trabalho, a natureza é vista como criação de Deus e espaço fundamental para o ato do trabalho. Seja na relação entre os moradores e as unidades de conservação da natureza, ou monocultivos, o homem rural se relaciona com outras formas de organização do trabalho e com a percepção da natureza. O 'trabalho' se coloca como elemento aglutinante entre a organização da economia camponesa e a percepção da natureza. A manifestação social dessa aglutinação se dá nas narrativas dos contos, de forma imaginária, as lidas da vida diária, demonstram os aspectos éticos/religiosos dos valores sociais que norteiam hábitos, costumes e manifestações culturais.

Palavras-chave: antropologia rural, cultura, estórias, religiosidade.

NATURE AND LABOR IN SOCIAL REPRESENTATION OF TALES AND STORIES

ABSTRACT

We look at the social representations that are expressed by tales and stories and the way that rural communities perceive the surrounding nature. The goals of this work were to strengthen cultural ties and to value collective memory, with the participation of narrators and historians of the rural communities. We recorded, collected and

¹ Fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), APQ 002797-14.

² Graduado em Ciências Sociais (UNESP). Mestrado e Doutorado em Sociologia (UNESP). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (PPGSaSA) e Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: marivaldo.aparecido@ufvjm.edu.br

³ Graduada em Zootecnia (UFV). Mestrado e Doutorado em Psicobiologia (USP). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (PPGSaSA) e Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: rosa.cambraia@ufvjm.edu.br

⁴ Graduada em Ciências Sociais (UNESP). Mestrado e Doutorado em Sociologia (UNESP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (PPGSaSA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: silvia.paes@ufvjm.edu.br

systematized the reports and narrations in some traditional communities of the Jequitinhonha Valley and South Minas Gerais (Brazil), to publication of the stories and narrations as articles, books and booklets. The work structure in the stories and nature is seen as a creation of God, a fundamental space for the work. Whether in the relationship between communities and units of nature conservation, or monocultures, the rural people are related to other forms of work organization and the perception of nature. The 'work' is placed as an agglutinative element between the organization of the peasant economy and their perception of nature. The social manifestation of this agglutination occurs in the ways of narrating the stories, in an imaginary way, the daily life, demonstrated by the ethical and religious aspects of social values guiding habits, customs and cultural manifestations.

Key words: rural anthropology, culture, stories, religiosity.

1. INTRODUÇÃO

As narrações de contos e causos demonstram que a memória é sempre coletiva, ou seja, mesmo a memória individual é referendada pela sociabilidade dada pela coletividade onde este indivíduo habita. O imaginário social, expresso em contos e narrações, possibilita uma observação mais complexa do real social vivido, assim o imaginário se relaciona com a memória.

Como um fenômeno social a memória se constrói, segundo Halbwachs (2006), dentro do social; nos indica, também, que 'necessita' de noções de tempo e de espaço, como elementos fundamentais para o avivamento da mesma, pois as localizações espaciais e temporais das lembranças se mostram como elementos essenciais da memória. Assim, quando tentamos refletir sobre o imaginário de uma população com referência ao seu espaço ambiental, estaremos ao mesmo tempo trabalhando com elementos similares aos da memória. Pois a ação do grupo social determina a reconstrução das lembranças, tornando assim a memória um fenômeno social (BARROS, 1989). Os contos apresentam substratos didáticos, aprendizados estéticos e morais, pois representam, de forma literária, condutas que as pessoas deveriam ter ou respeitar para a melhor relação com o mundo social e natural envolvente, assim como entre as pessoas, no seu cotidiano. São 'recados' sociais validados pelos mais velhos, pela experiência da vida. Assim os contos são didáticos por expressarem sentidos éticos, econômicos, religiosos e comportamentais. O conto revela uma leitura humana do mundo envolvente natureza/social.

O homem intervém na confusão do universo; aprofunda, reduz, congrega; reúne os elementos conexos, separa, divide, decompõe e repõe o essencial em pequenas pilhas. As diferenças ampliam-se, o equívoco é eliminado ou então devolvido à univocidade. Pelo desenvolvimento da explicação e o cercamento da classificação, chega-se, pois às formas fundamentais. (JOLLES, 1976, p.29)

Segundo este mesmo autor o conto se congrega às formas simples, que poderíamos denominar como uma forma fundamental (no sentido acima colocado), como uma experiência humana de ordenamento do mundo que se processa através da linguagem; a linguagem como processo de ordenação do mundo dado e vivido.

Em primeiro lugar, a linguagem atribui um nome a tudo o que foi cultivado, fabricado, interpretado. Depois - e mais

profundamente -, a própria linguagem é um princípio de cultura, de fabricação e de interpretação, na qual se produz, com a maior especificidade, a vinculação a uma determinada ordem. (JOLLES, 1976, p.25)

Neste sentido apresentamos uma leitura teórica do conto, com a intenção de pensar o conto como um elemento que revela uma leitura humana do mundo envolvente (natureza), como também do mundo social. O objetivo deste trabalho foi valorar as relações culturais da comunidade, a memória coletiva, com participação de narradores e historiadores de algumas comunidades rurais.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As ações tiveram como foco a produção textual e a publicação em livros e cartilhas. Participaram moradores dos distritos rurais de Padre João Afonso (Itamarandiba) e São Gonçalo do Rio das Pedras (Serro) na porção alta do Vale do Jequitinhonha, e no Sul de Minas do Bairro da Pedra (Aiuruoca). Foram realizadas gravações, coletas e sistematização dos relatos e narrações nestas comunidades em Minas Gerais. As atividades foram norteadas na auto valoração cultural das comunidades e no fomento pelo interesse na leitura.

No planejamento da atividade de extensão em interface com pesquisa, partimos da memória coletiva do grupo, representada por indivíduos que são considerados como mestres locais, como a 'memória viva' da comunidade. O procedimento para as entrevistas e coletas de informações respeitou hábitos e costumes locais. As pessoas entrevistadas foram indicadas localmente e decidiram sobre o melhor momento e o local para as conversas. As entrevistas foram gravadas em gravadores digitais e/ou anotadas em cadernos de campo, também foram realizadas filmagens e fotografias. O trabalho atendeu a resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012) e recebeu parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFVJM) para sua realização.

São Gonçalo do Rio das Pedras é um distrito do município do Serro (MG) dista 39 km da cidade de Diamantina e 27 km da cidade do Serro. Localiza-se no alto Vale do Jequitinhonha; os dados históricos indicam que sua fundação ocorreu em 1729; hoje São Gonçalo do Rio das Pedras busca desenvolver uma economia baseada no turismo (o distrito faz parte do circuito da Estrada Real).

O distrito de Padre João Afonso está situado a 42 km da sede municipal Itamarandiba (MG). Muitas são as belezas naturais, destacando-se o Parque Estadual da Serra Negra, um dos principais atrativos naturais do município. Os seus moradores se utilizam de paisagens naturais para desenvolverem seus plantios, como por exemplo a vazante do Rio Itamarandiba do Mato, que passa pela comunidade.

A comunidade Bairro da Pedra encontra-se a 11 km de Aiuruoca ('Casa de Papagaio' em Tupi-Guarani), um município encravado nas montanhas do Sul de Minas Gerais, próximo a Caxambu, Baependi e São Tomé das Letras. É um município onde se destaca o famoso Pico do Papagaio, que contribuiu para os nomes da cidade e de seu rio principal.

1.2 SOBRE LUGARES, TERRA E NATUREZA

Aiuruoca foi fundada em 1706, fechando o ciclo das primeiras bandeiras que partiam de São Paulo (VASCONCELOS, 1974, p.188). Já na época de sua

fundação, o Pico do Papagaio se destacava como ponto de referência geográfico e social:

Aiuruoca, vocábulo de língua brasílica, quer dizer no nosso idioma: Casa de Papagaios, aludindo a um penhasco redondo e elevado aos ares, sobre um dos mais altos montes daquele lugar, em que os papagaios faziam sua morada, naquele tempo em que os gentios habitavam aqueles lugares... (TAUNAY, 1981, p.47)

Assim, o topônimo em si já representa uma leitura humana do espaço, onde a observação empírica se destaca. A região de Aiuruoca é rica em topônimos, muitos oriundos da ação de bandeirantes, outros possivelmente de uma presença indígena no local.

A maioria da população vive nas áreas rurais, onde pratica a agricultura de auto consumo (milho, feijão, batatinha, bananas, etc.); a atividade agropecuária se resume na criação de gado para venda do leite, fonte quase única de dinheiro, que hoje decaiu muito devido a presença do parque do Pico do Papagaio, e a proibição do uso comunitário secular que as comunidades rurais faziam dos campos de altitudes para a alimentação do gado. Com a proibição, a produção de leite teve uma queda drástica levando a população a trabalhar nas várias pousadas que foram abertas nos últimos anos. Alguns moradores conseguiram a aposentadoria. Atualmente encontramos nas áreas rurais pequenas fábricas de queijo, que é vendido para fora. A produção de queijos se dá de forma artesanal, cada morador fazendo o seu para consumo próprio e venda de excedente; produção também afetada pela presença do parque e de normas sanitárias rígidas.

No final da década de 1970 e início de 1980, a região passou a receber muitas pessoas vindas de centros urbanos, atraídas pela beleza natural do local. Tal atração não se deu somente por uma leitura estritamente ecológica, mas também por uma ótica religiosa, esotérica.

Há um forte impacto quando as famílias são proibidas de se apropriarem de 'recursos naturais' pela prática da coleta ou mesmo caça ou extrativismo, porém notamos que esse impacto se amplia em famílias que fundamentam sua vida econômica na lavoura, no trabalho com a terra para produção do alimento. Espaços naturais de matas, campos, rios, sempre fizeram parte da forma de organização do trabalho dos lavradores. Percebemos isso nos locais de pesquisa, como por exemplo em Aiuruoca, especificamente, no Bairro da Pedra, a presença de um parque de conservação proibiu o uso dos campos de altitude para criação de gado. Essa prática centenária de criação de gado em campos naturais, era a base da economia local pois, além da venda do leite, também existiam pequenas unidades de fabricação de queijo, principalmente o parmesão. Hoje é comum ouvirmos na região que o leite acabou, só subsistindo uma pequena parcela da produção de leite, o que obriga as poucas famílias que continuaram com a fabricação do queijo parmesão, a buscarem leite de outros locais, o que encarece o queijo, aumenta o trabalho e o custo do artesão do queijo.

Citamos a seguir o diálogo⁵ com um morador de Padre João Afonso em Itamarandiba que discorre sobre os locais de terras e suas utilidades para plantio:

⁵ O entrevistador é indicado com a letra M, e o entrevistado com a letra V.

M- Para o agricultor familiar, ele considera aquela terra produtiva? Assim, aquele vazezinho lá do Padre João Afonso, a maioria ali é terra produtiva?

V- Sim.

M- É terra escura, terra...

V- É, ela é uma terra escura, algumas partes avermelhadas e algumas partes na beira do rio, né? Que eles fala, as vazantes, tem uma terra mais amarelada, uma terra mais argilosa. Enquanto as partes mais altas, aquelas grotas, as terras são mais arenosa argilosas, sabe? Mas são produtivas. Aquelas grotas, aquelas baixadas, são muito produtivas. Os altos não. Os altos são mais produtivos assim, pra mandioca.

M- E como é que você divide a produção, vamos supor: no alto, mais mandioca, e nos outros, as outras culturas? Seriam em que região?

V- O arroz produz mais nas margens, né?

M- É aquele arroz que precisa de água né?

V- Não, ele não precisa de água. Ele precisa de um terreno úmido, que permaneça úmido. Mas ele não precisa da água mesmo não.

M- Por que tem um que precisa, né?

V- Isso! E o feijão e o milho produz bem nas encostas, né? A terra não pode ser muito úmida como a do arroz, mais nas encostas e nas baixadas, e já a mandioca ela produz melhor em um terreno mais alto. Aliás, ela produz em qualquer terreno, mas só que ela produz bem na terra alta, cê deixa ela nas terras altas e vai plantar as outras na terra baixa, né? É uma questão de aproveitar a terra.

M- Aproveitar a terra, né? E você acha que esse conhecimento a maioria dos agricultores familiares de lá tem?

V- Tem. Com certeza.

M- Mas esse conhecimento você acha que conseguiu passar pros filhos? Pra nova geração? Vamos supor: aqueles alunos ali da escola Padre João Afonso, tem esse conhecimento? Alguns eu até percebi que tem, né? Mas cê acha que a maioria tem? Essa percepção do uso do solo, onde eu planto isso, onde eu planto aquilo... Cê acha que eles ainda tem isso assim, ou não?

V- A maioria não. Assim, muitos ainda tem, principalmente os que ainda estão nessa prática com os pais, né? Acho que tem uma percepção bem maior, agora quem já não tá muito nessa prática, acho que já não tem muito essa percepção. Talvez assim, no geral é que tenha, né? Mas não assim, essa percepção de que mandioca produz bem na baixada e no alto, é pra aproveitar o alto, já que ela produz lá, planto ela lá, e deixo a baixada pra plantar o feijão e o milho, que produz bem aqui, e não produz bem lá. Talvez tenha uma percepção mais no geral, a percepção que produz tudo aqui na baixada.

A fala que acabamos de ler do morador de Padre João Afonso específica a percepção da natureza pela lógica do trabalho com a terra e como esta relação com a terra de trabalho se relaciona com a 'terra natureza', ou seja, há uma leitura prévia da terra em seus aspectos 'originais' e a relação desses aspectos para o tipo de cultivo do alimento. Compreendemos a percepção como uma forma de relação com o mundo.

[...] é o conhecimento de um sujeito corporal, isto é, uma

vivência corporal, de modo que a situação de nosso corpo e as condições de nosso corpo são tão importantes quanto a situação e as condições dos objetos percebidos. (CHAUÍ, 2000, p.154)

[...] a percepção envolve nossa vida social, isto é, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função. (CHAUÍ, 2000, p.157)

Assim a natureza é traduzida pela cultura. A relação com a natureza, no sentido de responder as necessidades das pessoas de uma dada comunidade, reflete um saber estruturado empiricamente, ou seja, na experiência do trabalho cotidiano; que, por sua vez se relaciona com uma visão religiosa do mundo, forjando assim uma lógica própria de se relacionar com natureza. Pois:

[...] para nós (sociedade humana) qualquer dimensão da natureza será sempre um ambiente percebido através de uma cultura, e também um 'lugar de viver' construído como uma dimensão da natureza tornada parte de um modo humano de vida. Isto é, uma dimensão de meio ambiente transformado e culturalmente socializado, para de alguma maneira fazer parte dos mundos sociais que construímos para viver e para conviver. Mundos de vida que criamos e aos quais atribuímos sentidos. Ideias e valores, preceitos e princípios compartilhados e dados a nós mesmos, aos nossos outros e ao mundo onde partilhamos nossas vidas e destinos. (BRANDÃO, 2015, p.73)

2. TRABALHO E NATUREZA

A conversa se dá entre espaços sociais: na sombra de uma árvore, dentro da cozinha sentados no chão batido, ao lado da fogueira. Entre luzes tremulas, onde as sombras habitam, a palavra flui encontrando o ouvir.⁶

Philippe Descola em seu livro '*Outras naturezas, outras culturas*' (2016) nos indica, pelo próprio título, que a conceitualização daquilo que chamamos de natureza, diz muito sobre a cultura que está a dizer sobre o mundo não humano, ou seja, a concepção da natureza, revela o mundo cultural criado por uma sociabilidade humana e seus valores.

Em conversas com lavradores do alto Vale do Jequitinhonha, percebe-se como os mesmos concebem o que é natural e o que não é. Primeiro existe um aspecto religioso: tudo na natureza foi Deus quem fez, sendo assim, na natureza uma coisa pode estar ligada a outra; enquanto uma flor nasce numa árvore, em outra nasce o fruto, enquanto uma é rasteira outra cresce muito. Mas tem uma coisa muito importante, nem tudo que parece natureza é natureza. Os lavradores não percebem as extensas plantações de eucalipto como natureza, como coisa que foi Deus quem fez. O que se destaca nessa visão é que em plantação de eucalipto só tem eucalipto, não existe a diversidade que Deus criou. É uma planta que só vive com ela mesma e isso não é natureza. Mas se fazemos uma comparação entre o olhar do lavrador com alguém que vive nos grandes centros urbanos, para este último os extensos monocultivos de eucalipto são natureza, pois são árvores, verdes

⁶ Autor. Comunicação pessoal. 01 out. 2018.

e nascidas no solo. Essa visão urbana do que seria natureza demonstra a condição humana de quem fala, uma condição que se caracteriza pelo afastamento do seu meio ambiente, pelo distanciamento entre a ação humana e sua produção e o mundo dito natural. Já para os lavradores, que vivem mais próximos do seu meio ambiente natural, a natureza é concebida de uma forma holística e complementar com a ação humana.

Bom. Eu acredito, no meu modo de pensar, eu acredito, que antigamente, era difícil a madeira pra construção de uma casa e tudo, aí até que o eucalipto trouxe algo de bom, mas eu acho que ele deu um desequilíbrio por causa que é muito. **Tudo muito passa da conta, né?** Então eu acredito que por ser muito grande a área acho que trouxe [desequilíbrio], nós [da comunidade Padre João Afonso] ainda não estamos sentindo não, mas estamos começando a sentir um desequilíbrio na natureza, porque é uma planta só, o eucalipto é uma planta só, ali não vegeta nada entre o eucalipto. Então tem aí uma área de trinta quilômetros, e nesses trinta quilômetros não encontra nada.

Só o eucalipto. E as vezes passa um bicho ali, mas ele não acha nada de comer, porque na verdade, **Deus criou o mato nativo, e ali é um lugar assim, que dá uma fruta num mês, um pau que dá fruta em outro mês, e por aí passa a ter alimentação o ano inteiro, né?** A gente tá começando a sentir, e por aí vem que **a natureza é completa, e a partir do momento que falta uma coisa começa a faltar as coisas, porque é uma coisa ligada com a outra, né?** (Morador V.)

Cabe salientar que na percepção de natureza demonstrada na fala do morador, torna-se evidente o contraste que há com as práticas econômicas dos monocultivos de eucalipto. Na leitura realizada pelo lavrador destaca-se o fato dos mesmos não considerarem a natureza como um mero recurso, e também não concebem a plantação de uma árvore só como natureza. Para ele a natureza é um todo coordenado por uma diversidade de vidas que se organizam por uma contínua troca de alimentos entre os seres viventes. A natureza seria um espaço de vida, do contínuo da vida. A percepção vem do habitar.

No Vale do Jequitinhonha:

[...] o sítio do camponês como unidade produtiva consiste num sistema de composto por subunidades funcionais que correspondem a estratos de paisagem. Uma importante característica do sistema produtivo local é a complementariedade dessas subunidades ecológicas que compõem o sítio camponês. Nesse caso, o que temos são unidades intercambiáveis, mas interdependentes, posto que se sucedem no ciclo produtivo, fornecendo trabalho e alimento em períodos distintos. O caráter conexo, mas não substitutivo dessas unidades também se revela quando consideramos as diferenças relativas ao tipo de recursos que provem as famílias: o mantimento e a miudeza, produtos para a despesa e para o negócio. (OLIVEIRA; ZHOURI, 2012, p.201)

A forma de organização social do trabalho na comunidade camponesa tradicional é fundamentada na família e também no trabalho coletivo com outras

famílias; a força de trabalho familiar ainda hoje se faz presente, já o trabalho coletivo (mutirão) ficou esporádico, este, quando acontece, envolve a comunidade em seu todo. Já a troca de dias (outra modalidade de organização de trabalho no mundo rural) representa um combinado entre uma ou mais famílias. A relação estabelecida na categoria de 'trabalho trocado' se dava devido ao fato de não terem relação direta com o dinheiro, enquanto forma de pagamento. O 'pagamento', se assim podemos dizer, se dava pela troca do trabalho. Esta forma de organização do trabalho solidificou uma lógica de ocupação do solo, forma de plantio, colheita, a 'limpa' das plantações, etc., que permeou a organização da família e as alianças de parentesco, constituídas pelos casamentos.

Esta forma de organização social do trabalho fundamentada pela troca, seja de trabalho, ou troca de bens como sementes e alimentos, criou no grupo uma moral coletiva, uma noção de pertencimento sociocultural dos membros do grupo, pois esta forma de organização social do trabalho permitiu ao grupo certa 'autonomia' socioeconômica e cultural em relação à sociedade envolvente, apesar dos laços de dependência como um corolário da ordem social estabelecida. Ou seja, o grupo, para se manter socialmente ativo com valores próprios, forjou modelos econômicos e culturais que permitiu uma resistência social e cultural que se mantém até os dias de hoje.

Desse modo, o fluxo das atividades de trabalho e as alternâncias ecológicas sazonais se articulam produzindo condições de vida indissociáveis das relações que as pessoas mantêm com seu meio. Sublinhamos, pois, as práticas e os conhecimentos que compõem um sofisticado sistema de usos de recursos com um fino ajustamento entre capacidades ecológicas das áreas e o potencial de produção dos grupos domésticos. É nesse sentido que a organização dos espaços e da classificação do ambiente estão relacionados a fatores como: as qualidades do solo e sua adequação a determinados produtos, o calendário agrícola e as variações sazonais na pluviosidade, a disponibilidade da força de trabalho doméstica, além da capacidade de alocação dos produtos de necessidades correntes das famílias. (OLIVEIRA; ZHOURI, 2012, p.199)

Podemos, neste momento, nos apoiar em Mauss e sua noção de fato social total, que nos ajuda a compreender a vida social como um sistema de relações de trocas: entre a comunidade humana consigo mesma e, desta, para com a natureza.

Nesses fenômenos sociais 'totais', como propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição -; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (MAUSS, 2003, p.187)

Os agricultores familiares, os homens e mulheres lavradores da terra, percebem que o trabalho que desenvolvem é uma troca com a natureza, principalmente com a terra, além disso, indicam, indiretamente, que suas práticas de plantios 'alimentam a terra' e que recebem de volta o alimento, mediado pela ação

de seu trabalho.

Mauss nos diz que as trocas não se limitam aos bens materiais mas as várias ações e objetos:

Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São antes de tudo, amabilidades, banquetes, risos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de bem mais permanente. (MAUSS, 2003, p.191)

Esta compreensão do trabalho, enquanto mediação da comunidade para com a natureza, cria um processo de valorização moral do mesmo, e, se nos tempos de antes, esta moral também se expressava nas práticas de ajuda mútua alicerçadas nas trocas de trabalho, hoje observamos nessas comunidades, os alimentos sendo 'presenteados' entre os moradores. Essas trocas, como diria Mauss,

[...] exprimem unicamente apenas um fato, um regime social, uma mentalidade definida: é que tudo, alimento, mulheres, filhos, bens, talismãs, solo, trabalho, serviços, ofícios sacerdotais e funções, é matéria de transmissão e de prestação de contas. Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre clãs e os indivíduos, repartidos entre as funções, os sexos e gerações. (MAUSS, 2003, p.203)

Isso nos leva a compreender a vida social como um sistema de relações. A questão da troca realizada entre o agricultor e a terra no momento em que cultivam permite uma percepção do tempo/espço camponês:

[...] a troca restaura simbolicamente um tempo mitificado e procura trazer para dentro desse tempo os "tempos modernos", o "tempo de transformação", expressão local de uma "grande transformação" que aqueles protagonistas tentam domesticar. A troca entre os homens é a continuidade das trocas com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral. (WOORTMANN, 1990, p.36)

Quando nos referimos ao uso tradicional da terra por parte do lavrador/camponês, devemos perceber que o mesmo, com o seu trabalho, constitui os espaços sociais e os estritamente 'naturais', apesar de haver uma relação constante, mediada pelo social, entre a comunidade e a natureza envolvente, pois o processo de trabalho se assessoria em elementos naturais como a chuva, o sol e as nascentes. A comunidade interpreta, através da vegetação nativa, a qualidade da terra e para que tipo de plantio serve. Por exemplo, a presença de angicos e aroeiras juntos indica terra boa, segundo a percepção/empírica camponesa.

Essa inter-relação entre a construção dos espaços sociais e a sua relação com os espaços naturais mediados pelo trabalho, perpassa uma lógica pautada na oposição binária expressa na ideia do seco/úmido, quente/frio, terra fraca/terra forte, lua boa/lua ruim, escuro/claro, e assim por diante.

A inter-relação (citada acima) demonstra a compreensão baseada numa lógica originada por uma experiência empírica de vários anos, passada de família para família e que pauta o trabalho do lavrador/camponês com a terra. E também nos leva a compreender com maior profundidade as práticas de plantio da comunidade, evitando, assim, de cairmos num reducionismo alicerçado num jogo de comparações entre as técnicas modernas de agricultura voltada exclusivamente para a produção de mercado, em detrimento de uma prática agrícola familiar voltada para o consumo próprio, o que, inevitavelmente, nos levaria a uma leitura preconceituosa dessa prática de cultivo. Assim, à primeira vista, o trabalho desenvolvido pelo lavrador/camponês poderia ser visto como uma prática primitiva, arcaica ou, na melhor das opções, simples, e teria como característica a ausência de técnicas (maquinário, insumo químico, etc.). Antes de ser uma técnica que apresenta ausência de maquinários, a técnica do trabalho agrícola do lavrador/camponês é antes de tudo uma técnica complexa que envolve conhecimento empírico, prático e conhecimentos teóricos estruturados por um imaginário social que envolve sua visão de mundo. Lévi-Strauss (1989) denomina isso de ciência do concreto.

Esta visão de mundo coloca a necessária mediação do trabalho humano como uma expressão religiosa do mundo, da vida como um todo. Deste modo o trabalho do lavrador/camponês na roça não envolve apenas a esfera econômica ou alimentar da comunidade, envolve a sociabilidade do grupo como um todo, tocando nas esferas do religioso, das práticas culturais e costumes, como na estrutura familiar que é a base da divisão social do trabalho. Assim o trabalho na terra de cultivo envolve: a estrutura familiar; a moral camponesa, a identidade-étnica; o conhecimento empírico da terra e dos recursos naturais; o conhecimento religioso que auxilia no plantio como as orações contra as pragas, simpatias para o cultivo crescer, orações para chover etc.; a concepção social da terra de cultivo e do território necessário para a constituição social da vida do grupo/comunidade; as expressões culturais, como danças, festas, ritos religiosos que ocorrem antes, durante e depois do trabalho coletivo ou familiar. Cantos entoados durante e depois da lida na roça, acompanhados por uma culinária própria; festa, encontro social, namoros, casamentos...; percepção cosmológica da lua, do vento, etc. Esse conjunto de elementos demonstra a interrelação entre a materialidade (natureza) sua parte imaginária (representação social) para a organização do modo de vida do agricultor familiar no alto Vale do Jequitinhonha e no Bairro da Pedra, Sul de Minas Gerais.

São antes de tudo as diversas maneiras como os homens imaginam suas relações entre eles e com aquilo que chamamos de natureza que distinguem as sociedades, assim como as épocas durante as quais algumas delas continuam a existir. Mas o imaginário não pode se transformar em social, fabricar "sociedade", existindo apenas 'idealmente'. Precisa materializar-se em relações concretas que tomam forma de conteúdo nas instituições e, claro, nos símbolos que as representam e fazem com que correspondam entre si, que se comuniquem. 'Materializando-se' em relações sociais, o imaginário torna-se parte da realidade social. (GODELIER, 2001, p.46)

Compreendemos a representação social como a 'materialização' de um conjunto de relações sociais que "tomam forma de conteúdo nos símbolos que as representam" como dito pelo autor acima citado. Assim, o conto, é a 'materialização'

de relações sociais entre o ser humano consigo mesmo e com aquilo que chamamos de natureza, sendo portanto uma representação social.

3. ESPIRITUALIDADE E TRABALHO

A religião popular não é mais identificada como costume religioso exótico, ela é agora apreendida como expressão de resistência. A religiosidade popular é um protesto das pessoas oprimidas, das classes dominadas, que se organizam em um sistema de crenças e práticas, em um deus ou outra divindade, ocorrendo uma auto produção religiosa, na qual os sinais e os símbolos do sagrado são recriados para poderem ser de novo amados e acreditados. O povo, como participante produz e reproduz um campo religioso no qual os símbolos e lutas seculares são recobertos com os nomes do sagrado. Não existe um conhecimento sistematizado e, sim, um conjunto de mitos e práticas do sagrado que se constitui em um saber oral, um repertório de crenças e ritos recriados na memória coletiva popular. (ROSENDAHL, 2002, p.73)

Desde muito tempo os teóricos sobre o comportamento religioso do brasileiro constataram uma pluralidade católica brasileira.

Pode-se, porém, afirmar que pelo menos dois tipos de catolicismo coexistiram sempre no país: o catolicismo oficial e um catolicismo popular. Esta dualidade é antiga: “Já no período colonial, escreve Roger Batisde, encontramos dois catolicismos diferentes e muitas vezes em oposição: o catolicismo doméstico dos primeiros colonos, dos chefes de família, e o catolicismo mais romano, mais universalista, das ordens religiosas e principalmente dos jesuítas”. (QUEIROZ, 1973, p.72)

A relação entre a terra e o lavrador (fundamentada no trabalho nas roças, criações de animais e coletas), demonstra uma particularidade no modo de ser da população rural no Vale do Jequitinhonha e que permeia comportamentos e valores dessas sociedades. No trabalho com a terra esta é sentida como um ser com vida própria, que sente cansaço, que precisa ser alimentada, que precisa ser conhecida. Esses saberes e relações são importantes para a realização do plantio e da colheita, e como são saberes que produzem alimentos fundamentais para a reprodução cultural e física da comunidade, são saberes que são vivenciados pela via do religioso, do que Deus manda e do comportamento ético entre o trabalhador e o seu meio de trabalho.

As pequenas comunidades que habitam o Vale do Jequitinhonha, assim como o Bairro da Pedra no Sul de Minas, formam uma rede de solidariedade que possibilita maneiras de se reproduzirem enquanto grupo social. Essa rede de solidariedade fundamentada pela reciprocidade entre seus membros, significa que não pode haver só quem recebe ou só quem dá, pois dar significa receber e vice versa. Assim, nessas comunidades, a troca como fundamento da reciprocidade é um traço preponderante na organização do trabalho e na ocupação familiar e coletiva da terra. A reciprocidade, enquanto postura ética na relação com o outro, seja esse outro humano, ou a natureza, se relaciona com a religiosidade do grupo. Práticas religiosas justificam num nível sobrenatural os saberes e fazeres tradicionais de cultivo e organização das atividades laborais na produção do alimento, na sua

colheita e na sua divisão entre os membros da comunidade. “Para um homem religioso, a natureza não é exclusivamente natural, está sempre carregada de um valor sagrado” (ROSENDAHL, 2002, p.64).

Como a espiritualidade é vivenciada no meio rural brasileiro? Muitas vezes pensamos a questão religiosa a partir da noção de religião institucionalizada, como por exemplo o catolicismo, e a partir daí procuramos acrescentar predicados a expressão catolicismo: rústico, popular, sincrético, rural.

Porém pensamos que a questão seria mais de espiritualidade do que religião, a espiritualidade aqui é pensada como o valor dado por comunidades à vida e ao conviver, habitar no mundo. O sentido de está vivo transcende a materialidade, a vida não é um momento, mais uma eternidade. Assim quando observamos formas locais de espiritualidades, tocamos nos mecanismos sociais e culturais que organizam o modo de ser e pensar e estar no mundo.

Nas distâncias de estradas de terra e de asfalto encontram-se localidades que possuem comunidades humanas que vivem seu modo de ser, que possuem valores, costumes e hábitos que diferem da população urbana. Comunidades que buscam organizar e manter sua visão de mundo, não como uma oposição ao mundo urbano, mas como uma outra maneira de ser e viver a condição humana nesse mundo, com semelhanças e diferenças, assim se dá no aspecto da espiritualidade das comunidades rurais aqui envolvidas.

A maneira como as comunidades rurais organizam sua vida religiosa demonstra as respostas sociais dadas as necessidades culturais, como a espiritualidade. A constituição da vida religiosa, em nossos estudos das comunidades rurais, revela em primeiro lugar uma atitude autônoma da comunidade para a constituição de espaços religiosos como igrejas e capelas. Em geral a construção das igrejas e capelas se dava pelo mutirão, pela associação dos moradores: doação do terreno, doação de materiais e de trabalho coletivo e alimentação coletiva.

Outro aspecto é a presença e não presença de padres nessas igrejas distantes dos espaços urbanos. Essa presença inconstante provoca mecanismos próprios de reflexões sobre as palavras da bíblia, dos ensinamentos da palavra de Deus. Além desses dois aspectos voltados para uma leitura da igreja enquanto instituição no meio rural, se faz importante focar na visão mítica de mundo que essas populações mantêm e que são expressas em contos e causos ou práticas de ritos que entrecruzam saberes religiosos, provoca assim uma manifestação de espiritualidade que demonstra mais uma prática espiritual, do que uma prática de religião.

O espaço sagrado,

[...] um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele do qual transcorre sua existência. É por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade. [...] A experiência do espaço sagrado se opõe à experiência do espaço profano para o homem religioso. O primeiro tem um valor existencial para ele: é seu referencial. A revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um “ponto fixo”, ponto de toda orientação inicial, o “centro do mundo”. (ROSENDAHL, 2002, p.30-31)

Neste sentido compreendemos que os contos e causos refletem esse espaço religioso, sagrado, assim como o profano. Para tanto apresentaremos a

seguir a síntese analítica de alguns contos coletados, no intuito de demonstrar as redes que se articulam, o falar e o ouvir em comunidades de lavradores/camponeses.

Vale da morte (Aiuruoca)

Caçar peixe no rio. Trocava o peixe caçado na venda por mantimento. Trocar o trabalho na roça por alimento. Mas um dia não conseguiu vender peixe, trocar por mantimento. Dar a primeira coisa que encontrar no caminho. Dar o quê não se tem, e não conhece. Dar o quê não se tem para ganhar muito peixe. Dar o cachorrinho. A fala, a palavra dou, como comprometimento. Depois que confirmou o trato encheu de peixe seu barco. Não encontrou seu cachorrinho, mas sim seu filho. O narrador dizendo que ouviu o que o menino disse. O menino cresceu e ia se defender do inferno. Armas de fogo, pára numa casa de um homem cheio de armas. A porteira como entrada do inferno, ao meio dia ela pára de bater, aí entra. Na floresta/campo: conversa com o capeta no inferno e a perda de um dedo. O menino muito arteiro. O homem que devia 190 mortes para se salvar tem que comprar uma navalha, e se cortar em 190 pedaços, dá um pedaço para cada pássaro preto que representa uma alma de cada pessoa que foi morta pelo homem. Só no último pedaço a alma sobe para o céu e a caveira desce. Tudo isso em cima de uma árvore. Cada pedaço de seu corpo era alimento para o pássaro da alma. A troca entre corpo e alma, a terra que engole o céu que puxa (eixo mundo representado pela árvore). A troca entre peixe e alimento, a troca entre a criança e o cachorrinho. O conto se refere a uma ética da troca, a troca do trabalho por mantimento, a troca do filho pelo mantimento, a troca da carne com a alma.

Papior (Padre João Afonso)

Ir caçar na semana santa não pode, pois não se come carne, não varre a casa, não penteia o cabelo, é sexta feira santa. Com Deus não se brinca. Mas o marido foi para o mato. Viu um pássaro preto e grande. O pássaro fala ao cantar. - Não me pegue agora deixe eu falar primeiro. - Não me apronte agora deixa eu falar primeiro. A ave mesmo morta falava: - Papior, a ave sempre repete essa palavra: - Não me come agora, deixa eu falar primeiro, agora pode comer, Papior. - Não me cague agora, deixa eu falar primeiro disse o pássaro, antes da barriga do homem (marido) estourar.

A voz do cupim (São Gonçalo do Rio das Pedras)

A voz: - Você quer no presente ou no futuro? A mulher (do fazendeiro) diz para responder no presente, pois agora eles tem mais saúde. Logo depois do fazendeiro falar "sim" um fogo queimou tudo que era seu, só se salvou a mulher, filhos e uma trouxa de roupa e dinheiro. Saiu pelo mundo. Vai andando a mulher com a trouxa na cabeça. Rio largo que não dava pé. Rio, árvore, uma galha da árvore que pendia na parte mais funda do rio. Uma águia pousa no galho da árvore depois que pegou a trouxa de roupa da mulher. E foi tirando peça por

peça. Um canoeiro fazia a travessia para o outro lado do rio. Quando atravessavam no meio do rio a canoa virou e separou a família, as águas que separam. O homem se salvou e foi trabalhando, trabalhando... na cidade onde 'ranchou'. O homem trabalhou para um rei, como ele era bom trabalhador o rei doou sua coroa para ele. A mulher em outra cidade trabalhando, trabalhando... Num domingo, conversando com as amigas na rua. Os meninos, rapazes, assentaram praça. Depois do encontro do marido com a mulher e os dois filhos, foi uma festa a semana inteira.

4. SOBRE OS CONTOS

Esses contos e a forma de narrar perpassam o ar do tempo, carregado de experiência, daquela velha experiência do viver, que nos faz falar e ouvir. No desejo de aprender, aprendemos como escutar, pois a fala falada, a voz, precisa do seu meio social, precisa e regra as relações sociais.

Quando ouvimos os narradores, não ouvimos apenas sua voz, mas o seu tempo de vida na forma de experiências narradas, as palavras ditas são carregadas de ensino, de conselhos forjados na experiência do viver, carregadas de uma memória coletiva, de hábitos e costumes que criam visões de mundo.

A experiência é um tema fundamental para se pensar o mundo contemporâneo, como podemos pensar num existir sem experiência, como suportar o mundo sem a experiência e o valorar da mesma, Agambem (2005) nos lembra baseado em Walter Benjamin em 1933 que:

Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que ainda nos seja dado fazer. Pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo. Benjamin, que já em 1933 havia diagnosticado com precisão esta <pobreza de experiência> da época moderna, indicava suas causas na catástrofe da guerra mundial... (AGAMBEM, 2005, p. 21).

Neste sentido fica evidenciado que os contos, ao serem narrados, permitem trocas de experiências simbólicas do viver no mundo e das relações humanas nesse viver o mundo, experiência que se faz carente no mundo contemporâneo e urbano, mas que ainda perpassa o viver de comunidades rurais que mantêm uma relação íntima com a terra e as outras formas de vida que compõem o espaço socioambiental dessas comunidades.

Nos contos encontramos relatos que buscam enfatizar a relação: trabalho, natureza e religiosidade. Em um conto temos a figura do pe(s)gador (aquele que caça o peixe segundo a narradora). Com o peixe o pescador podia acessar mantimentos que não produzia, ele ia para feiras ou mercados e vendia ou trocava seus peixes, para com isso conseguir outros mantimentos, mas houve um dia que ele não conseguiu peixe, nessa situação, uma voz, denominada pela narradora como a voz do 'coisa ruim', propôs uma troca: o pescador deveria dar a primeira coisa que encontrasse em seu caminho e, em troca, seu barco ficaria cheio de peixes. O pescador lembrou que sempre quando voltava a primeira coisa que encontrava era o seu cachorrinho, sendo assim aceitou fazer a troca com o 'coisa

ruim', no momento que, pela sua fala aceita o acordo, seu barco se enche de peixes. Porém no retorno para casa encontra primeiro seu filho.

Mas o que nos chama a atenção no conto é que essa parte da narração é um ensejo para a parte mais importante do conto, que é a troca entre o matador de gente e as almas das pessoas que ele matou. O matador se salva do inferno pois sobe numa árvore bem alta, onde encontra 190 pássaros pretos que representam as 190 almas que o matador matou. O homem foi tirando com uma navalha, pedaços de seu corpo que dava para as almas, enquanto passarinhos, até chegar a última parte de seu corpo, assim morrendo, a caveira do caçador desceu para debaixo da terra e sua alma subiu para o céu.

A troca se apresenta como o elemento chave dessa narração: a troca entre o pescador e o 'coisa ruim', a troca dos peixes por outros mantimentos, a troca entre o matador e as almas. Outro elemento chave é o trabalho como mediador da narração, o trabalho como a resposta necessária para sobreviver. Também elemento importante, a mata e a presença da árvore como um eixo *mundi*.

Uma árvore impõe-se à consciência religiosa pela sua própria substância e pela sua forma, mas esta substância e esta forma devem o seu valor ao fato de que se impuseram à consciência religiosa, de que foram "escolhidas", quer dizer, se "revelaram". Nem a fenomenologia da religião nem a história das religiões poderiam superar a constatação dessa coexistência da natureza e do símbolo que a intuição do sagrado vem valorizar. (ELÍADE, 1993, p.216).

Segundo este mesmo autor a árvore simboliza um *eixo-mundi* pelas suas característica: renasce e morre (queda de folhas e renovação das folhas); tem a posição vertical tocando o fundo da terra com suas raízes (profundo o interno) e 'tocando' o céu com suas folhas e galhos (o alto, o externo). No conto a árvore tem essa função simbólica, pois o homem que devia 190 mortes subiu na árvore para fazer a reciprocidade do seu corpo com as almas dos corpos que ele matou, sua alma sobe e sua caveira desce recriando assim o *eixo-mundi* representado simbolicamente pela árvore.

No conto 'Papiro', novamente observamos o trabalho, o homem caçador, mas que não podia caçar na semana santa, principalmente na sexta-feira santa, mas o homem quebra essa regra, esse tabu, e vai para a mata caçar. Encontra com um pássaro que nunca tinha visto, um pássaro que fala: antes de ser caçado, antes de ser preparado, antes de ser cozido e antes de ser comido. O homem caçador ao comer o pássaro estranho morre, a sua barriga explode. Observamos a presença dos pássaros, a presença da árvore, da floresta. Nos dois contos há uma quebra de regra, pensada no conto como pecado, mas que podemos pensar como quebra de tabus. No conto 'a voz que vem do cupim', nos encontramos novamente com uma voz oculta, misteriosa, e também com o trabalho no campo, com árvores, rios, e pássaros. A noção temporal presente e futuro (destino); perder tudo (materialidade), se separar da família (sofrimento), recuperar tudo pelo trabalho, festejar, se transformar em rei e rainha.

Todos esses contos quando ouvidos, traduzem um deixar viver, experienciar a vida e suas circunstâncias. Valores sociais se destacam: o trabalho, religião, visão mítica do mundo, experienciar com o corpo, troca social entre o humano e os seres da natureza, a voz.

A águia, a ave que faz o último despojar dos bens do casal (no conto 'Voz do cupim'), em cima de um galho alto, que alcançava o meio do rio (a águia), depois

que pegou a trouxa da mulher, começou a jogar, roupas e a carteira de dinheiro, para dentro do rio. Uma ave, a árvore e o rio.

O ser humano e a natureza. Uma velha questão, porém se uma questão se mantém, é porque ainda precisa de respostas, neste sentido em relação as velhas perguntas temos que levar em consideração as velhas respostas, não para nelas estancar, mas para delas caminhar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contos e as narrações apresentados nos demonstram uma visão de natureza que ainda traz consigo o encantamento do mundo, afastando-se assim de uma percepção instrumental da natureza. Nos contos os seres da natureza possuem voz, falam, participam como sujeitos da história que envolve humanos e não humanos.

O imaginário social expresso em contos e narrações nos permite uma observação mais complexa do real social vivido, assim o imaginário se relaciona com a memória. A memória, como um fenômeno social, se constrói dentro e no social. Pois a ação do grupo social determina a reconstrução das lembranças, tornando a memória um fenômeno social. Os contos coletados apresentam substratos didáticos, aprendizados estéticos e morais, pois representam, de forma literária, condutas que as pessoas deveriam ter ou respeitar para uma melhor relação com o mundo social e natural envolvente, assim como entre as pessoas, no seu cotidiano. Pois são 'recados' sociais validados pelos mais velhos, pela experiência da vida. Assim os contos são didáticos por expressarem sentidos éticos, econômicos, religiosos e comportamentais.

Robert Darnton em seu livro 'O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa' (2011) analisa: "as maneiras de pensar (...) não apenas o que as pessoas pensavam, mas como pensavam – como interpretavam o mundo, conferiam-lhe significados e lhe infundiam emoção." (p. 13). O autor indica como a vida comum exigia uma estratégia: "pensam com coisas, ou com qualquer material que sua cultura lhes ponha à disposição, como histórias ou cerimônias." (p.14)

Os contos eram narrados, o autor nos diz, em torno de lareiras, nas cabanas dos camponeses, durante as longas noites de inverno. "[...] as histórias pertencem sempre a um fundo de cultura popular, que os camponeses foram acumulando através dos séculos, com perdas notavelmente pequenas." (p.32) O narrador (cantor) cria seu texto ao narrá-lo fazendo novos caminhos através de velhos temas (a diversidade na forma de narrar uma mesma história), mas apesar dessa diversidade da forma de narrar e acrescentar outros elementos "as variações de detalhes, nos contos populares russos, permanecem subordinadas a estruturas estáveis" (p.34) as tradições orais têm um enorme poder de resistência. Nesse sentido Darnton nos afirma que:

[...] as tradições orais parecem ser tenazes e altamente duráveis quase em toda parte, entre os povos sem escrita. Também não se desmantelam com sua primeira exposição à palavra impressa. Apesar da afirmação de Jack Goody, de que uma linha de alfabetização corta toda a história, dividindo as culturas orais das "escritas", ou "impressas", parece que a narrativa tradicional de contos pode florescer muito tempo depois do começo da alfabetização. [...] não há nada extravagante na ideia de que os narradores camponeses no fim do século XIX, na França, contavam histórias um ao outro de

maneira bastante parecida com a dos seus ancestrais, de um século antes, ou mais. (DARNTON, 2011, p.35)

Assim o conto revela uma leitura humana do mundo envolvente natureza/social. O conto pode ser pensado como um domínio ‘conexo’ do mito, segundo Pierre Lévêque (2005), o conto seria uma forma laicizada do mito. “Um domínio anexo deveria ser mais explorado do que é até agora: o do conto, forma laicizada do mito. Um exemplo bem estudado mostra tudo o que se pode daí extrair, o conto dos “objetos mágicos” [...]” (LÉVÊQUE, 2005, p.22).

Deste modo buscamos a formulação de ações que visibilizem e apoiem ‘mestres/as’ do lugar, ou seja, o/a sábio/a, o/a narrador/a, o/a memorialista, que existem muitas vezes ‘invisíveis’. Assim constituir ações práticas e reflexivas no que se refere a questão de como apoiar moradores de comunidades rurais enquanto narradores, poetas, historiadores, que contam a história local, do lugar onde moram, ou seja, os guardiães da memória do lugar. Para tanto coletamos, sintetizamos narrações ou estudos sobre o local, formulados por moradores, desta forma contribuindo com o processo de auto valoração das comunidades rurais, ao compreenderem o valor e o sentido de seu lugar e de sua história.

6. AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG APQ 002797-14) e Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDAEPE). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG/UFVJM) e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFVJM). Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFVJM), parecer n. 1.623.266/2016.

7. REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BARROS, M. M. Memória e família. *In*: **Estudos históricos III - Memória**. São Paulo: Vértice, 1989.

BRANDÃO, C. R. **Nós os humanos**: do mundo à vida, da vida à cultura. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/2012. **Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução n. 196**. Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

CHAUÍ, M. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Editora Graal, 2011.

DESCOLA, P. **Outras naturezas, outras culturas**. Coleção Fábula. São Paulo: Editora 34, 2016. 64p.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JOLLES, A. **Formas simples**: Lenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.

LÉVÊQUE, P. Para uma análise comparativa de ideologias religiosas: Religiões africanas e religião grega. *In: Mitos e civilizações*. CARVALHO, S.M.S (org.). São Paulo: Terceira Margem, 2005

LÉVI-STRAUSS, C. **Pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A. Experiências locais e olhares globais: Desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. *In: Cultura, percepção e ambiente: Diálogos com Tim Ingold*. Orgs.: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012 (Coleção Antropologia Hoje).

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1973.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2002.

TAUNAY, A. E. **Relatos sertanistas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

VASCONCELOS, D. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

O DESENVOLVIMENTO DA OLIVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL: ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL

Denise Saueressig¹
Andrea Troller Pinto²
Glauco Schultz³

RESUMO

Tradicional importador de azeite de oliva, o Brasil registra, nos últimos anos, o crescimento do cultivo de oliveiras em algumas regiões, sendo que o Rio Grande do Sul está entre os principais estados produtores. Considerando o contexto recente da atividade, ainda existem poucos estudos e pesquisas científicas realizadas na área no País. Este artigo tem o objetivo de contribuir com a geração de conhecimentos a respeito do setor e de apontar desafios e potencialidades. A pesquisa de caráter exploratório consistiu em levantamentos documentais e bibliográficos, além da consulta a dados secundários em fontes e publicações diversas. O estudo identifica os elementos que colaboraram para a estruturação da cadeia produtiva da olivicultura especialmente entre os anos 2005 e 2018. O trabalho demonstra, com o suporte dos conceitos de cadeia produtiva e sistema agroindustrial (SAG), que os empreendimentos gaúchos reúnem as condições necessárias para a manutenção do crescimento da atividade e que são justificadas por fatores como condições de solo e clima propícias, demanda de mercado e ambientes organizacional e institucional favoráveis.

Palavras-chave: Azeite de oliva, cadeia produtiva, oliveiras, Sul do Brasil.

THE DEVELOPMENT OF OLIVE OIL PRODUCTION IN RIO GRANDE DO SUL: ELEMENTS THAT INFLUENCE THE FORMATION OF AGRO-INDUSTRIAL SYSTEM

ABSTRACT

Traditionally an importer of olive oil, Brazil has recorded, in recent years, the growth of olive groves in some regions, with Rio Grande do Sul among the main producing states. Considering the recent context of the activity, there are still few studies and

¹ Graduada em Jornalismo (PUCRS). Mestrado em Agronegócios (UFRGS). Repórter na Editora Centaurus. E-mail: denise@agranja.com

² Graduada em Medicina Veterinária (UFRGS). Mestrado em Ciências Veterinárias (UFRGS). Doutorado em Tecnologia de Alimentos (UNICAMP). Professora nos cursos de graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia (UFRGS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (UFRGS). E-mail: andrea.troller@ufrgs.br

³ Graduado em Engenharia Agrícola (UFPEL). Mestrado e Doutorado em Agronegócios (UFRGS). Professor na Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS). Professor no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (UFRGS). E-mail: glauco.schultz@ufrgs.br

scientific research carried out in the area in the country. This paper aims to contribute to the generation of knowledge about the sector and to point out challenges and potentialities. The exploratory research consisted of documentary and bibliographical surveys, as well as the consultation of secondary data in diverse sources and publications. The study identifies the elements that contributed to the structuring of the olive production chain especially between 2005 and 2018. The study demonstrates, with the support of the concepts of productive chain and agro-industrial system (SAG), that the Gaucho enterprises meet the necessary conditions for the maintenance of the growth of the activity and that are justified by factors such as favorable soil and climate conditions, market and favorable organizational and institutional environments.

Keywords: Olive oil, olive tree, productive chain, south of Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um tradicional importador de azeite de oliva. Nos supermercados, os consumidores estão acostumados a encontrar marcas com origem nos grandes países produtores, como Espanha, Itália, Grécia e Portugal. Os olivais são cultivados principalmente nas regiões semiáridas do Mar Mediterrâneo, onde a planta se desenvolve em condições de elevadas temperaturas e baixo volume de chuva nos meses de verão (COUTINHO et al., 2009).

Nos últimos anos, um movimento crescente de empreendedores interessados na fabricação do azeite resolveu investir no cultivo de olivais e elaborar sua própria produção no Brasil. Assim, foram formados polos em estados das regiões Sul e Sudeste. As iniciativas que surgiram, além do aporte dos empresários, contam com a colaboração de universidades, órgãos do governo e instituições de pesquisa e extensão rural.

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento da olivicultura foi significativo sobretudo no período entre 2005 e 2018, quando a área implantada com olivais passou de 80 hectares para 4,5 mil hectares (SCARTON, 2019). A maior parte dos olivais está concentrada na Metade Sul do Estado, em municípios como Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul, Pinheiro Machado, Canguçu e Bagé.

A emergência de uma nova atividade e, por consequência, a diversificação da matriz produtiva, é de significativa importância para estas localidades. Com uma base tradicionalmente agropecuária, com destaque para as lavouras de arroz e a pecuária de corte, a Metade Sul do Rio Grande do Sul foi, durante muito tempo, a principal região do ponto de vista econômico, além de abrigar a maior parcela da população gaúcha (BATISTA e SILVEIRA, 2006). No entanto, foi justamente o perfil agropecuário que fez com que os municípios do Sul não acompanhassem o mesmo desenvolvimento industrial percebido no Norte e no Nordeste do Estado, fator que contribuiu para um cenário de estagnação econômica.

É possível observar uma inversão dos números relativos à participação de cada região na formação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Em 1939, conforme citam Batista e Silveira (2006), o Nordeste representava uma parcela de 33,03% do PIB, enquanto o Norte participava com 28,65% e, o Sul, com 38,33%. Já em 2002, os índices indicaram 53,44% para o Nordeste, 28,53% para o Norte e 18,03% para o Sul.

A evolução dos números da olivicultura no Rio Grande do Sul e, sobretudo, na Metade Sul, merece ainda mais evidência porque vem acompanhada da estruturação de uma cadeia produtiva composta por fornecedores de insumos,

produtores, indústrias, varejo e mercado consumidor, num contexto capaz de contribuir com a movimentação econômica dos municípios. Ao mesmo tempo, agrega elementos além deste complexo vertical, como os ambientes organizacional e institucional, definido como sistema agroindustrial (SAG), de acordo com Zylbersztajn (2010).

A demanda de empreendedores da olivicultura por serviços, informações e tecnologias capazes de suprir carências encontradas no processo produtivo motivou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a investir em estratégias para fortalecimento da cadeia, num exemplo de envolvimento institucional. Entre as iniciativas que surgiram nos últimos anos está o Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura (Pró-Oliva), lançado em 2015 no âmbito da Câmara Setorial das Oliveiras, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

O trabalho da Câmara, por sua vez, foi instituído anteriormente, pelo Decreto nº 49.945, de 11 de dezembro de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Com a participação de representantes dos governos estadual e federal, órgãos de pesquisa e extensão, além de instituições privadas, a câmara trabalha por meio de atividades como encontros regulares e simpósios técnicos para debater assuntos pertinentes ao segmento. Também são realizadas atividades de promoção e divulgação, como o Salão do Azeite Gaúcho, que expõe as marcas fabricadas no Estado em eventos como mostras agropecuárias, e a Feira do Azeite Novo, que comercializa a produção uma vez ao mês, em Porto Alegre/RS.

Diante do movimento criado nos últimos anos, cabe analisar quais os elementos que vêm colaborando para a formação de um sistema agroindustrial da olivicultura no Rio Grande do Sul, assim como indicar os desafios e potencialidades da atividade. O presente estudo descreve as principais ações propostas pelas iniciativas governamentais, traça um breve histórico do cultivo de oliveiras no Rio Grande do Sul e apresenta o perfil da produção atual. Com o apoio do referencial teórico que abrange cadeias produtivas, *agribusiness* e sistemas agroindustriais, a pesquisa utilizou dados secundários para analisar e demonstrar a relevância do processo de estruturação da olivicultura no Estado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As mudanças nos sistemas agrícolas, especialmente na segunda metade do século XX motivaram uma série de estudos sobre as operações que envolvem mais do que a produção propriamente dita, agregando as atividades a jusante e a montante do processo. O trabalho mais reconhecido é o realizado por John Davis e Ray Goldberg na Universidade de *Harvard*, nos Estados Unidos, em 1957.

Os dois pesquisadores, conforme citado por Batalha e Silva (2014), foram responsáveis pela criação do conceito de *agribusiness*, que envolve a soma de todas as operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição, tanto de insumos quanto de produtos agrícolas e seus derivados. Assim, a atividade agrícola passa a fazer parte de uma extensa rede de agentes econômicos. Os trabalhos de *Harvard* tiveram “o grande mérito de deslocar o centro da análise de ‘dentro para fora da fazenda’, evitando tratar o setor agrícola como isolado do resto da economia (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.66)”.

A noção de *commodity system approach* (CSA), ou abordagem relacionada a um sistema de commodities, é discutida em 1968, em estudo posterior de Ray Goldberg e que envolveu os sistemas de soja, trigo e laranja nos Estados Unidos. A partir desta definição, o autor passa a aplicar conceitos com origem na economia industrial, indo além do referencial teórico da matriz insumo-produto (BATALHA e

SILVA, 2014). Os sistemas são, então, estudados com análise de estrutura-conduta-desempenho (ZYLBERSZTAJN, 2010), considerando aspectos como lucratividade, estabilidade de preços, estratégia das corporações e adaptabilidade.

Observações que consideram uma cadeia de produção agroindustrial favorecem a visão global do sistema, segundo Batalha e Silva (2014). Assim, é possível perceber a importância de aprimorar a articulação entre os agentes econômicos privados, o poder público e os desejos e necessidades do consumidor.

Outra abordagem surge a partir de estudos da escola de economia francesa que levaram à criação do conceito de *filière*, ou cadeia, que reafirma o crescimento da interação entre as diferentes etapas do processo produtivo, desde a industrialização de insumos até a fabricação de alimentos. Ao utilizar a expressão, o autor Louis Malassis “enfatizou a sua dimensão histórica, situando o complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa”, aponta Graziano da Silva (1996, p.67).

No Brasil, termos como cadeia de produção, complexo agroindustrial e agronegócio passam a ser utilizados mais frequentemente a partir da década de 1980, num processo de reflexão teórica a respeito das transformações percebidas na produção rural do País. Trabalhos desenvolvidos desde 1990 pelo Centro de Conhecimento em Agronegócios (Pensa), da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) estão entre as pesquisas que colaboraram para a disseminação destes conceitos nos meios acadêmico e econômico brasileiros.

Uma das propostas conceituais dos pesquisadores do Pensa refere-se ao sistema agroindustrial (SAG), que será utilizado na presente pesquisa por envolver, além dos agentes da cadeia produtiva, o ambiente institucional e as organizações de suporte relacionadas à mesma.

3. MÉTODO

A discussão teórica de conceitos como cadeia produtiva, *agribusiness* e SAG sustenta o trabalho sobre a olivicultura no Rio Grande do Sul, que é abordada no presente estudo devido à relevância do crescimento da atividade especialmente a partir de 2005. A pesquisa de caráter exploratório envolveu levantamentos documentais e bibliográficos, além da consulta a dados secundários. Foram utilizados como fontes de consulta, livros, decretos governamentais, publicações técnicas, bancos estatísticos disponíveis na internet, periódicos científicos e documentos oficiais relativos a programas de governo. Anterior à análise da cadeia da olivicultura no Estado gaúcho, o trabalho apresenta um breve panorama sobre a produção mundial e outras iniciativas desenvolvidas no Brasil.

O enfoque sobre a abordagem de sistema agroindustrial, de Zylbersztajn (1995; 2010), contribui para entender como os ambientes organizacional e institucional vêm colaborando para a estruturação da referida cadeia. O SAG é definido como “um conjunto de relações contratuais entre empresas e agentes especializados, cujo objetivo final é disputar o consumidor de determinado produto (ZYLBERSZTAJN, 2010, p.13)”. O autor ressalva que embora o SAG represente um conceito mais amplo, por envolver os ambientes institucional e organizacional, a literatura de cadeias produtivas também considera aspectos institucionais.

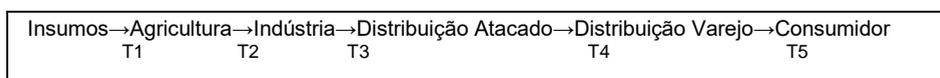
Uma característica dos sistemas agroindustriais são as modificações que podem ocorrer ao longo do tempo, já que as relações entre os agentes podem sofrer mudanças originárias de fatores externos ou tecnológicos. As relações contratuais também podem passar por transformações e são definidas por cooperação e conflito.

Percebe-se, ao analisar a cadeia produtiva da olivicultura no Rio Grande do Sul, que transformações vêm ocorrendo nos últimos anos, como consequência também de um sistema que ainda se encontra em estruturação por representar um complexo jovem em comparação com outras tradicionais cadeias do Estado, como a soja, a pecuária ou o arroz.

Zylbersztajn (2010) enumera os agentes que compõem o SAG para um melhor entendimento do seu funcionamento. São eles: consumidor; varejo; atacado; agroindústria e produção primária, que também engloba os fornecedores de insumos. Os ambientes institucional e organizacional representam as margens que amparam o fluxo formado pelos agentes (Figura 1).

Figura 1 – Sistema de Agribusiness e Transações Típicas

Ambiente Organizacional: Associações, Informação, Pesquisa, Finanças, Cooperativas, Firms



Ambiente Institucional: Cultura, Tradições, Educação, Costumes

T = Transações

Fonte: Adaptado de Zylbersztajn, 1995; 2010.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 OLIVICULTURA NO MUNDO

A história da oliveira remete aos tempos bíblicos, indicando que é um dos cultivos mais antigos do mundo. Embora a literatura reconheça a dificuldade de estabelecer a origem exata da planta, há relatos de que o cultivo seja proveniente de regiões da Síria, do Líbano ou de Israel. Acredita-se que sua domesticação teve início no período Paleolítico e Neolítico, entre 10.000 e 3.000 a.C., possivelmente na Mesopotâmia, de onde foi difundida para o Egito, em 2000 a.C., e ilhas da Ásia Menor e Grécia Continental, em 1.800 a.C. (VIEIRA NETO et al., 2008).

A área cultivada com oliveiras no mundo é de aproximadamente dez milhões de hectares, sendo que 90% desse total estão na costa do Mar Mediterrâneo (JORGE e COUTINHO, 2015). A expansão do cultivo nesta região acompanhou o desenvolvimento econômico, político e cultural das civilizações locais. Mueller (2012) retrata que no terceiro milênio a.C., os lucros da venda de azeite de oliva representavam a alma de várias economias da região.

O *Consejo Oleícola Internacional* (COI), organização criada na Espanha, em 1959, estima que a produção mundial de azeite de oliva cresceu de cerca de 1 milhão de toneladas em 1958/1959, para 2,539 milhões de toneladas em 2016/2017. A União Europeia respondeu pela produção de 1,747 milhão de toneladas na temporada 2016/2017 e, individualmente, a Espanha produziu 1,286 milhão de toneladas. A Grécia aparece em seguida, com 195 mil toneladas, seguida pela Itália (182,3 mil t), Turquia (177 mil t), Marrocos (110 mil t), Tunísia (100 mil t), Portugal (69,4 mil t) e Argélia (63 mil t) (COI, 2017a).

Na Espanha, a superfície cultivada com oliveiras ultrapassa os 2,5 milhões de hectares, e a região da Andaluzia responde por cerca de 70% da produção. Sanz Cañada et al. (2010) relatam que os sistemas agroalimentares formados pela atividade oleícola no país europeu, além da evidente relevância econômica, têm implicações importantes na gestão do meio ambiente e das paisagens agrárias das regiões produtoras.

Excluindo o comércio entre os países da comunidade europeia, o Brasil foi o segundo maior importador de azeite de oliva do mundo no ciclo agrícola 2014/2015 (01 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015), atrás apenas dos Estados Unidos (COI, 2017b). Do total dos azeites e azeitonas em conserva consumidos no Brasil, 99% têm origem em outros países (SCARTON, 2019).

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) confirmam a forte demanda por azeite de oliva no Brasil. Para efeito comparativo, em 2005, o País importou pouco mais de 27.000 toneladas do produto. Já em 2018, foram mais de 79.000 toneladas, o equivalente a US\$ 435,2 milhões (BRASIL, 2019) (Tabela 1).

Tabela 1 - Importações de azeite de oliva virgem; azeite de oliva refinado; e outros azeites de oliva pelo Brasil

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
01/2005 a 12/2005	106.727.152	27.008.808
01/2018 a 12/2018	435.247.328	79.544.360

Fonte: Adaptado de Comex Stat, 2019.

O incremento das importações tem razões como a divulgação de benefícios da dieta mediterrânea para a saúde, a entrada de produtos no mercado interno com preços mais acessíveis e o aumento do poder aquisitivo de algumas classes sociais no País (BERTONCINI, TERAMOTO e PRELA-PANTANO, 2010). Ao definir os agentes que compõem o SAG, Zylbersztajn (2010) salienta que o consumidor é o ponto focal para onde convergem os produtos do sistema. Segundo o autor, “o consumidor moderno vem apresentando algumas mudanças que são fruto da globalização dos hábitos e padrões, preocupação com a qualidade e aspectos da saúde (ZYLBERSZTAJN, 2010, p.16)”.

Ainda que as importações tenham aumentado significativamente entre 2005 e 2018, o consumo anual per capita de azeite de oliva no Brasil, entre 300 ml e 400 ml, é baixo quando comparado com outros países. Na Espanha e na Itália, por exemplo, os habitantes consomem cerca de 13 litros por pessoa ao ano, enquanto na Grécia, são aproximadamente 21 litros por pessoa ao ano (MUELLER, 2012), o que é um indicativo do potencial que existe para o produto no mercado interno.

4.2 OLIVICULTURA NO BRASIL

Além da cadeia produtiva formada no Rio Grande do Sul e que é objeto de estudo do presente trabalho, o Brasil registrou, nos últimos anos, iniciativas de cultivo de oliveiras e industrialização do azeite em outros estados. A estimativa do Instituto Brasileiro da Olivicultura (Ibraoliva) é de que, até 2025, o Brasil atinja em torno de 20 mil hectares implantados com oliveiras (SCARTON, 2019). Algumas experiências e projetos mais adiantados são relatados em microclimas favoráveis à cultura, como a Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais e São Paulo, com altitudes maiores que 1.000 metros (BERTONCINI, TERAMOTO e PRELA-PANTANO, 2010).

A região conta com o apoio técnico de instituições como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), que mantém uma Fazenda Experimental no município de Maria da Fé, onde é realizada a extração do azeite. Em São Paulo, a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), órgão de pesquisa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, instituiu o projeto Oliva SP, que se dedica a estudar todas as etapas da cadeia produtiva local (BERTONCINI, TERAMOTO e PRELA-PANTANO, 2010). Em torno de 160 produtores estão envolvidos com a olivicultura na região, onde existem 40 marcas de azeite (EPAMIG, 2019).

No Paraná, além de experiências de cultivo lideradas por produtores, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR) mantém unidades de validação da oliveira em municípios como São José dos Pinhais e Salto do Lontra (PARANÁ, 2017). A Emater local estabeleceu parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que em 2006 implantou unidades de observação da cultura em diferentes regiões do território catarinense. Avaliações técnicas realizadas revelaram boa produtividade de frutos e bom rendimento de azeite para três cultivares (Arbequina, Arbosana e Koroneiki) plantadas em quatro localidades de Santa Catarina (DA CROCE et al., 2016).

Experiências bem-sucedidas e que resultam em produtos de alto nível vêm sendo relatadas no Brasil. Em 2013, uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) avaliou 19 marcas de azeite de oliva extravirgem fabricadas em diferentes países e classificou um produto brasileiro como o de melhor qualidade (SAUERESSIG, 2014). Apesar do pouco tempo de produção, alguns rótulos de fabricantes gaúchos já receberam prêmios internacionais pela alta qualidade, um diferencial importante em um mercado onde há forte concorrência com os importados (EVOOWR, 2017).

A despeito destes indicadores positivos, os especialistas observam que são muitos os desafios para a consolidação da olivicultura brasileira. São aspectos presentes desde o manejo até o controle de qualidade do produto final. Segundo Jorge e Coutinho (2015), é necessário o alinhamento entre os diferentes elos da cadeia (produtores, beneficiadores, comerciantes e consumidores) para garantir a competitividade do setor e a instituição de marcas de azeite e azeitonas de mesa genuinamente nacionais.

O apontamento de fatores que podem representar obstáculos à atividade tem gerado iniciativas que objetivam a organização do sistema desde as suas bases. Em âmbito nacional, em 01 de fevereiro de 2012, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou a Instrução Normativa Nº 1 que define padrões oficiais de classificação do azeite de oliva e do óleo do bagaço de oliva. Foi a primeira legislação nacional sobre a produção e que envolve requisitos de identidade, qualidade, classificação e rotulagem (BRASIL, 2012).

Dessa forma, os dois produtos passaram a ser classificados por diferentes parâmetros e enquadrados nos seguintes grupos: Azeite de Oliva Virgem, Azeite de Oliva, Azeite de Oliva Refinado, Óleo de Bagaço de Oliva e Óleo de Bagaço de Oliva Refinado. Também passaram a ser especificados por tipo: Azeite de Oliva Extravirgem, Virgem e Lampante. Este último é considerado de qualidade inferior, com destinação não permitida diretamente para alimentação humana (BRASIL, 2012).

Esforços e iniciativas por parte de governos se enquadram nas definições retratadas por Zylbersztajn (2010) nos SAGs, onde as relações verticais ao longo das cadeias produtivas devem servir de balizador para a formulação de estratégias empresariais e políticas públicas. Batalha e Silva (2014) também consideram que a

utilização do conceito de cadeia de produção como instrumento de formulação e análise de políticas públicas e privadas busca fundamentalmente identificar os elos fracos de uma cadeia de produção e incentivá-los através de uma política adequada. Segundo esta visão, o sucesso de uma cadeia de produção agroalimentar é o resultado do desenvolvimento harmonioso de todos os agentes que atuam na cadeia (BATALHA E SILVA, 2014, p.22).

As leis e regras também se enquadram no ambiente institucional do SAG, segundo Zylbersztajn (2010). A mudança nas organizações, diz o autor, pode ocorrer com rapidez, enquanto as instituições apresentam mudanças mais lentas. “Assim sendo, a dinâmica das empresas adapta-se ao ambiente institucional, mas também busca modificá-lo, exercendo pressões sobre o legislativo em busca de regras mais adequadas aos seus interesses (ZYLBERSZTAJN, 2010, p.20)”. O autor acrescenta que a compreensão das organizações e das instituições, para a eficiência dos SAGs, é importante para definir estratégias privadas e políticas públicas.

4.3 OLIVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

Existem registros da presença de olivais no Rio Grande do Sul no início dos anos 1800, quando a planta teria sido introduzida pelos imigrantes açorianos e, posteriormente, italianos e espanhóis. No entanto, o cultivo chegou a ser proibido pela Coroa portuguesa para que não existisse concorrência com os azeites de Portugal (COUTINHO et al., 2009). Importante destacar que o país europeu até hoje é o principal fornecedor do produto para o Brasil.

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire visitou o Estado em 1820 e, em seus relatos que deram origem ao livro “Viagem ao Rio Grande do Sul”, descreveu na sua passagem por Porto Alegre que “plantaram-se algumas oliveiras que produziram muito bons frutos, mas em pequena quantidade (SAINT-HILARIE, 2002, p.58)”. Na visita à Viamão, o botânico relatou:

As oliveiras dão muito bem nos arredores de Porto Alegre e, ali, pude comer deliciosas azeitonas; contudo, não passam de objeto de curiosidade; mas quando a população aumentar e o número de propriedades tornar-se maior, a cultura da oliveira poderá vir a ser para esta região uma nova fonte de renda (SAINT-HILARIE, 2002).

O viajante francês estava certo sobre as possibilidades produtivas do Brasil, ainda que seu prognóstico a respeito dos olivais tenha demorado a se confirmar. No final dos anos 1930, o Governo do Rio Grande do Sul importou plantas da Argentina para realizar estudos em estações de pesquisa. Já em 1948, foi criado em caráter oficial o Serviço Oleícola, órgão integrante da Secretaria da Agricultura. Algumas publicações técnicas foram lançadas e, entre os anos de 1950 e 1960, foram distribuídas cerca de 300 mil mudas em diversas regiões do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2015a). No entanto, a carência de base técnica, de tecnologias apropriadas e de manejo adequado são algumas das razões para insucessos na produção nas décadas seguintes.

A partir dos anos 2000, a iniciativa de empresários de diferentes ramos da economia passou a influenciar os rumos da olivicultura no Rio Grande do Sul e chamar a atenção para esta que representa agora uma alternativa de diversificação da matriz produtiva em alguns municípios, especialmente da Metade Sul do Estado. A região, com base em avaliações técnicas, reúne as melhores condições para o

cultivo da oliveira, planta que não tolera excesso de umidade e que se desenvolve melhor quando as estações são bem definidas, com inverno frio e verão seco e quente. “O clima ideal para maturação dos frutos é o da Metade Sul do Estado, com temperaturas entre 25°C e 35°C, portanto dentro da faixa de temperatura ideal para a maturação das azeitonas (WREGE, FILIPPINI ALBA e COUTINHO, 2015, p.23)”.

A região está situada entre os paralelos 30º e 45º, mesma localização de importantes países produtores. Ainda na Metade Sul, é comum a ocorrência de períodos de estiagem durante o verão, com volumes de chuva entre 400 e 500 mm. Os índices são parecidos aos registrados nos países do Mediterrâneo, que apresentam durante o verão precipitações entre 250 e 550 mm. Segundo Wrege, Filippini Alba e Coutinho (2015), no Rio Grande do Sul, não há falta de água para o desenvolvimento da oliveira, podendo até mesmo haver excesso na primavera, época em que ocorre o florescimento, o que pode se tornar um problema em alguns anos.

Determinações técnicas são importantes para todas as culturas agrícolas e, no caso da olivicultura, passam a ter papel fundamental num momento em que a cadeia busca consolidação e suporte para o crescimento. O envolvimento de pesquisadores de instituições como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Secretaria da Agricultura, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), Ministério da Agricultura e universidades oferecem alicerce aos produtores que investem na cadeia. A participação de prefeituras, viveiristas, além da proatividade dos empreendedores, constituem um ambiente organizacional de importância significativa para a continuidade da evolução da cadeia.

Em 2008, devido ao aumento da demanda por informações identificadas entre os produtores, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação criou o Grupo Técnico de Pesquisa e Extensão em Olivicultura. A equipe, formada por engenheiros agrônomos de diferentes instituições e universidades, mantêm-se em atividade e vem publicando documentos com recomendações sobre temas de interesse dos olivicultores (JOÃO, ALMEIDA e AMBROSINI, 2017).

Em 2013, após estudos realizados entre especialistas de diferentes instituições do Brasil e do exterior, a Embrapa lançou o Zoneamento Edafoclimático da Olivicultura para o Rio Grande do Sul. A publicação é voltada a revelar as regiões com aptidão de clima e de solo para o cultivo, assim como aquelas que não reúnem as melhores condições para o desenvolvimento da planta. Embora o Estado não apresente a classe “preferencial” para a oliveira, a classe “recomendável” do zoneamento está presente em mais de 7,4 milhões de hectares especialmente nas regiões da Metade Sul e da Fronteira Oeste, que são intercalados com zonas de classe “pouco recomendável”, que somam mais de 11,1 milhões de hectares (WREGE e COUTINHO, 2013).

Orientações específicas para a cultura também passaram a integrar a programação de palestras e de atividades a campo de instituições de extensão e pesquisa. Em novembro de 2016, a Embrapa Clima Temperado, com sede em Pelotas, sediou o II Encontro Estadual e a 2ª Reunião Técnica Nacional de Olivicultura. Em dois dias de atividade, houve palestras com especialistas do Brasil e do exterior e uma visita técnica à uma propriedade dedicada à cultura, no município de Pinheiro Machado (ELOI, 2016).

As recomendações direcionadas à olivicultura detalham aspectos de clima, solo, manejo fitossanitário, tecnologias de propagação, instalação do olival, poda, colheita, custos de implantação e cultivares com diferentes ciclos produtivos e capazes de se adaptar às condições climáticas. Atualmente, as variedades mais

cultivadas no Estado são Arbequina, Koroneiki, Picual, Arbosana, Frantoio, Manzanilla e Coratina (JOÃO, ALMEIDA e AMBROSINI, 2017). A cultivar Arbequina, originária da Espanha, é considerada a de maior adaptabilidade a diferentes condições de ambiente, mas seu plantio não é recomendado em solos sujeitos ao encharcamento ou com altos teores de argila (COUTINHO, JORGE e HAERTER, 2015).

Associações de produtores criadas nos últimos anos também colaboram para a organização da atividade. Alguns exemplos são a Associação dos Olivicultores do Sul do Brasil, Associação Rio-Grandense de Olivicultores e Associação Brasileira de Produtores, Importadores e Comerciantes de Azeite de Oliva. As organizações, atesta Zylbersztajn (2010), são estruturas criadas para dar suporte ao funcionamento dos SAGs, tais como: empresas, universidades, cooperativas e associações de produtores. Entre as iniciativas mais recentes de organização da atividade pode-se citar a fundação, em agosto de 2017, do Instituto Brasileiro da Olivicultura (Ibraoliva) (JOÃO, ALMEIDA e AMBROSINI, 2017), que foi criado para fortalecer o sistema em negociações conjuntas, como por exemplo, em reivindicações junto ao Governo Federal.

Em 2012, a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul criou a Câmara Setorial da Olivicultura e iniciou a realização de eventos de Abertura Oficial da Colheita em diferentes municípios. Em julho de 2015, o Governo do Estado lança oficialmente o Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura (Pró-Oliva), que é estruturado em ações de subprogramas: i) Defesa Sanitária e Produção de Mudanças de Qualidade; ii) Aumento da Produção e Produtividade dos Olivais – Assistência Técnica e Pesquisa; iii) Industrialização de Azeites e Conservas; e iv) Crédito – Linhas de Financiamento. Para atender ao quarto subprograma, foram firmados termos de cooperação com cinco instituições financeiras: Banco do Brasil, Banrisul, Badesul, Sicredi e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Entre as justificativas para a criação do Pró-Oliva, está descrito:

Várias regiões do RS reúnem excelentes condições de clima e solos para projetos de novos olivais. Prova disto é o valoroso trabalho de diversos empresários rurais gaúchos e outros de fora do Estado, atraídos pelas nossas condições, que já estão colhendo frutos e fabricando azeites gaúchos de excelente qualidade (RIO GRANDE DO SUL, 2015b).

O decreto de criação do Pró-Oliva (RIO GRANDE DO SUL, 2015b) relaciona instrumentos que orientam o trabalho do programa: i) mobilização dos produtores por meio de reuniões, seminários e palestras; ii) assistência técnica aos produtores e assessoria a municípios que desenvolvam programas de olivicultura; iii) manutenção de um cadastro olivícola; iv) ações em defesa sanitária vegetal com o intuito de evitar a entrada de pragas e de doenças não presentes no Estado; v) realização de eventos de capacitação em produção para técnicos e produtores, bem como de campanhas educativas junto à sociedade visando ao esclarecimento sobre qualidade de azeites; vi) utilização e criação de linhas de financiamento para a implantação de olivais e de agroindústrias; e vii) mecanismos de adequação tributária no sentido de estimular a produção de azeite gaúcho.

Os esforços empreendidos nos últimos anos ajudaram a alavancar a olivicultura no Rio Grande do Sul. Entre os anos de 2005 e 2018, o cultivo de olivais passou de 80 hectares para cerca de 4,5 mil hectares (SCARTON, 2019). Na safra 2018/2019, foram elaborados 198.664 litros de azeite a partir de uma área de cerca

de 1.500 hectares que se encontra efetivamente em produção (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Uma primeira pesquisa oficial por parte do Governo do Rio Grande do Sul, e que deu origem ao Cadastro Olivícola (JOÃO, ALMEIDA e AMBROSINI, 2017), identificou 145 produtores e a presença da atividade em 56 municípios. Este mesmo levantamento indicou a existência de três viveiros de mudas e de 20 marcas comerciais de azeite. Em 2019, o número de marcas foi atualizado para 33: Alma do Segredo, Alto dos Olivos, Batalha, Bosque Olivos, Bueno Az 0.2, Casa Alfaro, Capela de Santana, Capolivo, Casa Albornoz, Casa Gabriel Rodrigues, Cerro dos Olivais, Coimbra Martins Costa, Costa Doce, Costi Olivos, Dom José, Dona Esmeralda, Kor, La Pataca, Milonga, Nina, Olivae, Olivais da Fonte, Olivas do Seival, Olivas do Sul, Olivo Brasil, Ouro de Santana, Prosperato, Quinta da Estância, Quinta Santha Júlia, São Pedro, Terrapampa, Verde Louro e Vila do Segredo (RIO GRANDE DO SUL, 2019) (Quadro 1).

Quadro 1 – Marcas de azeite identificadas no Rio Grande do Sul

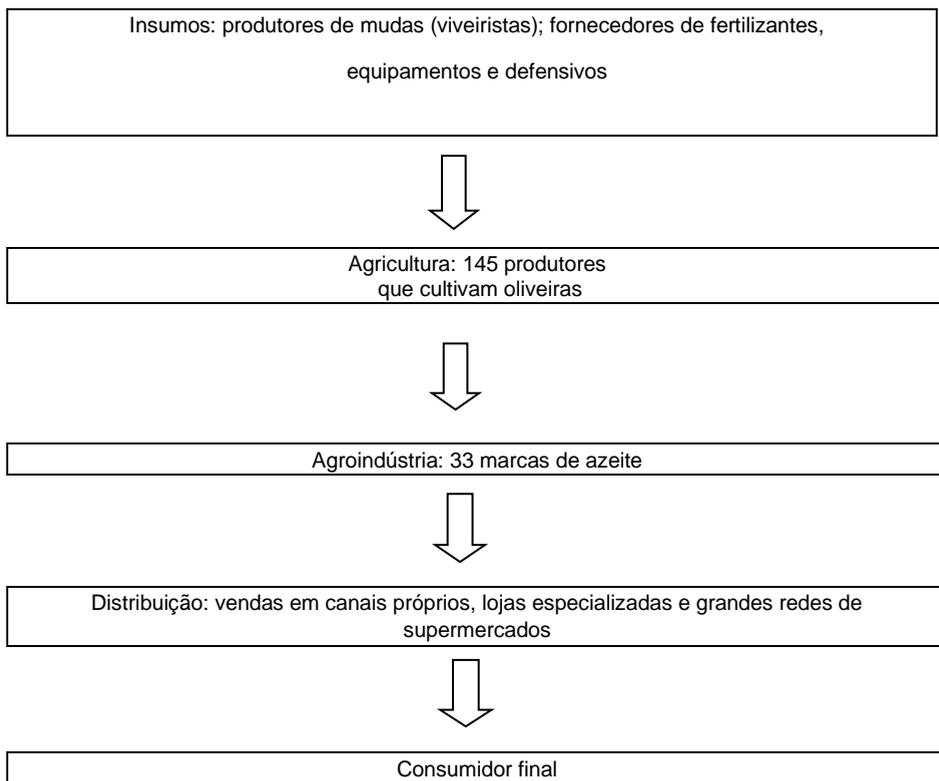
Marca	Município
Alma do Segredo	Caçapava do Sul
Alto dos Olivos	Barra do Ribeiro
Batalha	Pinheiro Machado
Bosque Olivos	Cachoeira do Sul
Bueno Az 0.2	Candiota
Casa Alfaro	Candelária
Capela de Santana	Sentinela do Sul
Capolivo	Canguçu
Casa Albornoz	Santana do Livramento
Casa Gabriel Rodrigues	São Gabriel
Cerro dos Olivais	Caçapava do Sul
Coimbra Martins Costa	Rosário do Sul
Costa Doce	Dom Feliciano
Costi Olivos	Caçapava do Sul
Dom José	Caçapava do Sul
Dona Esmeralda	São Sepé
Kor	Glorinha
La Pataca	São Francisco de Paula
Milonga	Triunfo
Nina	Rosário do Sul
Olivae	Piratini
Olivais da Fonte	Formigueiro
Olivas do Seival	Candiota
Olivas do Sul	Cachoeira do Sul
Olivo Brasil	Dom Pedrito
Ouro de Santana	Santana do Livramento
Prosperato	Caçapava do Sul
Quinta da Estância	Viamão
Quinta Santha Júlia	Encruzilhada do Sul
São Pedro	Caçapava do Sul
Terrapampa	Bagé
Verde Louro	Canguçu
Vila do Segredo	Caçapava do Sul

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2019).

A descrição dos agentes e dos ambientes formadores da cadeia da olivicultura gaúcha permite a elaboração do esquema a seguir como forma de ilustrar o sistema (Figura 2):

Figura 2 – SAG da olivicultura no Rio Grande do Sul

Ambiente Organizacional: Embrapa, Secretaria da Agricultura do RS, Emater/RS, Ministério da Agricultura, associações de produtores, Instituto Brasileiro da Olivicultura, instituições financeiras, entre outros.



Ambiente Institucional: legislações, câmara setorial, Pró-Oliva, entre outros.

Fonte: Elaborado pelos autores e adaptado de Zylbersztajn, 1995; 2010.

A análise da olivicultura à luz da proposta conceitual de SAG permite a percepção de agentes peculiares deste sistema. Nota-se, por exemplo, que algumas empresas instaladas no Rio Grande do Sul completam o ciclo de produção. É o caso da Tecnoplanta, que fabrica a marca de azeite Prosperato. A empresa produz as mudas necessárias para o cultivo, mantém um olival próprio, industrializa a colheita e comercializa seus produtos em canais diretos de venda pela internet e na sua sede, localizada em Caçapava do Sul (PROSPERATO, 2017).

Ao mesmo tempo, atua como fornecedora de insumos, já que disponibiliza a venda de suas mudas a outros produtores. O trabalho segue com assistência

técnica, aquisição e processamento da produção dos clientes (PROSPERATO, 2017). Zylbersztajn (2010) lembra que a multifuncionalidade do espaço rural vem crescendo nos últimos anos, levando ao desenvolvimento de outras atividades de renda, e não mais apenas a agricultura. O processo, diz o autor, motiva a formação de um novo perfil do tradicional homem do campo.

A observação da cadeia, no entanto, também leva à identificação de transações tradicionais, já que existem empresas que adquirem insumos (mudas), terceirizam a fabricação do azeite e comercializam a produção em lojas especializadas e em grandes redes de supermercados. Devido às características das operações realizadas ao longo do sistema, percebe-se uma relação geralmente amistosa entre os fabricantes de azeite. Num contexto em que os equipamentos necessários à elaboração do produto final ainda são inacessíveis para parte dos empreendedores, a opção é pela terceirização dos processos em uma unidade concorrente (SAUERESSIG, 2018).

As empresas também participam de forma conjunta de atividades relacionadas ao Programa Pró-Oliva, como o Salão do Azeite Gaúcho. Batalha e Silva (2014) explicam tal interação abordando o conceito de coopetição, ou seja, quando a competição e a cooperação caminham juntas. Apesar de cada empresa manter sua própria marca no mercado, existem associações e acordos entre os concorrentes que revelam que é possível incrementar os negócios sem prejudicar os objetivos finais das outras organizações.

Também é perceptível, na análise do SAG da olivicultura gaúcha, que os ambientes institucional e organizacional atuam como importantes forças coordenadoras do sistema. Assim como assinalado por Zylbersztajn (1995), o papel do Estado é ainda mais especial quando são valorizados programas de proteção da renda, regulamentação de operações com alimentos e investimentos em pesquisa. Observa-se que o envolvimento de instituições como Embrapa, Secretaria da Agricultura e Emater vem colaborando para ampliar o conhecimento sobre o cultivo das oliveiras por meio de recomendações técnicas.

Zylbersztajn (1995) cita Goldberg, que em seus trabalhos de 1957 e 1968, analisou que as associações apoiam as firmas nos processos de adaptação necessários devido às mudanças nos sistemas agrícolas. Principalmente as pequenas empresas têm acesso limitado a informações e, assim, as organizações podem colaborar para difundir o conhecimento necessário. Respostas institucionais também são importantes num ambiente de alta instabilidade, como é o que está inserido o setor agrícola, que tantas vezes é afetado por condições climáticas desfavoráveis, oscilação de preços e mudanças nos hábitos de compra do consumidor (ZYLBERŠZTAJN, 1995).

Por fim, trabalhos específicos voltados à olivicultura permitem relacionar pontos críticos que devem ser alvo de maior atenção dos agentes envolvidos no desenvolvimento da cadeia. Entre eles, o incremento de políticas públicas e estratégias empresariais voltadas a soluções para questões como a necessidade de maior envolvimento da pesquisa e difusão de conhecimentos a respeito de aspectos agrônômicos da produção, o esforço pelo registro de insumos, a capacitação de mão de obra para trabalho nos pomares e as ações de educação do consumidor a respeito do produto nacional (SAUERESSIG, 2018). Sobre este último aspecto, cabe destacar que, se por um lado, alguns rótulos tenham procura intensa e sequer conseguem atender a demanda, por outro, ainda há desconhecimento do consumidor sobre a existência do azeite elaborado no Estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem teórica e os elementos identificados na olivicultura do Rio Grande do Sul permitem analisar a atividade a partir dos conceitos de cadeia produtiva e de sistema agroindustrial. Foi possível, por meio do presente trabalho, avaliar o contexto e os elementos que colaboram para a estruturação e desenvolvimento desta cadeia ainda jovem no cenário econômico gaúcho.

A pesquisa buscou, em dados coletados sobre o setor, demonstrar que o crescimento da olivicultura nos campos do Rio Grande do Sul foi bastante significativo especialmente entre os anos de 2005 e 2018, o que expressa a relevância do presente estudo. A pesquisa documental e em dados secundários revelou um aumento expressivo na área cultivada com oliveiras e o surgimento de 20 marcas de azeite.

Fatores como demanda do mercado e potencial para aumento do consumo, condições de cultivo favoráveis, medidas de apoio do Governo e o envolvimento de instituições de pesquisa podem estar entre as razões para a evolução registrada nos últimos anos. Percebe-se, ao analisar a olivicultura gaúcha por meio da proposta conceitual de sistema agroindustrial (SAG), que os agentes inseridos na cadeia se beneficiam daqueles que estão às margens da estrutura, ou seja, os ambientes organizacional e institucional.

No caso de uma atividade recente quando comparada com outros segmentos da matriz produtiva do Estado, torna-se ainda mais relevante as ações e interferências propostas por instituições capazes de oferecer suporte e de auxiliar na regulação dos processos e na superação de gargalos. É o caso de atividades realizadas no âmbito da Câmara Setorial das Oliveiras, como reuniões, eventos técnicos e a própria divulgação do azeite processado no Rio Grande do Sul. Conclui-se que este trabalho é fundamental para a criação de leis e de regulamentações específicas, lançamento de políticas públicas, promoção do conhecimento e difusão de informações entre os produtores, assim como o estímulo ao consumidor, tão habituado a adquirir rótulos importados.

É possível identificar, por meio da descrição dos agentes formadores do SAG, que existe um esforço constante por melhorias nas diferentes etapas da cadeia de produção. O trabalho é pela resolução de pontos críticos que nos próximos anos podem determinar a sustentabilidade econômica da atividade.

Ao mesmo tempo, o estudo identifica a necessidade e pertinência de novos e aprofundados trabalhos a respeito do tema, com pesquisas que envolvam, por exemplo, a investigação mais detalhada dos pontos fortes e fracos do setor, assim como as transações entre os agentes. Por toda a evolução percebida até o momento, considera-se importante a continuidade das análises sobre as potencialidades e desafios do processo de desenvolvimento da olivicultura no Rio Grande do Sul, assim como a investigação do crescimento do setor a partir do suporte de iniciativas públicas e privadas.

6. REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. *In*: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p.1-60.

BATISTA, I. M.; SILVEIRA, V. C. P. Influência das desigualdades econômicas regionais no setor agropecuário do Rio Grande do Sul. **Extensão Rural**, Santa

Maria, v. 13, n.13, p.60-92, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5605/3327>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BERTONCINI, E. I.; TERAMOTO, J.R.S.; PRELA-PANTANO, A. **Desafios para produção de azeite no Brasil**. [S.l.], 2010. Artigo em hypertexto. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2010_4/DesafioOliva/index.htm. Acesso em: 4 jul. 2017.

BRASIL. Instrução Normativa nº 1, de 30 de janeiro de 2012. Estabelece o Regulamento Técnico do Azeite de Oliva e do Óleo de Bagaço de Oliva. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de fev. 2012. Seção 1, n.23.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. **Exportação e Importação Geral**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 3 abr. 2019.

COI - CONSEJO OLEÍCOLA INTERNACIONAL. Áreas de Actividad. Economía. **Importaciones por países**. Madrid, 2017a. Disponível em: http://www.internationaloliveoil.org/estaticos/view/135-imports-by-selected-markets?lang=es_ES. Acesso em: 14 jan. 2018.

COI – CONSEJO OLEÍCOLA INTERNACIONAL. World trade in olive oil and table olives. **Market Newsletter**, Madrid, n. 121, nov. 2017b. Disponível em: <http://www.internationaloliveoil.org/news/view/697-year-2017-news/909-market-newsletter-november-2017>. Acesso em: 14 jan. 2018.

COUTINHO, E. F. et al. Introdução e importância econômica. In: COUTINHO, E.F.; RIBEIRO, F.C.; CAPPELLARO, T.H. (Ed.). **Cultivo de oliveira (Olea europaea L.)**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009. p. 17-27. (Embrapa Clima Temperado. Sistemas de produção, 16).

COUTINHO, E. F.; JORGE, R.O.; HAERTER, J. A. Cultivares. In: COUTINHO, E. F. et.al. (Ed.). **Oliveira: aspectos técnicos e cultivo no Sul do Brasil**. Brasília: Embrapa, 2015. p. 57-85.

DA CROCE, D. M. et al. Avaliação da produção e do rendimento de azeite das oliveiras Arbequina, Arbosana e Koroneiki em Santa Catarina. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 54-57, 2016.

ELOI, L. **Desafios da olivicultura no RS são debatidos em evento estadual**. Pelotas, 2 dez. 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/clima-temperado/busca-de-noticias/-/noticia/18641373/desafios-da-olivicultura-no-rs-sao-debatidos-em-evento-estadual>. Acesso em 25 jan. 2017.

EPAMIG. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS. **Notícias**: Dia de campo abre programação da Festa do Azeite em Maria da Fé. Belo Horizonte, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://epamig.wordpress.com/2019/03/12/dia-de-campo-abre-programacao-da-festa-do-azeite-em-maria-da-fe/>. Acesso em: 3 abr. 2019.

EVOOWR - WORLD RANKING OF EXTRA VIRGIN OLIVE OILS. **EVOO of the year 2017**. [S.l.], [2018]. Disponível em: http://www.evooorldranking.org/_EN/ran_evoo.php. Acesso em: 4 fev. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996.

JOÃO, P. L.; ALMEIDA, G. T. F.; AMBROSINI, L. B. **Nota Técnica: cadastro olivícola 2017**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação/ Câmara Setorial das Oliveiras, 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/pro-oliva>. Acesso em: 4 abr. 2019.

JORGE, R. O.; COUTINHO, E. F. A cultura da oliveira no mundo e no Brasil. In: COUTINHO, E. F. et.al. (Ed.). **Oliveira: aspectos técnicos e cultivo no Sul do Brasil**. Brasília: Embrapa, 2015. p. 13-17.

MUELLER, T. **Extravirgindade: o sublime e escandaloso mundo do azeite de oliva**. São Paulo: Tapioca, 2012.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Notícias. **A oliveira pode ser opção para agricultor familiar**. Curitiba, out. 2017. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5302>. Acesso em: 7 mar. 2018.

PROSPERATO. **[Dados obtidos da página]**. Caçapava do Sul, 2017. Disponível em: <http://www.prosperato.com.br>. Acesso em: 22 jan. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 49.945, de 11 de dezembro de 2012. Cria a Câmara Setorial das Oliveiras. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 12 dez. 2012. v. 70, n. 238.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 52.479, de 29 de julho de 2015. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 30 jul. 2015b. v. 73, n. 144.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. Pró-Oliva. **Antecedentes**. Porto Alegre, 2015a. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/pro-oliva>. Acesso em: 8 abr. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. Pró-Oliva. **Situação Atual**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/pro-oliva>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 575p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1064>. Acesso em: 8 jul. 2016.

SANZ CAÑADA, J. et al. Multifuncionalidad y sistemas agroalimentarios locales: prioridades de investigación e innovación em medio ambiente, territorio y desarrollo

rural en el sector español del aceite de oliva. In: INTERNATIONAL EAAE-SYAL SEMINAR, 2010, Parma. [Papers...] Parma: EAAE/SYAL, 2010.

SAUERESSIG, D. Futuro promissor para o azeite brasileiro. **Revista A Granja**. Porto Alegre, nº 784, p. 48-50, abr. 2014.

SAUERESSIG, D. **O desenvolvimento da olivicultura no Rio Grande do Sul: potencialidades e desafios**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCARTON, S. **Produção de azeite extravirgem deste ano deve ser a maior do estado**. Porto Alegre, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/producao-de-azeite-extravirgem-deve-ser-a-maior-do-rs-em-2019>. Acesso em: 4 abr. 2019

VIEIRA NETO, J. *et al.* **Botânica, descrição da planta e aspectos técnicos do cultivo da oliveira**. Belo Horizonte: EPAMIG, 2008. (Circular Técnica, n. 20).

WREGGE, M. S.; FILIPPINI ALBA, J. M.; COUTINHO, E. F. Clima. In: COUTINHO, E. F. *et al.* (Ed.). **Oliveira: aspectos técnicos e cultivo no Sul do Brasil**. Brasília: Embrapa, 2015. p. 19-27.

WREGGE, M.; COUTINHO, E. Zoneamento agroclimático da olivicultura. In: FILIPPINI ALBA, J. M.; FLORES, C. A.; WREGGE, M. S. (Ed.). **Zoneamento edafoclimático da olivicultura para o Rio Grande do Sul**. Brasília: Embrapa, 2013.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia & gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2010. Disponível em: <http://pensa.org.br/category/livros-publicados/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. 241 f. Tese (Livre Docência em Administração) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Repositorio/616/Documentos/Tese_Livre_Docencia_DZ.pdf. Acesso em: 12 dez. 2017.

CERTIFICAÇÃO DE MAÇÃS: UM ESTUDO SOBRE CONSUMO E CONVENÇÕES

Eduardo Rodrigues Sanguinet¹
Leonardo Xavier da Silva²

RESUMO

O artigo analisa a percepção do consumidor em relação aos processos de certificação e de qualidade de maçãs no momento da compra. Os atributos de qualidade e de comportamento do consumidor são discutidos com base na Economia das Convenções. Procedeu-se com uma pesquisa de campo em quatro redes supermercadistas do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul, Brasil), para obter informações sobre o nível de conhecimento dos consumidores sobre certificação e aos atributos considerados relevantes no momento da compra. Os resultados mostram que os consumidores não primam por questões relacionadas à certificação no ato da compra de maçãs e classificam seu nível de conhecimento como baixo. Concluiu-se que as informações conhecidas sobre certificação e demais características da maçã são menos relevantes para a realidade consumidora estudada, comparada a aspectos de mercado, como o preço.

Palavras-chave: certificação, maçãs, consumidor, qualidade, convenções.

APPLE'S CERTIFICATION: A STUDY ABOUT CONSUMPTION AND CONVENTIONS

ABSTRACT

This article analyzes the perception of the consumer regarding the processes of certification and quality of apples at the time of purchase. Quality attributes and consumer's behavior are discussed based on the Economic of Conventions. A field survey was carried out in four supermarkets in the city of Santa Maria (Rio Grande do Sul, Brazil) to obtain information on the level of consumer knowledge about certification and the attributes considered as relevant at the moment of purchase. The results show that consumers do not prioritize at issues related to certification in the purchase of apples and classify their level of knowledge as low. It was concluded that the known information about certification and other characteristics of the apple are less relevant to the consumer reality studied, if compared to market aspects, such as price.

Keywords: Certification. Apples. Consumer. Quality. Conventions.

¹ Graduado em Ciências Econômicas (UFSM). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutorando em Economia do Desenvolvimento (PUCRS) e em Economia Aplicada com Menção em Estudos Regionais (UCN). E-mail: eduardorodriguessanguinet@gmail.com

² Graduado em Ciências Econômicas (UFRGS). Mestrado em Economia (UFRGS). Doutorado em Economia (UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFRGS). E-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br

1. INTRODUÇÃO

A produção de maçãs no Brasil foi condicionada a um conjunto de exigências relacionadas aos processos de segurança e qualidade da produção, principalmente a partir dos anos 1990 (ALPHANDÉRY ET AL, 2012). As normas de qualidade internacionais tornam-se cada vez mais relevantes para a comercialização de alimentos, estabelecendo padrões de equivalência e qualidade para os produtos transacionados a nível mundial. Os países europeus foram os primeiros que passaram a exigir maiores garantias sobre determinados padrões produtivos para a importação da fruta e outros gêneros alimentícios (ALLAIRE; BOYER, 1995; PERETTI; ARAÚJO, 2010).

Os sistemas de certificação são mecanismos que buscam assegurar a determinados produtos e processos produtivos garantias em termos de proteção ambiental, saúde e segurança do trabalhador, sanidade e armazenamento e transporte adequados. (BÄCKSTRAND, 2006; WILKINSON, 2007; HENSON; JAFFEE, 2007; FORNASIER, 2010). A emergência do tema da qualidade alimentar, em um contexto de complexa competitividade dos mercados globalizados, promove discussões nas ciências sociais sobre modelos e novos conceitos que passaram a contribuir para a compreensão desse fenômeno (FOUILLEUX, 2012; GUÉNEAU, 2009). No contexto regional/local, a literatura nacional sobre certificação na produção de frutas enfatiza a perspectiva desde o lado da produção, como Dorr et al., (2010; COMUNELLO, (2013); e Ambrosini & Oliveira (2017), evidenciando que mostram a necessidade de trazer à discussão os processos de certificação de origem atualmente em curso no Brasil e o aprofundamento da discussão conceitual em torno dos mesmos (DORR et al., 2010; COMUNELLO, 2013; AMBROSINI & OLIVEIRA, 2017).

O objetivo deste artigo é analisar a perspectiva do consumidor diante da convenção de qualidade e segurança atribuída à certificação de maçãs no momento da compra. Adota-se o referencial teórico da Economia das Convenções (EC) para analisar os atributos intrínsecos da fruta considerados relevantes por parte do consumidor. Complementarmente, avaliam-se as características socioeconômicas dos consumidores, de forma a verificar sua relação para com o conhecimento e discernimento sobre qualidade, tendo como referência a certificação.

O estudo contribui à discussão analítica relacionada ao comportamento do consumidor, tendo como enfoque o setor agroalimentar. A EC encontra um campo fértil de aplicações da coordenação das operações diante dos sistemas agroalimentares e se adequa às demandas sociais do setor agroalimentar (ALLAIRE, 1995; MARESCOTTI, 2000): diversidade produtiva, a pluralidade da qualidade, a heterogeneidade das formas de trabalho e a valorização do território. Avaliar as percepções dos consumidores sobre os processos de certificação agroalimentar se torna relevante pois pode influenciar o processo decisório, contribuindo assim para a efetividade das legislações a serem implementadas e avanço na consideração de outros aportes teóricos e analíticos não ortodoxos aplicados aos mercados. A proposta do estudo não é discutir como os processos de certificação modificaram os padrões produtivos da maçã. O artigo analisa como o consumidor compreende os processos de certificação, sendo dado o fato de a certificação ser um indicativo de qualidade e as maçãs serem submetidas a um sistema de controle e de certificação institucionalizados no Brasil.

O artigo estrutura-se em cinco seções, contando-se esta introdutória. A segunda seção apresenta o aporte teórico da Economia das Convenções aplicada aos sistemas agroalimentares. A terceira sintetiza os procedimentos metodológicos adotados, enquanto a quarta apresenta os resultados. A última mostra as considerações finais e reflexões a partir dos resultados obtidos.

2. ECONOMIA DAS CONVENÇÕES E OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

A EC posiciona-se na fronteira entre a microeconomia e a sociologia (Gomez, 1994) e diferencia-se da economia clássica ao recorrer a outros mecanismos de coordenação, além do preço, para explicar a difusão de um bem no mercado. A teoria busca explicar como a noção de *qualidade* existente nas relações sociais de mercado – considerando-se a construção social em torno do termo –, pode incitar o senso de qualidade aos bens por parte dos indivíduos. Desenvolvida nos anos 1980, a EC aporta contribuições importantes sobre aspectos qualitativos presentes no funcionamento dos mercados.

Com respeito às fragilidades da teoria econômica neoclássica, Eymard-Duvernay (1989), Sylvander (1995) e Caldentey e Gomez (1997) apresentam aspectos teóricos da EC, e assinalam que a difusão de um produto no mercado passa por uma série de negociações entre os atores, as quais não se reportam unicamente ao preço de troca, sendo antes o resultado de convenções em que participam produtores e consumidores. Os autores evidenciam um distanciamento dos mecanismos puros de mercado, dada a inserção de elementos que enfatizam funções relacionadas com a informação e a pluralidade de formas de convenção na vida econômica.

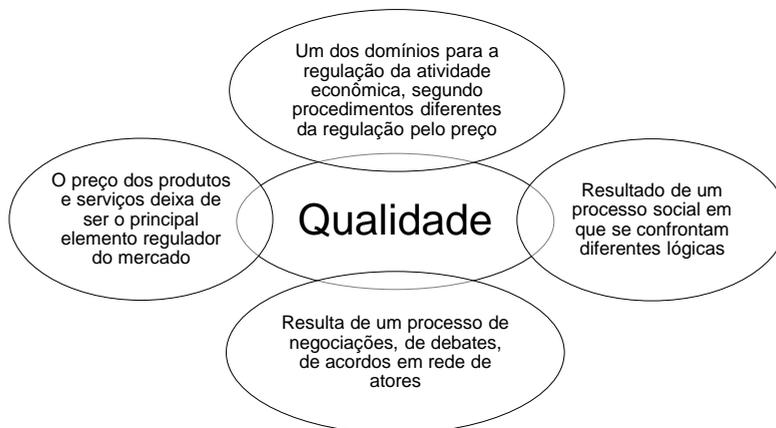
Em relação à definição da qualidade dos bens agroalimentares, os princípios básicos que suportam a teoria neoclássica passam a ser questionados (HODGSON, 1994). A importância das instituições na redução da incerteza sobre a qualidade dos alimentos passa a ser reconhecida por meio da instituição de normas, garantias, marcas e símbolos, e emerge a opinião de que a coordenação econômica não se assenta apenas no mercado e nos preços dos produtos. Por outro lado, o reconhecimento da diversidade dos bens, a incerteza sobre as suas qualidades e os problemas de assimetria da informação entre fornecedores e consumidores, implicam perturbações nos mecanismos da concorrência. Com isso, os mecanismos autorreguladores de mercado nem sempre funcionam quando está em causa a definição da qualidade dos bens (EYMARD-DUVERNAY, 1989).

No contexto do setor agroalimentar, as mudanças e sua complexidade característica têm sido marcadas pela incerteza sobre as qualidades dos produtos comercializados (SYLVANDER, 1995). A crescente industrialização e o aumento da diversidade e diferenciação dos produtos, associados a problemas de assimetria de informação, tornam a análise econômica clássica limitada quando confrontada com a definição de qualidade dos bens. Seguindo essa lógica, aumentam os sistemas de certificação e controle que definem a conformidade dos bens a determinadas normas e padrões, evitando ou reduzindo as possibilidades de fraude e oportunismo.

As dificuldades dos atores econômicos transacionarem não é relacionada unicamente a um problema de assimetria de informação (EYMARD-DUVERNAY, 1989; THÉVENOT, 1986). Trata-se de um problema de *incertezas avaliativas* associadas à existência de diferentes sistemas de julgamento. No marco teórico da EC, a *qualidade* não está imposta em termos de sinalização de mercado e da regulação de preços. A abordagem convencionalista coloca em causa a coordenação da economia pelo mercado (SYLVANDER, 1995) e integra a problemática da incerteza sobre a qualidade e a análise dos dispositivos institucionais pelos quais os atores se coordenam, admitindo que a qualidade seja definida de forma endógena, resultado de um processo de construção social. Desta forma, a coordenação das atividades econômicas e a construção da qualidade dos produtos baseiam-se na pluralidade de convenções de qualidade, exógenas às leis do mercado, que intervêm

na regulação das relações comerciais. A Figura 1 mostra os principais aspectos convencionalistas vinculados à noção de *qualidade*.

Figura 1 – Qualidade e convenções.



Fonte: Adaptado de Tibério e Conceição (2012).

A noção de *padrão* é vista através de convenção de qualidade. Devido à pluralidade, explora-se o problema da negociação da qualidade e a sua construção de padrões através de uma rede de atores. A qualidade agroalimentar implica o envolvimento de toda a cadeia produtiva e, quando relacionada a uma região em particular, associa-se à tradição e as características comuns do produto local (DE SAINTE-MARIE, 1995). Concebida como uma convenção social, a *qualidade* estabelece-se como o resultado de um acordo coletivo, por meio do qual os atores constroem dispositivos que permitem a construção de um entendimento comum frente a uma determinada cena de mercado. As regras, normas e padrões não emergem necessariamente para resolver falhas de mercado, o que limitaria o papel das instituições econômicas. Sequer as instituições são percebidas como simples constrangimentos da ação econômica. Para a EC, as instituições são imprescindíveis para viabilizar e potencializar o funcionamento dos mercados (NIEDERLE, 2013).

No referencial convencionalista, a *coordenação* é importante pois colabora para a compreensão do comportamento dos agentes econômicos. O entendimento das várias formas de coordenação é fundamental, uma vez que suas dinâmicas passam a ser determinantes para a atuação dos atores (THEVÉNOT, 2001). O universo das ações humanas permite fazer referência a várias concepções de um determinado bem. A coordenação, assim, baseia-se em caracterizações categóricas de seres humanos em termos de identidades, grupos de interesse, hábitos, etc. A pluralidade dos modos de coordenação é resultado da complexidade e do conflito, inerentes à própria ação cognitiva dos indivíduos.

A avaliação feita pelos agentes econômicos para um determinado bem se dá pelos princípios das ordens de valores, que nada mais são do que diferentes modos de coordenação. A pluralidade dos modos de avaliação justifica ações e posições frente aos produtos, ao mesmo tempo em que evidencia que os dispositivos de coordenação são eficazes e oferecem possibilidades de compromissos entre as diferentes ordens de valores (THEVÉNOT, 2001). A avaliação de decisões ou de ações é compreendida pelas diferentes ordens de valores pertinentes aos atores. Para

Eymard-Duvernay (1989), as justificações para as ações são definidas pelas diversas ordens de valores, ou seja, pelas convenções. A EC, assim, identifica a existência de seis tipos de coordenação da ação dos atores (Quadro 1).

Quadro 1 – Formas de coordenação da ação convencionalista

Fatores avaliativos	Tipos de informações	Objetos qualificados	Relações construídas	Qualificação humana
Tipo 1 - Coordenação de Mercado				
Preço	Monetária	Produtos e serviços	Troca	Interessado
Tipo 2 - Coordenação Industrial				
Produtividade	Mensuráveis	Investimentos, técnicas e métodos	Funcionalidade	Profissional
Tipo 3 - Coordenação Doméstica				
Fator reputação	Explicação	Patrimônio e ativos	Confiabilidade	Confiável
Tipo 4 - Coordenação de Opinião				
Fama	Semiótico	Mídias e marcas	Reconhecimento	Famoso
Tipo 5 - Coordenação Cívica				
Interesse coletivo	Formal	Direitos	Solidariedade	Representativo
Tipo 6 - Coordenação Inspirada				
Inovação e criatividade	Emocional	Emoções	Paixão	Criativo

Fonte: Malafaia et. al. (2010).

Para a literatura convencionalista, os agentes são capazes de avaliar a qualidade dos bens com base em suas capacidades. Na coordenação de mercado, o fator preço é convencionado como forma de justificar suas ações, não carecendo assim de elementos adicionais. A ordem é concorrencial, enquanto a convenção é mercantil e baseada na troca. Na coordenação da forma industrial, a produtividade dos fatores é mensurada e planejada, e a qualidade passa a ser compreendida através das técnicas implementadas no processo produtivo. A ordem direciona-se para a noção de eficiência. A coordenação doméstica mantém forte relação entre a pessoalidade e proximidade dos atores, em que pese a confiança estabelecida nas transações. Nesta ordem, os atores negociam entre si os critérios de qualidade. Na coordenação de opinião, a qualidade de um bem é julgada pelas opiniões de outros e pela reputação dos operadores, em que estão as marcas e a mídia. A coordenação do tipo cívica é baseada na aderência dos agentes a um núcleo de princípios coletivos, em que os mesmos renunciam a sua própria individualidade, deliberando a qualidade tendo como referência os valores coletivos (SYLVANDER, 1995).

3. NORMATIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES E CERTIFICAÇÃO

Os sistemas agroalimentares apresentam dinamismo relacionado às transformações e aos processos de regulação e intervenção direta (ALPHANDÉRY *et al*, 2012). O segmento passou a manter relação direta com a determinação de normas

e regramentos específicos. A partir dos anos 1990, a atuação do Estado em muitos países passou a ser de intervenção mais direta nos mercados alimentares, com ações de cunho regulador. A mediação estatal das relações de consumo no mercado de alimentos e monitoramento da qualidade de produtos e serviços revela-se por meio de regulamentos técnicos ou ações fiscais a fim de preservar a saúde pública, privilegiando a institucionalização de normas e padrões que definem a qualificação dos alimentos (ALLAIRE; BOYER, 1995; PERETTI; ARAÚJO, 2010).

Diversos dispositivos de normatização se desenvolveram e passaram a produzir novas regras, mais normas, padrões, distintos selos, registros e atestados (FOUILLEUX, 2012; GUÉNEAU, 2009). No decorrer da década de 1990, observou-se a consolidação de formas privadas de regulação, as quais lançavam mão de inúmeras regras e padrões estabelecidos primeiramente pelas indústrias e, em seguida, pelo setor varejista, com vistas a forçar a readequação dos sistemas de produção agrícola e abastecimento alimentar.

Ao longo desse processo, têm se tornado cada vez mais reconhecidos os novos mecanismos de qualificação que traduzem a incorporação de diferentes referenciais de desenvolvimento para um sistema alimentar cada vez mais diversificado. Wilkinson (2007) caracteriza esse momento como o pontapé inicial para discussões acerca da normatização de processos produtivos e inovadores, que se expressavam em mercados emergentes como, para o caso dos agroalimentos, os orgânicos, o *fair trade*, as indicações geográficas, etc. No Brasil, tal intervenção se utiliza de indicadores para a realização de programas de monitoramento de produtos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgãos estaduais e municipais e também pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Esses processos de normatização e determinação de regras específicas a serem seguidas induziram a criação de órgãos privados reguladores, institucionalizando agentes a atuarem como certificadores.

A certificação é definida como um procedimento reconhecido oficialmente por organizações que denotam a alimentos e/ou a sistemas produtivos a conformidade em relação a certos requerimentos – padrões de qualidade (Codex Alimentarius, 2007). A exigência por produtos mais saudáveis e livres de agrotóxicos revelou tendências futuras para o Brasil, que se destaca na produção agroalimentar, na conquista de novos nichos de mercado: os produtos alimentares de alta qualidade e de produção controlada por mecanismos de certificação e com aval de autoridades públicas (BARROS; VARELLA, 2002).

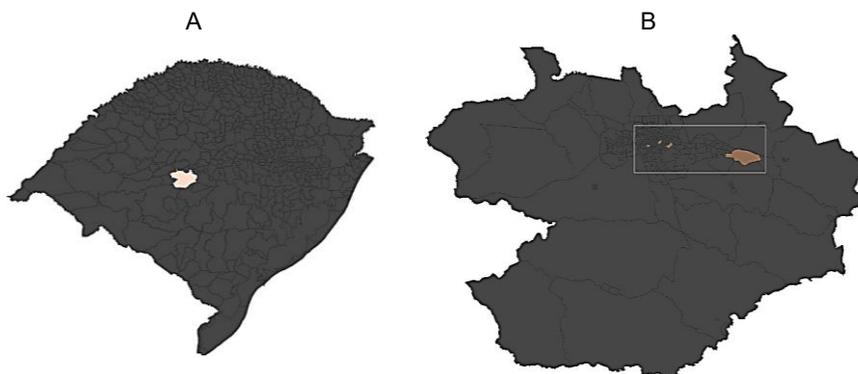
Discute-se na literatura as controvérsias geradas pela certificação agroalimentar e, nesse sentido, Henson e Jaffee (2007) afirmam que há um grupo de estudiosos afirmando que a certificação é um propulsor necessário para exportar e proporcionar ao produtor oportunidades e acesso a mercados complexos. Outros autores, porém, argumentam que a certificação representa barreiras à entrada a países em desenvolvimento, que não existe *price premium*³ e que ocorre à marginalização e exclusão de produtores que não se adequam a tal processo. Uma mudança particularmente importante no contexto atual diz respeito ao modo como o Estado atua no mercado alimentar, uma vez que os mecanismos de normatização foram inicialmente produzidos pelo poder governamental de forma unilateral para regular a ação do setor privado.

3 Prêmio de preço é a porcentagem em que o preço de venda de um determinado produto excede o preço de referência ou o preço médio do mercado.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para analisar os aspectos considerados relevantes pelos consumidores de maçãs no momento da compra, adotou-se o procedimento descritivo e estatístico. Os dados utilizados são de natureza primária e abrangem o município de Santa Maria, situado na região central do Rio Grande do Sul (Figura 3). A cidade é a mais populosa da região, apresentando uma área territorial de 1.788,121 km², contando com 261.031 habitantes no ano de 2010 (IBGE Cidades, 2018).

Figura 3 – Município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil¹



Nota: ¹ Na parte A está indicada a cidade de Santa Maria. Na parte B a localização das redes supermercadistas.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O público-alvo da pesquisa compreende esse universo de habitantes onde foi selecionada uma amostra, calculada de acordo com Barbetta (2008), a partir da amostragem aleatória simples (1):

$$n = \frac{N \cdot \left(\frac{1}{E_0^2}\right)}{N + \left(\frac{1}{E_0^2}\right)} n = \frac{261031 \cdot \left(\frac{1}{(0,10)^2}\right)}{261031 + \left(\frac{1}{(0,10)^2}\right)} = 99, \quad (1)$$

em que n representa o tamanho mínimo da amostra calculada, N o tamanho da população e E_0^2 é o do erro amostral tolerável e admitiu-se nível de 10%. O valor de N utilizado foi 261.031 habitantes (IBGE Cidades, 2018). A partir da aplicação do cálculo amostral, o número mínimo de formulários a serem aplicados foi de 99. Foram aplicados ao todo 155 formulários, número acima do mínimo amostral, nas entradas dos estabelecimentos das quatro maiores redes supermercadistas presentes no município de Santa Maria – RS. Este critério levou em consideração a disponibilidade ofertada e a área física que o estabelecimento ocupa.

Os consumidores foram entrevistados de forma aleatória e sem qualquer sistematização, buscando-se identificar distintos perfis de consumidores de maçã em diversos períodos do dia, compreendendo o segundo semestre de 2014. Formularam-se questões fechadas, agrupando informações gerais sobre o público, sobre o nível de conhecimento acerca dos processos de certificação, atrelado às questões sobre

valoração e importâncias atribuídas sobre aspectos da fruta. As perguntas foram de cunho qualitativo e quantitativo, adotando-se escala do tipo *likert* (valores de um a cinco) e obtenção de valores brutos.

Para realizar comparações entre grupos de consumidores e os aspectos relacionados ao conhecimento sobre os processos de certificação da maçã, foram realizados testes de hipótese de acordo com a natureza da variável analisada, considerando-se o nível de significância estatística de 95%. Para dados não pareados, utilizou-se o teste “t” de Student. Este teste paramétrico permite comparar uma mesma variável em duas amostras diferentes, e em um determinado instante (BARBETTA, 2008). Foi empregado nas análises envolvendo variáveis quantitativas e com distribuição normal. O segundo teste aplicado foi o de *Qui-Quadrado* (χ^2) para independência. Uma das importantes aplicações de tal teste é quando se deseja verificar a associação ou dependência entre duas variáveis qualitativas. Os testes de hipótese foram aplicados para verificar se há diferenças entre o grupo de consumidores que sabe e os que não sabem o que é certificação quanto: (i) à importância dada ao selo de certificação; (ii) consideração do preço como aspecto preponderante no momento da compra e (iii) preferência apontada para comprar maçã com algum indicativo de certificação.

Os resultados da aplicação dos testes permitem a verificação de diferenças de comportamento e percepção dos grupos de consumidores que sabem daqueles que não sabem o que é certificação. Isso possibilitou a análise que relacionasse o fato de ter conhecimento sobre os processos de certificação com a forma como o consumidor se comporta ao acessar o mercado de maçãs e como atribui importância para a certificação.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

A percepção de qualidade dos alimentos difere de indivíduo para indivíduo e pode variar de acordo com influências culturais características e sistemas socioeconômicos. O público consumidor de Santa Maria – RS analisado a partir de um recorte amostral mostra-se heterogêneo em termos de suas características socioeconômicas. Em linhas gerais, o perfil do consumidor de Santa Maria contou com a participação de todas as faixas de idade compreendidas entre 15 e 73 anos, com predominância de idades acima dos 37 anos. A amostra é constituída por 55% de mulheres e 45% de homens, e o estado civil do público consumidor está distribuído, quase que igualmente, entre casados e solteiros. O nível de escolaridade representado pela maior parte dos consumidores é superior completo ou incompleto, totalizando 39% dos participantes da pesquisa. Quanto à renda familiar, os valores médios superiores a R\$ 3.000,00⁴ mensais. Com base nessas características do público consumidor que compôs a amostra, as subseções seguintes apresentam a análise da percepção dos consumidores quanto aos aspectos pertinentes à certificação de maçãs.

5.2 CONSUMO DE MAÇÃS EM SANTA MARIA

O processo de compra de maçãs por parte do consumidor compreende a tomada de decisão dos indivíduos em gastar seus recursos (tempo, dinheiro e esforço) neste item de consumo. O consumo de frutas vem aumentando nas preferências do

4 Em valores reais de 2018.

consumidor, fato que se reflete diretamente no aumento da produção: o Brasil é o terceiro maior produtor mundial, com uma produção anual de trinta e quatro milhões de toneladas (BARROS *et al.*, 2007).

Para fins de comparação, de acordo com MAPA (2014), o consumo aparente⁵ de maçã no Brasil, em 2012, foi de 5,78 kg/habitante/ano. Países vizinhos do Brasil, como a Argentina, por exemplo, mantém consumo aparente de 13,4kg/hab/ano e o Chile com 9,9 kg/hab/ano. Os Estados Unidos e o Reino Unido mantêm o nível de consumo aparente de 24,2 kg/hab/ano e 27,8 kg/hab/ano, respectivamente. Para a realidade brasileira, o consumo aparente médio é de menos de uma maçã por semana. Em Santa Maria, o número de maçãs consumidas semanalmente varia de nenhuma (mínimo) até vinte e cinco (máximo) e que os valores que representam um maior percentual de indivíduos são de duas, três e sete maçãs por semana, refletindo um consumo maior que a média nacional.

De acordo com IBGE (2010), destaca-se o consumo de maçã superior ao de outras frutas mais tradicionais como abacaxi e mamão no cenário nacional. Questões relativas à oferta desta fruta durante todo o ano, preços acessíveis, praticidade para o consumo individual e facilidade de acesso, são razões que podem ser apontadas para esse consumo (PEROSA *et al.*, 2012). De forma a qualificar a discussão sobre a perspectiva do consumidor santa-mariense em relação à compra de maçãs, a Tabela 1 mostra os tipos de fruta preferidos no município.

Tabela 1 – Tipos de maçã consumidos em Santa Maria.

Tipo de maçã*	Percentual (%)	Tipo de maçã*	Percentual (%)
Indiferente	21,15	Maçã Gala	18,91
Maçã Nacional	7,69	Outros tipos	2,56
Maçã Argentina	17,95	Maçã Verde	2,56
Maçã Fuji	29,18	Total	100

* Os próprios consumidores apontaram os tipos preferidos da fruta. Esta pode ser uma primeira aproximação da relação entre a mensuração de qualidade e a análise do consumidor, uma vez permite verificar a forma como é feita a avaliação sobre diferentes possibilidades de compra de maçã.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

A coordenação é baseada em caracterizações categóricas de seres humanos em termos de identidades, grupos de interesse, hábitos etc. A maioria dos consumidores santa-marienses mostra-se preferível ao tipo *fugi* e ao tipo *argentina*. A maçã do tipo *verde* é a menos preferida. Os resultados da confrontação de diferentes grupos sociais são de complexidade e de conflito, fatores inerentes à realidade e condição humana, o que resulta numa variedade de modos de coordenação. Para a realidade do mercado de maçãs analisado, destaca-se o percentual de indivíduos que se mostram indiferentes ao tipo de maçã a ser consumida. Isso pode relacionar-se ao não conhecimento quanto à variedade de tipos comercializados ou indiferença no momento da compra, em que podem se destacar outros fatores como preponderantes no momento da compra da fruta e que podem ser vistos como mecanismos de coordenação dos consumidores.

No momento da compra, o consumidor dispõe de diversas formas de avaliação que podem conduzir ou não para a compra desse bem. Os princípios de avaliação para a EC, chamados ordens de valores, constituem diferentes modos de

⁵ O consumo aparente é obtido pela soma da produção nacional com as importações, subtraída das exportações totais em um determinado período.

coordenação. Isso se deve aos processos de qualificação das pessoas e das coisas (MARESCOTTI, 2000). Thevénot (2001) reconhece a existência de uma pluralidade de modos de avaliação que os agentes usam para justificar suas posições, o que pode ser válido para suas ações de compra. A pluralidade destaca os dispositivos de coordenação eficazes e oferecem possibilidades de compromissos entre as diferentes ordens de valores.

As especificidades dos produtos/serviços derivam da realização da variedade de convenções de coordenação entre os atores. Nessa lógica, a natureza dos produtos, ou seja, a sua qualidade, passa a ser definida não somente pelo mercado e tecnologias, mas também pelas convenções. Para aproximar a compreensão da avaliação dos atributos da fruta considerados mais importantes de acordo com o consumidor final no momento da compra de maçãs, a Tabela 2 retrata alguns aspectos e sua relação com a percepção do consumidor santa-mariense.

Tabela 2 – Atributos da fruta considerados no momento da compra

Estatísticas*	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Média	4,43	3,8	3,38	3,85	4,28	3,82	4,02	4,05	2,56
Erro padrão	0,07	0,1	0,11	0,1	0,09	0,1	0,1	0,09	0,13
Mediana	5	4	4	4	5	4	4	4	2
Desvio padrão	0,86	1,1	1,42	1,3	1,1	1,29	1,2	1,09	1,56
Coefficiente de variação	0,19	0,3	0,42	0,34	0,26	0,34	0,3	0,27	0,61

* A – Tamanho; B – Cor; C – Procedência; D – Variedade; E – Nível de agrotóxicos; F – Maciez; G – Doçura; H – Firmeza e I – Embalagem.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Dos nove atributos avaliados, os consumidores atribuíram níveis de relevância em escala de um a cinco – o nível *um* representa pouca relevância, enquanto o nível *cinco* representa muita relevância. Esses atributos constituem-se de elementos perceptíveis de senso comum no momento da compra de maçãs. De acordo com a EC, a identificação da existência de justificativas para coordenar as ações dos atores sociais é entendida como ordem e relaciona-se a princípios de avaliação para a tomada de decisão. Com base nas informações dispostas na Tabela 2, têm-se medidas estatísticas descritivas para os níveis atribuídos pelos consumidores, em que os mais próximos de cinco são aqueles em que o público consumidor atribui maior importância.

Nota-se que o *tamanho*, o *conhecimento sobre o nível de agrotóxicos*, a *firmeza* e a *doçura* da maçã são, respectivamente, os principais atributos considerados no momento da compra da fruta. É interessante observar que informações disponíveis sobre o *nível de agrotóxicos* mostram-se como relevantes para o consumidor. Diante das discussões acerca das boas práticas da produção de maçã, bem como dos processos mais amplos de certificação e qualidade, a temática do uso de agrotóxicos na produção é recorrente. Por outro lado, o consumidor possui nível baixo de relevância atribuída a respeito da obtenção de informações sobre procedência da fruta.

As convenções, enquanto características de um determinado bem que orientam a avaliação feita pelos atores sociais, são atributos naturais, sociais, culturais e econômicos que atuam através de imagens socialmente construídas, que tornam a

identidade do produto reconhecível (NIEDERLE, 2013). O autor cita Schumpeter (1983, p. 183) para exemplificar essas nuances: “[...] *uma coisa é bela porque ela agrada, ela não agrada porque ela é objetivamente bela*”. Ainda com base na Tabela 2, os maiores desvios em relação à média, relacionados aos atributos da maçã, são relacionados à *embalagem*, *procedência* e *suculência* da fruta. Essa informação faz com que se empreenda que tais atributos, apesar de terem relevâncias altas apontadas, também apresentam as maiores variações quanto ao valor médio, ou seja, em relação ao que a maioria respondeu e/ou atribuiu em termos de nível de importância dos atributos supracitados.

Os coeficientes de variação indicam o quanto os atributos da maçã são avaliados de distintas formas por parte do público consumidor. O atributo *embalagem* apresenta o maior coeficiente, seguido pelos atributos *procedência da fruta*, *variedade* e *maciez*, retratando que esses são aqueles que mais apresentam variabilidade entre os níveis e, ao contrário, o *tamanho* é o que apresenta menor variação em níveis apontados pelos consumidores.

5.3 CERTIFICAÇÃO E A VISÃO DO PÚBLICO CONSUMIDOR

Os produtores de alimentos e as instituições reguladoras tentam restaurar a confiança dos consumidores por meio da aplicação de sistemas de rastreabilidade e certificação dos alimentos e ingredientes (VAN RIJSWIJK *et al.*, 2008). É importante salientar que rastreabilidade só aumenta a confiança dos consumidores se eles estiverem conscientes e informados a respeito desse sistema, bem como da forma como ela é aplicada pelos agentes de uma cadeia produtiva (RÖHR *et al.*, 2005). Além disto, o conceito de qualidade é multidimensional. Para Tibério e Cristóvão (1998), a qualidade pode se apresentar por múltiplas dimensões relacionadas aos produtos agroalimentares, destacando-se: higiene e sanidade, nutrição, hedonismo, comércio e caráter simbólico. Considerando-se que a certificação de maçãs é um indicativo importante sobre a qualidade das maçãs, a Tabela 3 apresenta informações sobre como o público consumidor de Santa Maria – RS mostra-se conhecedor dos aspectos referentes à certificação.

O consumidor santa-mariense não considera a certificação como um fator relevante no momento da compra da maçã, pois 51,28% afirmam não saber o que a mesma é e por outros 42,31% mostrarem-se indiferentes ao consumo de frutas com algum indicativo de certificação. Por outro lado, nota-se que 28,21% do público consumidor revelaram ter preferência em comprar e consumir maçãs que passaram por algum processo de certificação. Isso revela que uma parcela considerável dos indivíduos em Santa Maria – RS denota importância, em certa medida, para questões relacionadas à segurança e qualidade da maçã que compra e consome.

Tabela 3 – Conhecimento e preferência quanto à certificação

Categorias	Conhecimento sobre o que é certificação (%)	Preferência por comer maçã certificada (%)
Não	51,28	29,48
Sim	48,72	28,21
Indiferente	-	42,31

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Os atores sociais deliberam a qualidade tomando como referência seus interesses e sua capacidade cognitiva e os fatores incidentes no ambiente em que estão inseridos. As diferentes formas de coordenação se referem a diferentes

princípios para determinar a natureza dos produtos. A especificidade do produto deriva, assim, da realização da variedade de convenções de coordenação entre os atores. Essas características contribuem para a compreensão de como a certificação, enquanto indicativo de qualidade e segurança das maçãs, é vista de forma tão diversa pelo consumidor santa-mariense. Os atributos do bem alimentar são considerados relevantes de acordo com as dimensões cognitivas, valorativas e, até mesmo, emotivas dos indivíduos. A racionalidade dos consumidores, contudo, é limitada pela capacidade cognitiva e pelo próprio contexto dentro do qual estão imersos.

Uma noção de qualidade advém de um processo de negociação para a formação de um quadro valorativo comum, que se torna referência para os atores. Para Vieira *et al.* (2010), os aspectos que envolvem o ato de consumo são, cada vez mais, importantes, e o papel do consumidor passa a ser fundamental no que se refere à segurança dos alimentos (para a saúde e para o meio ambiente), no controle de produção, certificação de qualidade, garantia de origem (rastreado-se a produção), rotulagem, entre outros. Ademais, para as frutas, a certificação cumpriria os requisitos de mercados nacionais e internacionais e serviria como diferencial aos compradores, que tenderiam a decidir, acompanhado de aspectos qualitativos das frutas em si, a origem da produção, o preço, etc. A fim de evidenciar e contrastar o consumidor santa-mariense quanto à importância e nível de conhecimento que o mesmo designa para a certificação no momento da compra, a Tabela 4 apresenta tais informações.

Tabela 4 – Frequência de níveis de importância e de conhecimento sobre selo (%)

Níveis	Importância pelo selo no produto	Nível de conhecimento	Preço como fator relevante
1	15,38	24,36	10,9
2	8,33	19,87	8,33
3	23,08	26,92	26,92
4	14,1	16,67	25,64
5	39,1	12,18	28,2

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Para Kuneski *et al.* (2004), a garantia sobre autenticidade de produtos comprados em supermercados é observada pela presença do selo de certificação. Os trabalhos de Lombardi *et al.* (2004) e Barros e Freitas (2010) discutem a relação entre consumidores e a percepção quanto ao selo, diagnosticando sua importância. Para a realidade do público consumidor santa-mariense, a Tabela 4 retrata informações referentes às frequências para atribuição de níveis de importância para o selo de certificação, o nível de conhecimento sobre o selo e o quanto influente é o preço de venda do quilograma da maçã no momento da sua compra.

A importância atribuída para o selo de certificação é alta. A avaliação dos consumidores quanto ao nível de conhecimento individual em relação ao que seja a certificação. Em contraposição com a importância atribuída, o público consumidor concentrou-se nos menores níveis quando relacionado à avaliação do quanto detém de conhecimento sobre o que é certificação. Cerca de 75% dos consumidores concentraram seus níveis de conhecimento nos valores baixos ao avaliarem o quanto dispõem de informações e conhecimento sobre o que é a certificação nos processos de produção agroalimentar.

O público consumidor afirma não ter um conhecimento amplo sobre o que seja a certificação, ao mesmo tempo que o aponta como algo importante (39,1% dos consumidores atribuíram nível de importância máximo). O preço tem um peso relevante na decisão de compra de alimentos. Esse fato levanta a discussão sobre o

comportamento dos atores sociais quanto à compra, alocação de recursos, racionalidade e visão utilitarista, que denota ao preço um dos principais indicativos de qualidade no mercado. Isso, para o caso da certificação e dos consumidores santamarienses, contrasta com o que Wilkinson (2007) chama atenção para aspectos da importância da noção de qualidade. O preço nos mercados, independentemente do tipo, é um determinante que pode, muitas vezes, sobressair-se a outras questões no momento da decisão de compra. Percebe-se que para os consumidores santamarienses o preço é um quesito importante no momento da compra de maçãs, com 53,84% dos mesmos atribuem níveis quatro e cinco de importância para ele. Esse fato denota ao preço um dos fatores que conduzem para a compra ou não de maçãs por parte do consumidor do município de Santa Maria - RS.

Howard e Allen (2006) afirmam que os selos de certificação na agricultura informam aos consumidores as características do produto que não são visíveis, aparentes ou capazes de serem verificadas no ato da compra (uso de mão de obra, utilização de venenos etc.). O conhecimento e a importância indicada pelo público consumidor para os selos de certificação nas maçãs no ato da compra são aspectos que denotam características cruciais para o mercado dessa fruta, e também para o conjunto de ações existentes para garantir segurança e controle dos aspectos produtivos. Truninger (2013), em um estudo sobre a relação entre demanda e certificação, revelou que diferentes fatores asseguram uma determinada *segurança* e confiança do consumidor para produtos agroalimentares. Segundo o autor, a certificação e o rótulo dos produtos são os mais relevantes para os produtos sejam considerados seguros e com características de controle de produção e armazenamento, fidelizando a confiança do consumidor quanto a produtos oriundos da agricultura.

Contrapondo essas relações com a perspectiva do consumidor santamariense para a certificação e a importância apontada para esses processos, foram realizados alguns testes para verificar a existência de relações associativas. Os resultados dos testes permitem avaliar como que as questões individuais e cognitivas dos atores sociais se diferenciam. O teste *t* aplicou-se a diferenças entre o grupo de consumidores que afirma saber o que é certificação, daqueles que não sabem (Tabela 5).

Do total de consumidores entrevistados, 51,61% afirmaram não saber o que é certificação, em contraponto aos outros 48,38% que têm conhecimento. Em relação à importância atribuída ao selo de certificação no momento da compra, a média para os consumidores que sabem o que é certificação é superior àqueles que não sabem. Quanto ao predomínio do preço como fator relevante no momento da compra de maçãs, ambos os grupos (sabem e não sabem o que é certificação) atribuíram níveis de importância elevados, de acordo com os dados de média apresentados na Tabela 5.

Os valores associados ao teste de Levene averiguam a homogeneidade das variâncias. Neste caso, observa-se que as variâncias são diferentes, ou seja, não homogêneas, para a variável de *importância atribuída ao selo de certificação*, uma vez que a significância associada ao teste é inferior a 0,05 (no caso, 0,009). O valor do teste *t* é de -5,180, permitindo que não se aceite a hipótese nula de não existência de diferenças entre o grupo de consumidores que sabem e os que não sabem o que é certificação. Esse fato retrata que os consumidores de Santa Maria – RS que sabem o significado da certificação diferem daqueles que não sabem em relação a importância atribuída ao selo no momento da compra de maçãs.

Para a variável *consideração de relevância do preço* no momento da compra, não assume-se homogeneidade da variância, pois a significância é 0,836, superior a 0,05. O valor do teste *t* de -0,472 permite que se aceite a hipótese nula, permitindo

que se afirma que não existem diferenças significativamente estatísticas entre o grupo que sabe e o que não sabe o que é certificação, para a média de consideração de relevância dada ao preço. Assim, independentemente de saberem ou não do que se tratam os processos de certificação na produção de maçãs, os consumidores atribuem ao preço um fator determinante para a compra da fruta, tornando-se assim referência de coordenação de mercado. Com base nesse resultado, é possível avaliar que, indiferente das características dos consumidores que sabem e dos que não sabem o que é certificação, o preço torna-se um indicativo conveniente para motivar a compra de maçãs, bem como de determinar a qualidade do produto que está sendo comprado.

Tabela 5 – Estatísticas das variáveis do teste *t*

Variáveis do teste	Conhecimento	N	%	Média	Teste de Levene			Estat. <i>t</i>
					Variâncias		Sig.	
<i>Consideração de importância</i>	Não	8	5	2.96	Iguais	7.0	0.0	-5,18
	Sim	0	2		Iguais não assumidas	2		
<i>Preço como determinante</i>	Não	8	5	3.46	Iguais	0.0	0.8	-0,47
	Sim	7	4		Iguais não assumidas	4		

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O teste de Qui-Quadrado (χ^2), aplicado para verificar a associação entre o fato dos *consumidores terem ou não conhecimento* acerca dos processos de certificação e *terem preferência por comprar maçãs com algum indicativo de certificação*. A Tabela 6 mostra informações sobre a distribuição das respostas apontadas quanto à preferência por adquirir maçãs com certificação e o conhecimento sobre o que se trata.

Observa-se a forma como os consumidores distribuem-se quanto ao conhecimento ou não sobre o que é a certificação e a preferência pela compra de maçãs com seu indicativo. Verifica-se que, dentre os consumidores que afirmam não ter conhecimento sobre o que são os processos de certificação agroalimentares, a maior parte não revela preferir adquirir maçãs ou diz-se ser indiferente ao fato de a maçã comprada possuir ou não algum indicativo de certificação, representando 86,75% do total. É interessante notar que, por outro lado, daqueles consumidores que afirmam saber o que é certificação, mais da metade (53,33%) mostram-se indiferentes quanto sua preferência em comprar maçãs que apresentam algum indicativo de certificação.

Tabela 6 – Preferência pela compra de maçãs certificadas e nível de conhecimento

Item	Conhecimento sobre o que é certificação	
	Não	Sim
Preferência por comprar maçã com certificação	Não	43
	Sim	11
	Indiferente	26
Total	80	75
	Valor	Significância
Qui-quadrado de Pearson	51.217	0.00
Razão de verossimilhança	60.362	0.00

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O fato dos indivíduos afirmarem que possuem conhecimento sobre o que são os processos de certificação, sem levar em conta o nível e o discernimento desse conhecimento, mostra a indiferença por parte do próprio consumidor em revelar preferências em comprar agroalimentos certificados. A significância associada ao teste de *Qui-Quadrado* (X^2) é menor que 0,05 para a preferência por comprar maçãs com certificação relacionada com o conhecimento ou não acerca do que é a certificação no entendimento dos santa-marienses. Com isso, evidencia-se que a associação observada entre saber o que é certificação e a preferência por comprar maçãs com indicativo de certificação é estatisticamente significativa, em que mudanças no fato do consumidor ter ou não conhecimento sobre o que é a certificação tem relação associativa com o fato de estes revelarem ter preferência em comprar maçãs certificadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a qualidade nos sistemas agroalimentares avançaram na economia, ao apresentarem respostas para como os agentes econômicos consideram a qualidade (e os atributos qualificáveis) de bens e serviços, para além de questões básicas de operacionalização de mercado, como o preço. Buscamos estabelecer o vínculo entre os quesitos pertinentes à EC para compreender: (i) como a preocupação com a qualidade e segurança de alimentos promoveu mudanças institucionais nos sistemas de exigências comerciais a nível internacional, em que se destacam os sistemas de certificação, e; (ii) demonstrar a percepção do consumidor, discutindo-se as questões pertinentes ao comportamento individual no mercado de maçãs e sua relação com a certificação e qualidade foram discutidas e analisadas.

Ao afetar distintas etapas da cadeia produtiva, os processos de certificação exigem do produtor padrões que sejam reconhecidos em escala maior daquela de inserção produtiva. É fato que tais exigências garantem ao produtor e ao seu sistema agroalimentar o acesso a mercados, a agregação de valor, o reconhecimento de características culturais (tradicionalis) e até regionais. Contudo, a adoção de processos de certificação na produção parte do pressuposto de que o consumidor compreende, valoriza e diferencia o alimento que atenda tais requisitos – representado pelo selo de certificação no momento da compra. O selo, em primeira instância, denota características que estão por trás do produto, ou seja, que não podem ser palpáveis no momento da compra. Assim, os sistemas de certificação

induzem mudanças nos aspectos produtivos de determinado bem agroalimentar que condicionam, em consequência, a oferta disponibilizada para o consumidor final.

Os consumidores analisados apresentam características socioeconômicas heterogêneas. O contexto de inserção social dos consumidores é uma característica importante que denota a dimensão cognitiva o conhecimento de informações relacionadas à qualidade de um determinado bem. A EC destaca dimensões cognitivas, valorativas e emotivas como fatores condicionantes para a formação de opinião e avaliação de um determinado bem. Diante de tais características, constatou-se que os consumidores não primam pelas informações sobre segurança transmitida e a eles apresentadas nas frutas através de selos de certificação.

Da amostra representativa analisada, aproximadamente metade afirmou saber o que é certificação, havendo pessoas que, além de não saberem seu significado, não a consideram relevantes no momento da compra, dando primazia para outros aspectos, como o preço da fruta. A ênfase para o preço sinaliza que os consumidores fazem uso do que é apontado pelo mercado para compor suas opções e, conseqüentemente, decisões no momento da compra. Considerando apenas este fato, o quesito regulador básico do mercado para a economia neoclássica torna-se verdadeiro para a realidade empírica estudada. As características basilares da Economia das Convenções, contudo, vem ao encontro dos limites impostos pelo fator preço como regulador e transmissor de informações relativas à qualidade para bens e serviços.

O valor atribuído pelos atores sociais ao acessar mercados é construído socialmente e manifesta-se na falta de uma compreensão que seja geral em relação ao valor. A diversidade social e os diferentes contextos de inserção dos atores os diferenciam quanto aos quesitos de qualidade que são valorados. Diante disto, a perspectiva teórica das convenções considera que a falta de informações necessárias para otimizar as escolhas passa a ser avaliada como as diversas possibilidades de atributos dos bens e diferentes que orientam o processo decisório dos atores sociais.

Diante dos resultados observados no estudo, o pressuposto de que a relação entre consumidor e produto se apresenta por uma demanda de alimentos que sejam considerados mais *seguros* ou que garantam o direito de as pessoas terem acesso à alimentação digna e de qualidade não se confirma com efetividade. A constante normatização dos sistemas agroalimentares, com regras e diretrizes produtivas ocorre, em sentido mais amplo, em complacência com a complexidade dos programas de certificação, que teriam por objetivo representar essa segurança e os quesitos de qualidade. A certificação, entretanto, é vista como um instrumento regulador de mercado, permitindo que se atenda a exigências internacionais de controle de qualidade e segurança dos alimentos. As informações conhecidas pelos consumidores, quanto à própria certificação e as demais características do produto, poderiam ser fatores condicionantes para o momento da compra, contudo esse fato que não se revelou para a realidade santa-mariense.

Enquanto limite do presente estudo, cita-se o uso da EC como arcabouço teórico para colaborar com a compreensão do comportamento do consumidor, frente à certificação e aos aspectos de qualidade de alimentos. As distintas formas de coordenação econômica pelos atores sociais podem ser determinadas por vários fatores, tendo assim significados inscritos de variadas formas, bem como seus usos e suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias poder-se-ia interpretar as transações e os aspectos qualitativos que são considerados no momento das trocas nos mercados agroalimentares.

Considera-se, por fim, que cada uma destas formas de coordenação se refere a diferentes princípios para determinar a natureza dos produtos, sua qualidade. A especificidade do produto deriva, então, da realização da variedade de convenções

de coordenação entre os atores. O presente estudo buscou estabelecer a relação entre as mudanças normativas dos sistemas agroalimentares, inserindo o caso da maçã e dos processos de certificação da fruta frente ao consumidor local, buscando verificar como se dão os modos de coordenação, e na diversidade de referenciais de qualidade.

7. REFERÊNCIAS

ALLAIRE, G.; BOYER, R. (Org.). Regulation et conventions dans l'agriculture et les IAA. *In: La grande transformation de l'agriculture*. Paris: INRA/Economica, 1995. p. 9-32.

ALPHANDÉRY, P. *et al. Normaliser au nom du développement durable: dispositifs, savoirs, politiques*. Paris: Editora Quae, 2012.

AMBROSINI, L. B; OLIVEIRA, C. A. O. Indicação geográfica para frutas: critérios de concessão e objetivos, uma análise comparativa de casos europeus e brasileiros. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 3, p. 24-43, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/26227/pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

BARBETA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 7. ed. 2008. 345 p.

BARROS, A. F.; VARELLA, M. D. A nova tendência mundial de segurança alimentar e o sistema de certificações. Territórios em movimento: cultura e identidade brasileira. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 33, n. 7, jul. 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Registro de Estabelecimento Exportador**. 2014. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/registro/registro-estabelecimento-exportador>. Acesso em: 10 set. 2015.

CODEX ALIMENTARIUS. **Definitions**. 2007. Disponível em: http://www.codexalimentarius.net/web/index_en.jsp. Acesso em: 1 fev. 2015.

CALDENTY, P.; GOMEZ, A. C. **Productos agroalimentarios típicos y territorio: alimentos con historia, alimentos de calidad**. Distribución y Consumo, p. 69-73. Madrid: Mercasa, 1997.

COMUNELLO, F. J. Produto orgânico de produção agroecológica: a sensibilidade jurídica dos produtores agroecológicos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 1, p. 69-80, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/8588/5211>. Acesso em: 13 out. 2019.

COSTA, M. C. *et al.* Non conventional technologies and impact on consumer behavior. **Trends in Food Science & Technology**. London, v. 11, n. 4-5, p. 188-193, 2000.

DE SAINTE-MARIE, C. et al. La construction sociale de la qualité. In: NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. **Agro-alimentaire**: une économie de la qualité. Paris: INRA/Economica, 1995.

DÖRR, A. C. *et al.* Análise econômica da certificação na cadeia de citros: estudo de caso de uma cooperativa no Vale do Cai-RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.17, n. 19, p. 75-92, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5515/3266>. Acesso em: 13 out. 2019.

EYMARD-DUVERNAY, F. Conventions de qualité et formes de coordination. **Revue Economique**, França, v. 40, n. 2, p. 329-359, 1989.

FORNARZIER, A. **Mudança institucional no ambiente produtivo da maçã com a adoção da Produção Integrada de Frutas (PIF)**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FOUILLEUX E. Vers une agriculture durable? Normes volontaires et privatisation de la régulation. In: JACQUET, P.; PACHAURI, R.; TUBIANA, L. (Eds.). **Développement, alimentation, environnement**: changer l'agriculture? Paris: Armand Colin, 2012. p. 301-310.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMEZ, P. Y. **Qualité et théorie des conventions**. Paris: Collection Recherche en Gestion/Economica. 1994

GUÉNEAU S. Certification as a new private global forest governance system: the regulatory potential of the Forest Stewardship Council. In: FOSTER, T.; PETERS, A. (Orgs.). **Non-State Actors in Standard Setting Cambridge**. Cambridge: Cambridge University, 2009.

HENSON, S.; JAFFEE, S. Developing Country Responses to the Enhancement of Food Safety Standards. In: GROTE, U.; BASU, A.K.; CHAU, N.H. (Eds.). **New Frontiers in Environmental and Social Labeling**. Williamsburg: Physica-Verlag, 2007. pg. 193-220.

HODGSON, G. **Economia e Instituições**: manifesto por uma economia institucionalista moderna, Oeiras: Celta, 1994.

HOWARD, P. H.; ALLEN, P. Beyond organic: consumer interest in new labelling schemes in the Central Coast of California. **International Journal of Consumer Studies**. Whashington, v. 30, n. 5, p. 439 – 451, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades** – Santa Maria. 2018. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2010. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo/2012/lspa_201202.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo/2012/lspa_201202.pdf). Acesso em: 30 out. 2017.

KUNESKI, M.; CAZELLA, A. A.; KARAM, K. F. Apoio a consumidores de produtos agroecológicos na região da grande Florianópolis. **Revista Eletrônica de Extensão**. Florianópolis, v.1, n.1, 2004.

MALAFAIA, G. C.; BARCELLOS, J. O. J.; AZEVEDO, D. B. Motivações para a criação de convenções de qualidade na cadeia da carne bovina gaúcha. **Revista CCEI**, Bage, v.14, n.25, p.157 - 172 - mar., 2010.

MARESCOTTI, A. Marketing channels, quality hallmarks and the theory of conventions. In: SYLVANDER, B.; BARJOLLE, D.; ARFINI, F. (Eds.). **The socio-economics of origin labelled products in agrofood supply chains: spatial, institutional and co-ordination aspects**. Paris: INRA, 2000.

NIEDERLE, P. A. Economia das Convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 439-470, dez. 2013.

OLIVEIRA, L. A. **A importância das normas internacionais para o comércio da fruticultura brasileira**. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

PERETTI, A. A. R.; ARAÚJO, W. M. C. Abrangência do requisito segurança em certificados de qualidade da cadeia produtiva de alimentos no Brasil. **Revista Gest. Prod.** São Carlos, v. 17, n. 1, p. 35-49, 2010.

ROHR, A. Food quality and safety-consumer perception and public health concern. **Food Control**. Guildford, v. 16, n. 8, p. 649-655, out. 2005.

SYLVANDER, B. Conventions de qualité, marchés et institution: les cas des produits de qualité spécifique. In: NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. **Agro-alimentaire: une économie de la qualité**, Paris: INRA, 1995.

THÉVENOT, L. Organized complexity: conventions of coordination and the composition of economic arrangements. **European Journal of Social Theory**, London, v. 4, n. 4, p. 405-425, 2001.

TIBÉRIO, L.; CRISTÓVÃO, A. A origem como factor de qualidade dos produtos agrícolas e agro-alimentares: o caso dos produtos beneficiários da Protecção Comunitária Denominação de Origem Protegida. In: Jornadas Interprofissionais agro-alimentares, 1998. Miranda. **Anais...** Miranda: DES/UTAD, 1998.

TIBÉRIO, L.; CRISTÓVÃO, A. A definição da qualidade em fileiras de produtos qualificados: uma aplicação do modelo CQFD e da teoria das convenções. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 99-114, jul./dez. 2012

TRUNINGER, M. **O campo vem à cidade: Agricultura Biológica, Mercado e Consumo Sustentável**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2010.

VAN RIJSWIJK, W.; FREWER, L. J.; MENOZZI, D.; FAIOLI, G. Consumer perceptions of traceability: A cross-national comparison of the associated benefits. **Food Quality and Preference**. Barking, v. 19, n. 5, p. 452-464, 2008.

VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M.; SPERS, E. E. A segurança do alimento e a necessidade da informação aos consumidores. **Cadernos de Direito**. São Paulo, v.10, n. 19, jul./dez. 2010.

WILKINSON, J. Fair Trade: dynamics and dilemmas of a market oriented global social movement. **Journal of Consumer Policy**. Washington, v. 30, p. 219-239, 2007.

VANTAGEM COMPARATIVA DO CAFÉ PARA OS DOIS MAIORES PRODUTORES NACIONAIS: MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

Talinny Nogueira Lacerda¹
Tales Wanderley Vital²
José Marcione da Costa³

RESUMO

O café é a bebida mais consumida do mundo. Preconizado pelos árabes, estendendo-se pelos países orientais, alcançou todo o mundo. Chegou ao Brasil em meados do século XVIII, iniciando seu cultivo no Rio de Janeiro, consolidando-se em São Paulo. Porém, nos últimos anos, Minas Gerais assumiu a posição de maior estado produtor e exportador. Para análise da competitividade dos dois maiores produtores nacionais, utilizando-se de dados de exportação referentes ao período 2010/2015, aplicou-se o Índice de Vantagem Comparativa Revelada e o Índice de Vantagem Comparativa Simétrico, nos três principais estágios produtivos da *commodity* (grão verde, torrado, solúvel). Os resultados apontam para uma hegemonia nacional mineira, porém a ausência de beneficiamento do produto pode significar perdas de ganhos.

Palavras-chave: Café; Vantagem Comparativa Revelada; Vantagem Comparativa Revelada Simétrica.

COFFEE COMPARATIVE ADVANTAGE FOR TWO LARGEST NATIONAL PRODUCERS: MINAS GERAIS AND ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT

Coffee is the most consumed drink in the world. Preached by the Arabs, extending to the Eastern countries, it reached the whole world. Arriving in Brazil in the mid-eighteenth century, it began its cultivation in Rio de Janeiro, consolidating itself in São Paulo. However, in recent years, Minas Gerais has assumed the position of largest producer and exporter state. For the competitiveness of the two largest domestic producers, using the export data for the period 2010/2015, the Revealed Comparative Advantage Index and the Symmetric Comparative Advantage Index were applied in the three main stages of production of the commodity. The results point to a national hegemony of Minas Gerais, but the absence of product improvement can mean losses of gains.

¹ Graduada em Economia (URCA). Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural (UFRPE). Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Araripina. E-mail: lacerdatalinny@gmail.com

² Graduado em Agronomia (UFRPE). Mestrado em Economia Agrícola (UFC). Doutor em Economia (PIMES/UFPE). Professor do Programa de Pós Graduação em Administração em Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: talesvital@hotmail.com

³ Graduado em Administração (UERN). Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural (UFRPE). Professor da Universidade Potiguar. E-mail: jose.marcione@hotmail.com

Key words: Coffee; Revealed Comparative Advantage; Comparative Advantage Revealed Symmetric.

1. INTRODUÇÃO

O comércio internacional permite benefícios por meio das exportações de bens aos países cujo processo produtivo utiliza recursos relativamente abundantes domesticamente, enquanto importam bens cujo processo produtivo utiliza recursos relativamente escassos (KRUGMAN E OBSTEFELD, 2001). O Brasil nos últimos anos tem sido um dos principais produtores em *commodities* agrícolas no mundo.

De acordo com a Organização das Nações para a alimentação e agricultura (FAO), o café é a bebida mais consumida em todo o mundo, tendo seu consumo cada vez mais difundido. Deste modo, passou a fazer parte do dia a dia de um número cada vez mais crescente de pessoas, principalmente pelo avanço da renda dos países em desenvolvimento. A produção mundial de café tem atingido quase nove milhões de toneladas. O valor da produção do café verde tem ultrapassado US\$ 16 bilhões, enquanto sua exportação atingiu US\$ 24 bilhões em 2012 (FAO, 2015).

O café foi “descoberto” no velho reino da Abissínia, quando um pastor de ovelhas observou que os animais ficavam mais elétricos ao consumirem um fruto vermelho, que, ao ser torrado, exalava um aroma agradável. O consumo do café, então, correu o mundo. Estima-se que os árabes, no século XV, já consumiam o café, sendo responsáveis pelo que se classifica como as primeiras expansões do grão para o Egito, Síria, Turquia e Oriente Médio (ORMOND *et al*, 1999).

No Brasil, o cultivo do café iniciou-se em 1727, com a implantação das primeiras mudas no Pará e no Maranhão, sendo levado posteriormente ao Rio de Janeiro, difundindo-se para o Vale do Parnaíba e seguindo para São Paulo e Minas Gerais. Na metade do século XIX, o Rio de Janeiro perde a hegemonia produtora do café, que é assumida por São Paulo, transformando-se no maior produtor nacional do grão. Com a queda do mercado de cana de açúcar através da competitividade elevada do açúcar de beterraba, o Brasil encontrou no café um produto que dependia da terra e que estava com o consumo pungente, principalmente pelos Estados Unidos, passando a ter a possibilidade de voltar a integrar o comércio internacional (ORMOND *et al*, 1999).

Com a independência, o Brasil se tornou o maior exportador mundial de café, sendo o responsável por 50% das exportações mundiais, porém esse percentual foi sofrendo declínio nos últimos anos. Mesmo permanecendo como maior exportador, o Brasil tem exportado grãos e não o produto processado, sendo a Alemanha o maior responsável pela produção do café processado (FREITAS, 2008).

Assim sendo, compreender o nível de vantagem produtiva nacional no âmbito dos estados produtores assume considerável relevância, principalmente por permitir identificar pontos de gargalo que orientem surgimento de políticas públicas ou mesmo permita a produtores ampliar investimento e aperfeiçoamento produtivo.

Desta forma, este artigo se propõe a avaliar a produção do café a luz da teoria das vantagens comparativas proposta por David Ricardo (1820) e aplicado pela primeira vez em Balassa (1995). Discorre-se o texto da seguinte forma: em primeiro ponto, uma breve introdução sobre a importância e expansão do cultivo de café; em segundo ponto, apresentaremos uma breve revisão de literatura. A posteriori, a metodologia; em quarto lugar, os resultados e, por fim, as conclusões do estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

Com a publicação de “A riqueza das nações”, em 1776, por Adam Smith, surge à chamada Teoria das Vantagens Absolutas, um marco teórico para a ciência econômica e para o estudo do comércio internacional. Smith propõe que se um país apresenta excedentes em uma determinada produção, comercializá-lo com outro país pode significar vantagens para ambos. Segundo Smith, o alfaiate não produz seus próprios sapatos, ele os compra do sapateiro, e o sapateiro da mesma forma, ou seja, se compra aquilo que é mais caro produzir, e isso pode representar trocas comerciais benéficas para os envolvidos. Smith rompia com a teoria mercantilista do protecionismo e do acúmulo de metais e concedia o suporte inicial para a teoria do livre comércio defendida pelos economistas clássicos (COUTINHO *et al*, 2005; CARNEIRO, 2014).

Ao ler a “Riqueza das Nações” e a proposta de Smith, David Ricardo se interessa pela ciência econômica e pelo modelo de comércio internacional proposto pelo autor, que, até então, não havia conseguido explicar como países que não apresentavam vantagem absoluta em nenhum produto, continuavam a comercializar e a apresentavam resultados positivos nessa comercialização. Ricardo, então, propõe a Teoria das Vantagens Comparativas. Conforme Ricardo, em “Princípios de Economia Política e Tributação”, um país apresenta vantagem comparativa em determinado bem, quando o custo de oportunidade para produzi-lo é menor do que em outro país (COUTINHO *et al*, 2005; CARNEIRO, 2014).

Conforme Ricardo (1982), o custo de oportunidade seria a quantidade de um produto que um determinado país deixa de produzir em troca de outro. Assim, as vantagens relativas têm origem no nível de produtividade de trabalho empregado na produção de determinado bem. Para Ricardo, cada país deveria se especializar na produção dos bens em que apresentassem vantagem comparativa, e adquirir outros produtos no comércio internacional em que não se possui essa vantagem. Dessa forma, a produção seria comercializada internamente e o excedente seria vendido para outros países. Basicamente Ricardo trata da Vantagem por meio da produtividade do trabalho. O país deve intensificar a produção do produto que apresenta maior produtividade do trabalho e importar aqueles produtos em que apresenta menor nível de produtividade do trabalho. Assim, cada país estaria apto a produzir o bem do qual pudesse obter maiores benefícios.

A Inglaterra exportava tecidos em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva; teria mais tecidos e vinhos do que se os produzisse para si mesma; Portugal importava tecidos e exportava vinho porque a indústria portuguesa poderia ser mais benéficamente utilizada para ambos os países na produção de vinho (RICARDO, 1982, p.107).

Muitos outros autores trouxeram críticas e acréscimos para a teoria proposta por Ricardo, como Young (1951), Krugman & Obstfeld (2001). Apenas em Bela Balassa (1965) a teoria de Ricardo foi transcrita como forma para calcular a competitividade de um país. O índice proposto por Balassa, acrescido de outros índices, é amplamente utilizado na literatura para a definição do nível de competitividade de um determinado país. Dessa forma, o aplicaremos neste estudo.

2.2 APLICAÇÃO DA TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS: BREVE REVISÃO

Hidalgo e Mata (2004) buscaram identificar quais produtos do estado de Pernambuco e do Nordeste apresentam vantagem comparativa revelada. Para tal feito, utilizaram dados do Ministério de Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) para o período 1996 – 2002. Para o tratamento dos dados, os autores aplicaram três índices. Primeiramente, o índice de vantagem comparativa revelada simétrica; em segundo, o indicador e contribuição ao saldo comercial; por fim, o grau de atividade comercial intraindustrial. Identificou-se que Pernambuco apresenta 15 classes de produtos com vantagem comparativa revelada, o Nordeste apresenta 23 classes com VCR.

Figueiredo e Santos (2005) avaliaram a evolução das vantagens comparativas do Brasil, com relação ao seguimento de soja, soja em grão, farelo e óleo, para o período de 1990 a 2002, especificamente comparando Brasil, Argentina, EUA e o resto do mundo. Os autores aplicaram a Teoria Das Vantagens Comparativas Reveladas (VCR), para a elaboração dos índices de VCR para Brasil, Argentina e EUA. Os indicadores permitiram observar que o Brasil não apresentava vantagem comparativa com relação ao grão, vindo a adquiri-la apenas em 1998. Com relação ao farelo, o Brasil sempre apresentou vantagem comparativa neste segmento, porém esse benefício vem sofrendo decréscimo nos últimos anos. Para o óleo, o Brasil não apresentou vantagens. Os autores concluem que políticas como a Lei Kandir (que prevê isenção de ICMS sobre exportações de produtos primários) teve um impacto positivo nas exportações de soja, e políticas como Mordefrota (financiamento para modernização de equipamentos agrícolas, como tratores, pulverizadores etc.) podem alterar as vantagens comparativas do Brasil, em função da redução dos custos de produção.

Nogueira et al (2005) analisou a integração espacial entre os mercados produtores de café nacionais. Através da estimação de um modelo econométrico, os autores observaram que as regiões produtoras de Minas Gerais e São Paulo são integradas espacialmente, o que significa que a alteração de preço em uma região interfere diretamente na determinação do preço na outra região. Os autores concluíram que os resultados da pesquisa indicam que o mercado brasileiro é eficiente através das informações, que fluem com rapidez e eficiência para a manutenção da Lei do Preço Único.

Souza e Ilha (2005), objetivando calcular a vantagem comparativa da produção de carne bovina, de frango e soja, com relação ao mercado internacional, e sua captação pelo NAFTA e a UE, durante o período 1992 – 2002, aplicaram o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) e o Índice de Orientação Regional (IOR). Os resultados apontam que os três produtos apresentaram valores acima da unidade e crescentes ao longo do período analisado. Com relação ao IOR, os valores demonstraram que as exportações desses produtos se destinam mais à União Europeia que à NAFTA. Já a carne bovina tem se expandido para outros mercados, conforme o estudo e que não foram analisados na pesquisa.

Ropke e Palmeira (2006), com a pretensão de analisar a competitividade das exportações de couro brasileiras, no período de 2000 a 2004, aplicaram o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas, preconizado por Balassa (1965). Com a entrada do Brasil no mercado internacional de couro, os autores consideraram relevante essa investigação. Para o período em análise, o Brasil demonstrou um crescimento com relação ao VCR em 20,18%, indicando que os exportadores brasileiros conseguem se realocar no mercado.

Com o objetivo de comparar as modificações ocorridas nas vantagens comparativas de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), Valverde (2006) se utilizou de instrumentais, como uma consistente revisão bibliográfica e a aplicação do índice de vantagem comparativa revelada. O autor observou que os resultados não são favoráveis para o grupo de países, principalmente por não conseguirem seguir a dinâmica internacional. Propõem, então, a elaboração de uma gestão ativa pelos países com relação ao comércio exterior.

Makochekanwa (2007) avaliou a competitividade de Botswana no comércio internacional no período de 1999 a 2004, através do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR). Os resultados indicaram que Botswana apresenta vantagem comparativa na produção de diamantes, cobre e carne bovina. Alguns produtos apresentaram melhoria no IVCR ao longo do período em análise, principalmente minérios de cobre e concentrados. Por outro lado, o gás proveniente do carvão e da água sofreu uma redução no índice, o que indica uma redução na especialização do país ante esses produtos.

Fernandes et al (2008) analisou a competitividade internacional do arroz brasileiro, bem como a competitividade interna e externa dos estados produtores de forma individual. Utilizando-se do índice de vantagem comparativa revelada (VCR), verificou-se que o Brasil não possui vantagem comparativa revelada para a produção de arroz. Já com relação aos estados produtores, o Rio grande do Sul se mostrou competitivo em todo o período considerado, inclusive em exportação no ano de 2005. Mato Grosso, Santa Catarina e Goiás apresentaram competitividade interna apenas para alguns anos. Já Mato Grosso do Sul não obteve competitividade em nenhum dos anos analisados.

Objetivando analisar a dinâmica exportadora do estado do Rio Grande do Norte, Silva e Montalván (2008) utilizaram a base de dados ALICEWEB e estimaram resultados para o período 1996 a 2006, através dos índices de comércio intraindustrial e de vantagens comparativas reveladas. Os resultados apontaram a existência de uma alta concentração em produtos primários e mercados de destinos, demonstrando, assim, que havia uma pífia participação de produtos manufaturados. Dessa forma, o estado exporta produtos primários e importa manufaturados. Entre estes, apresentou destaque o grupo do algodão.

Tonhá et al (2010) investigou a competitividade da carne bovina brasileira no cenário internacional e avaliou a competitividade dos estados que são produtores tradicionais. O período de estudo adotado pelos autores foi 1991 – 2005, aplicando-se para o tratamento dos dados o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR). O Brasil não apresentou vantagem comparativa para esta produção, porém alguns estados, como alguns da região Centro Oeste e o estado de São Paulo, tiveram, em alguns anos, resultados que indicaram uma vantagem comparativa revelada para a produção de carne bovina. Apenas Mato Grosso do Sul se desponta como mais competitivo em relação a outros estados brasileiros.

Siqueira e Pinha (2012) analisaram o comércio internacional de lácteos do Brasil e a relação de vantagem comparativa entre o Brasil e os principais produtores do mercado mundial, no período de 2000 a 2008. Os resultados apontam que, considerando o total de derivados, a Nova Zelândia apresenta maior Vantagem Comparativa Revelada. Alemanha e Estados Unidos não apresentaram índices de vantagens relevantes. A Argentina, por sua vez, apresentou bons índices para lácteos, mas perde espaço quando se trata de específicos. O Brasil apresentou índices relativamente baixos, porém demonstrou uma ampliação de suas vantagens comparativas entre 2000 e 2008, o que pode indicar um aumento na competitividade do país no mercado de lácteos.

Souza et al (2012) verificou a competitividade dos produtos agropecuários do Brasil em relação ao restante do mundo, por meio do Índice de Vantagem Comparativa Revelada Normalizado. Este método é alternativo ao Índice de Vantagem Comparativa Revelada. Os autores realizaram o estudo para o período 1996 a 2007. Os resultados apontam que, excetuando-se os primeiros anos para milho e carne suína, todos os demais produtos possuem vantagem comparativa normalizada.

Conceição *et al* (2015) investigou a maior commodity do agronegócio, que é a soja, para os estados do Mato Grosso e Bahia no período de 2008 a 2014, aplicando os índices de Vantagem Comparativa Revelada, Simétrica e Vollrath, o de Taxa de Cobertura, Contribuição ao Saldo Comercial e Comércio Intraindústria. Os resultados apontam a existência de vantagem comparativa revelada para a soja do Mato Grosso em todo o período estudado, enquanto para a Bahia a competitividade foi apontada apenas em alguns anos. Constatou-se ainda a importância da exportação e da produção de soja para um equilíbrio favorável da balança comercial dos estados.

Nishijima et al (2012) aponta que, mesmo sendo o Brasil o maior produtor e exportador do café verde, o país vem perdendo o poder de mercado com o crescente aumento das produções do Vietnã e da Colômbia. Assim, visando identificar a concorrência do mercado internacional de café, os autores aplicaram um logit multinomial antitruste. Os resultados apontaram para um aumento da concorrência do café verde brasileiro, principalmente por parte da demanda e quantidade, seriam estas configurações responsáveis para equilibrar o mercado. Com o objetivo de caracterizar a exportação do complexo de soja do Centro Oeste, Oliveira e Schlindwein (2015), aplicou o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrico (IVCRS) para os produtos do complexo nos anos 2002 a 2011. Utilizando-se da base de dados disponível no Sistema de Análise Exterior (ALICEWeb) do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC). Os resultados apontam uma vantagem comparativa para os produtos do complexo de soja, porém esses valores vêm decaindo ao longo dos anos.

3. MÉTODO

3.1 ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA

Como apresentado na seção anterior, quem preconizou a ideia de vantagens comparativas foi David Ricardo, mas apenas em Balassa (1965) um modelo foi transcrito de forma empírica, o que permite aplicação para produtos/países diversos e que constatem a existência ou não de vantagem comparativa na produção de determinado produto. O modelo pode ser especificado da seguinte forma:

$$IVCR = (X_{ij} / X_i) / (X_{wj} / X_w)$$

Em que: IVCR = Índice de Vantagens Comparativas Reveladas.

X_{ij} = Valor das exportações do produto j da região i .

X_i = Valor total das exportações da região i .

X_{wj} = Valor total das exportações do produto j para determinada região de referência.

X_w = Valor total das exportações da região de referência.

Se o resultado obtido pelo cálculo for superior a 1, indica que o país em análise apresenta especialização na produção do produto j , se o resultado for inferior a 1 indica desvantagem comparativa, ou pouca especialização por parte do país em análise.

Com relação ao estudo em análise teremos o índice com a seguinte formatação:

$$IVCR = (X_{ij} / X_i) / (X_{wj} / X_w)$$

X_{ij} = Valor das exportações de café para Minas Gerais e Espírito Santo (em índices individuais).

X_i = Valor total das exportações de Minas Gerais e do Espírito Santo.

X_{wj} = Valor das exportações de café para o Brasil.

X_w = Valor das exportações totais do Brasil.

3.2 ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA SIMÉTRICO

Como os valores do Índice de Vantagem Comparativa revelada variam apenas até 1, existe uma significativa assimetria no resultado do índice. Com o objetivo de solucionar esse problema, Laursen (1998) propôs o índice de vantagem comparativa revelada simétrico (IVCS):

$$IVCS = (IVCR - 1) / (IVCR + 1)$$

Onde: $IVCS$ = Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrico

$IVCR$ = Índice de Vantagem Comparativa Revelada

Se os resultados ficarem no intervalo de 0 a 1, tem-se que o país ou região apresenta vantagem comparativa revelada. Se estiverem no intervalo -1 a 0, o país ou região apresenta desvantagem comparativa.

3.3 DADOS

Os dados empregados nesta pesquisa para o café de Minas Gerais e do Espírito Santo foram coletados no sistema ALICEWeb da Secretária de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), para o período de 2010 a 2015. Os valores estão em US\$ FOB. Também foram coletados dados referentes à produção de café, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre os anos 2001 a 2015.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente apresenta-se a quantidade produzida de café para os maiores produtores de café a nível nacional conforme dados da CONAB (2017) e comparativo com a produção nacional. Deve-se destacar ainda que esta estimativa foi realizada para o café em grãos, o café torrado não descafeinado, e para o café solúvel. Minas Gerais, atualmente, é o maior produtor de café em grãos e de café torrado do Brasil, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Produção total do Café em mil sacas

Ano	Brasil	Minas Gerais	Espírito Santo	São Paulo
2001	31300	14690	7550	3520
2002	48480	25140	9325	5800
2003	28820	12050	6610	2810
2004	39272	18777	6795	5870
2005	32944	15219	8070	3223
2006	42512	21987	9009	4470
2007	36071	16473	10306	2632
2008	45992,06	23581	10230	4420
2009	39469,91	19880	10205	3423
2010	48094,8	25155	10147	4662
2011	43484,2	22181	11573	3111,5
2012	50826,4	26944	12502	5356,6
2013	49151,6	27660	11697	4010,1
2014	45341,825	22644,1	12805,7	4588,8
2015	43235	22302,9	10700	4063,9

Fonte: CONAB, 2017

Minas Gerais apresenta significativo percentual na produção nacional de café, principalmente entre 2004 e 2013, em que chega a assumir praticamente 50% da produção do país, porém apresentou relativa redução na sua produção, entre 2013 e 2015, fluxo que foi acompanhado nacionalmente, ou seja, todo o país apresentou redução no fluxo produtivo. É importante realizar menção ao estado de São Paulo, que, em meados do século XX, foi o maior produtor (ORMOND,1999), apresentando, a posteriori, uma queda na quantidade produtiva, mas que voltou a mostrar avanço entre as safras 2013 e 2015. Contudo permanece como o terceiro produtor nacional.

O saldo da balança comercial do café em grãos em Minas Gerais foi amplamente positivo no período em análise, visto que, conforme dados disponíveis no ALICEWeb, o estado não importou café em grãos. Os resultados dispostos na Tabela 2 permitem observar o potencial do café em Minas e no Espírito Santo.

Tabela 2 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada para o Café em Grãos 2010/2015.

Ano	Minas Gerais	Espírito Santo
2010	4,30789	1,070246
2011	3,735501	1,326738
2012	3,954741	1,540343
2013	4,112611	1,76114
2014	4,264469	1,629684
2015	4,690661	1,813175

Fonte: Elaboração Própria conforme dados do ALICEWeb.

Conforme a método aplicado, o IVCR pode assumir valores superiores a 0, se os resultados forem superiores a 1 indica que a região em análise apresenta vantagem comparativa, no que se refere a sua inserção comercial/produtiva, neste caso, a nível de Brasil. Assim, para o período em análise, tanto o estado de Minas Gerais como do Espírito Santo apresentaram IVCR>1, o que indica a existência de vantagem comparativa sendo que Minas Gerais desponta com um índice muito mais

elevado que o Espírito Santo. Para corrigir a assimetria, aplicou-se o índice de vantagem comparativo simétrico, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrico para Café em Grãos 2010/2015.

Ano	Minas Gerais	Espírito Santo
2010	0,623202	0,033931
2011	0,577658	0,140427
2012	0,596346	0,212705
2013	0,60881	0,275662
2014	0,620095	0,239452
2015	0,648547	0,289059

Fonte: Elaboração Própria conforme dados do ALICEWeb.

Os resultados do IVRS ficam contidos no intervalo -1 e 1, se os resultados do índice ficarem no intervalo de 0 e 1 a região em análise apresenta vantagem comparativa simétrica. Se os resultados estiverem entre -1 e 0 coexiste desvantagem comparativa. O IVRS para o período e estados em análise corroborou com o IVCR, em que tanto Minas como o Espírito Santo apresentam vantagem comparativa na produção do café em grãos, em relação ao resto do país.

Para estabelecer um melhor parâmetro de análise, os índices foram calculados também para o café torrado (não descafeinado), que é um produto um pouco mais processado que o café em grãos.

Tabela 3 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada para o Café Torrado e não descafeinado 2010/2015.

Ano	Minas Gerais	Espírito Santo
2010	2,032582	0,59029
2011	1,895926	0,130655
2012	1,256088	0,093621
2013	1,31404	0,008026
2014	1,592922	0,053361
2015	2,489256	0,004154

Fonte: Elaboração Própria conforme dados do ALICEWeb.

Os resultados para o café torrado não descafeinado mostram que Minas manteve sua vantagem comparativa, com índices mais amenos, do que no caso do café em grãos, onde o IVCR assume uma média superior a 4. Neste caso o IVCR para o período em análise não chega a atingir uma média de 2, conforme valores dispostos na Tabela 3. O Espírito Santo por sua vez, não mantém os bons resultados para o IVCR.

Neste estado, há uma desvantagem comparativa na produção do café torrado não descafeinado, o que se contrapõe ao resultado obtido pelo café em grãos. Isso pode ser justificado principalmente pelo atraso temporal, no nível de aperfeiçoamento produtivo através da industrialização do café, no que diz respeito aos outros estados produtores, conforme Faleiros e Vargas (2011).

Porém, para ambos os estados, o saldo da balança comercial, permanece positivo, já que nem o Espírito Santo, nem Minas Gerais importaram café torrado no período em análise. Repetiu-se o cálculo do IVRS, também para o Café torrado. Os resultados são dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrico para o Café Torrado e não descafeinado 2010/2015.

Ano	Minas Gerais	Espírito Santo
2010	0,340496	-0,25763
2011	0,309375	-0,76889
2012	0,11351	-0,82879
2013	0,135711	-0,98408
2014	0,228669	-0,89868
2015	0,426812	-0,99173

Fonte: Elaboração Própria conforme dados do ALICEWeb.

Os resultados do IVRS apontam uma desvantagem comparativa bastante significativa para o Espírito Santo na produção do café torrado, não descafeinado, e uma vantagem bem mais tímida com relação a Minas Gerais. Isso indica que existe uma ausência de aprimoramento da matéria bruta, no caso o café em grãos. Valores relativos ao café solúvel, incluindo o descafeinado, também foram calculados, de acordo com a Tabela 5. Esses resultados realizam um maior avanço no que se refere à especialização produtiva, muito além, do café torrado.

Tabela 5 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada e Simétrico para o Café Solúvel 2010/2015.

Ano	Vantagem Comparativa Revelada		Vantagem Comparativa Simétrica	
	Minas Gerais	Espírito Santo	Minas Gerais	Espírito Santo
2010	0,0840654	0,7920719	-0,84491	-0,11603
2011	0,0768512	0,9587064	-0,85727	-0,02108
2012	0,0906417	1,1949662	-0,83378	0,088824
2013	0,0665062	1,297087	-0,87528	0,129332
2014	0,006706	1,0685758	-0,98668	0,033151
2015	0,0024366	1,3921253	-0,99514	0,163923

Fonte: Elaboração Própria conforme dados do ALICEWeb.

Os resultados apresentados na Tabela 5 mostram que Minas Gerais apresenta desvantagem comparativa em todo o período analisado, enquanto o Espírito Santo assume a posição de vantagem comparativa a partir do ano de 2012. Isso confirma-se no IVRS, é interessante destacar que Minas Gerais apresenta valores tanto de produção como de exportação do café em grãos muito maior que o Espírito Santo.

Os dois estados apresentam maior vantagem na produção do produto de valor não agregado. Este fato se deve principalmente ao baixo investimento na industrialização do setor e na manutenção do papel exportador de *commodities*. Não há interligação entre o setor produtivo de café e o setor industrial dos estados, mesmo que a partir de 2012 os resultados apresentem pequena alteração para o Espírito Santo.

Este fato configura em Minas Gerais, que apresenta perda de ganhos através do não beneficiamento do produto e permanência da base agrária exportadora, tendo em vista que o estado é responsável por mais de 70% das exportações nacionais de café (MDIC, 2018). Conforme relatório da Fundação João Pinheiro (2018), há uma grande concentração nas empresas que poderiam participar do beneficiamento do produto (torrefação e moagem). Outro fato que dificulta a industrialização, segundo o relatório, seria o fato de grande parte das empresas de café mineiro pertencer à agricultura familiar, reduzindo o capital disponível para

investimento no setor. Um ponto importante com relação ao beneficiamento do produto foi identificada por Oliveira et. a. (2017), para agricultores familiares de Londrina-PR.

Pequenas ações realizadas já aumentaram os ganhos significativamente, como, o modo de plantio, a seleção das mudas o processo de colheita e separação, permitiram a comercialização do café oriundo de agricultura familiar, em bolsas de mercadorias através de pregões eletrônicos. Assim, configura-se que mesmo em situações de predominância da agricultura familiar, deve-se buscar um maior investimento no produto para ampliar sua competitividade no mercado e os ganhos para a propriedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café. No cenário nacional, o estado de Minas Gerais desponta como o maior produtor por hectare, seguido pelo Espírito Santo. Por se tratar da bebida mais consumida do mundo, o café pode significar um ponto positivo na construção de superávits para a balança comercial do Estado e do país produtor.

Ao calcular o índice de Vantagem Comparativa e o índice de Vantagem Comparativa Simétrico para três estágios do processo produtivo cafeeiro, pode-se observar a ausência de especialização. Minas Gerais é o maior produtor e exportador do café bruto, café em grãos. Continua com vantagem para o café torrado, porém essa vantagem sofre uma significativa redução. Quando se trata do café solúvel, ou seja, o café processado, Minas Gerais não apresenta mais nenhuma vantagem, o que, nesse ponto, pode representar perdas para a balança comercial, dado que o café solúvel possui maior valor agregado.

O Espírito Santo, por sua vez, apresenta vantagem comparativa na produção de grãos, desvantagem para o café torrado, mas, nos últimos anos, tem atingido índices de vantagem comparativa para o café solúvel, o que demonstra um investimento recente no beneficiamento do café, em contra ponto aos outros estados do país.

É crucial destacar a importância do investimento no produto processado e não se deter a exportar matéria prima. O café processado e beneficiado poderia representar significativos ganhos para a balança comercial do maior produtor mundial de café.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C.; SILVA, L. M. R.; MIDDLEJ, R. R. Valor da produção de cacau e análise dos fatores responsáveis pela sua variação no estado da Bahia. *In: 43º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 43., 2005. Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, SP, 2005.

BALASSA, B. Trade Liberalization and “revealed” Comparative Advantage. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, 1965.

BENDER, S.; LI, K-W. The changing trade and revealed comparative advantages of Asian and Latin American manufacture exports. **Economic Growth Center Discussion Paper Series**, n.843. Yale University, 2002.

CARNEIRO, D. O paradoxo Ricardiano - um equívoco acerca da riqueza das nações. **Working Paper**, v 14, n 32. Contraditório Think Tank, 2014.

CONCEIÇÃO, R. L. C.; AMARAL, G. V.; MACEDO, R. D.; MERELLES, A. L. F. O desempenho das exportações brasileiras de soja: uma análise de competitividade para os estados da Bahia e do Mato Grosso entre os anos de 2008 e 2014. In: **Anais do XI Encontro de Economia Baiana**, Salvador, 2015.

COUTINHO, E. S.; LANA-PEIXOTO, F. V.; RIBEIRO FILHO, P. Z.; AMARAL, H. F. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias do comércio exterior. **Revista de Gestão USP**. v 12, n. 4. São Paulo, 2005.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Série histórica das Safras**. Brasil. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>. Acesso em 29 outubro de 2019.

FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora. In: IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História das Empresas. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 10ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS. 9., 2011. Curitiba. **Anais...** Curitiba, Paraná. 2011.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Statistical Pocketbook Coffee 2015**. Roma, 2015.

FERNANDES, S. M.; WANDER, A. E.; FERREIRA, C. M. Análise da competitividade do arroz brasileiro: vantagem comparativa revelada. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 46., 2008. Rio Branco, **Anais...** Rio Branco, 2008.

FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial de soja. **Revista de Política Agrícola**. Ano XVI, n 1. 2005.

FILGUEIRAS, G. C.; DOS SANTOS, M. A. S.; IGREJA, A. C. M. Fontes de crescimento do valor bruto da produção de cacau no estado do Pará no período de 1980 a 2002. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 2004.

FREITAS, M. L. G. O que o kaffee de lá tem que o café daqui não tem: um estudo comparativo entre os sistemas agroindustriais do café alemão e brasileiro. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 9, n. 5, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **A produção de café em Minas Gerais: desafios para a industrialização**. Belo Horizonte, 2018.

HIDALGO, A. B.; MATA, D. F. P. G. Competitividade e vantagens comparativas do Nordeste Brasileiro e do Estado de Pernambuco no comércio internacional. In: **Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento**, 2004.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LAURSEN, K. Revealed Comparative advantage and the alternatives as Measures of International specialization. **Working Paper**, Copenhagen: Danish Research Unit for Dynamics, 1998.

MAKOCHEKANWA, A. **Botswana's Revealed Comparative Advantage**. Ph. D. Thesis, Unpublished. Pretoria: University of Pretoria, 2007.

NISHIJIMA, M.; SAES, M. S. M.; POSTALI, F. A. S. Análise de concorrência no mercado mundial de café verde. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 1, p. 69-82, 2012.

NOGUEIRA, F. T. P.; AGUIAR, D. RD; DE LIMA, J. E. Integração espacial no mercado brasileiro de café arábica. **Nova Economia**, v. 15, n. 2, 2009.

OLIVEIRA, M. F.; SCHLINDWEIN, M. M. Índice de vantagem comparativa revelada para o complexo de soja da região centro-oeste brasileira. **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 33, p. 109. 2015.

OLIVEIRA, E. C. et al. Projeto Campo Fácil-Uel: assistência técnica e difusão de tecnologia aos agricultores familiares do município de Londrina-PR. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 1, p. 120-129, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/20357/pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R.; FAVERET FILHO, P. S. C. Café: (re)conquista dos mercados. **BNDDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 3-55, 1999.

PAIS, P. S. M.; GOMES, M. F. M.; CORONEL, D. A. Análise da competitividade das exportações brasileiras de minério de ferro, de 2000 a 2008. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 4, p. 121, 2012.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROPKE, C. R.; PALMEIRA, E. M. Competitividade das exportações brasileiras de couro. **Revista acadêmica de economia**, n. 71, p. 1-7, 2006.

SILVA, J. L. M.; MONTALVÁN, D. B. V. Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio intra-industrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 547-568, 2008.

SIQUEIRA, K. B.; PINHA, L. C. Vantagens comparativas reveladas e o contexto do Brasil no comércio internacional de lácteos. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 3, p. 40-49, 2012.

SOUZA, M.; ILHA, A. Índices de Vantagem Comparativa Revelada e de Orientação Regional para alguns produtos do agronegócio brasileiro no período de 1992 a 2002. In: **Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**. Ribeirão Preto, 2005.

SOUZA, R. S.; WANDER, A. E.; CUNHA, C. A.; MEDEIROS, J. A. V. Competitividade dos principais produtos agropecuários do Brasil. Vantagem

comparativa revelada normalizada. **Revista de Política Agrícola**, ano. 21, n. 2, p. 64-71, 2012.

TONHÁ, H. M.; CUNHA, C. A.; WANDER, A. E. Vantagem Comparativa Revelada da carne bovina brasileira. **Conjuntura Econômica Goiana. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás**, n. 15. Goiânia, 2010.

VALVERDE, R. Vantagens comparativas do BRIC e Gestão do Comércio Exterior. *In: 30° ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD*, 30., 2006, Salvador, **Anais...** Salvador, 2006.

YOUNG, J.P. **The International Economy**. New York: the Ronald and Press Company, 1951.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusive apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margem normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não

precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demorado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira

... três agentes foram...
 ... quarenta produtores foram...
 ... 21 agentes foram...
 ... colheu 3 kg de peras...
 ...corresponde a 2,3 m...

Evite

... 3 agentes foram...
 ... 40 produtores foram...
 ... vinte e um agentes foram...
 ... colheu três quilos de peras...
 ... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade

Quilograma
 Metro
 Litro
 Hectare
 Tonelada
 Rotações por minuto

Certo

kg
 m
 l
 ha
 t
 rpm

Errado

Kg; Kgs.; KG; quilos
 M; mt; Mt
 L; lt; Lt
 Ha; Hec; H; h
 T; Ton; ton
 RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria: Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

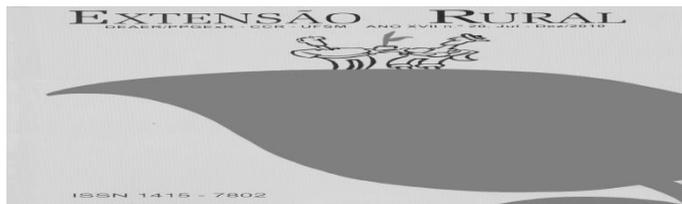
b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos		O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar
	12,3	
	4,5	
	6.789,1	
	123,0	

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.